

# *Clipping* **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**16 a 22 de agosto de 2019**

# Líder do governo Casagrande se opõe a cassação de Majeski

VITOR VORGAS

Publicado em 21/08/2019 às 11h32

Atualizado em 21/08/2019 às 15h35

O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), líder do governo Casagrande na Assembleia Legislativa, se diz contra eventual pedido de cassação do mandato de Sergio Majeski (PSB): "Ninguém vai ganhar com isso".

Hoje, essa possibilidade é real. Há, na Corregedoria da Assembleia, pedido de abertura de investigação contra Majeski por quebra de decoro parlamentar, assinada por um cidadão comum e encaminhada ao órgão pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES).

Majeski corre o risco de ser cassado pelos colegas na Assembleia

A representação contra Majeski foi protocolada por conta de declarações públicas dadas por ele sobre a aprovação na Assembleia, no dia 17 de julho, de dois projetos: o primeiro, do MPES, criou 306 cargos comissionados na instituição; o segundo, da presidência da Assembleia, desobrigou "assessores de gabinete externo" de prestarem contas de suas atividades fora da sede do Poder Legislativo.

Em entrevista ao telejornal "Bom Dia ES", Majeski falou em "troca de gentilezas", insinuando conluio entre o comando do MPES e o da Assembleia - algo como "aprove o meu projeto que faço vista grossa para a falta de transparência nos gabinetes dos deputados".

Se a Corregedoria da Assembleia, formada por cinco deputados titulares, aprovar parecer pela cassação de Majeski, a recomendação segue para votação em plenário, onde precisa do apoio de pelo menos 16 dos 30 deputados para ser aprovada (maioria absoluta dos votos).

Posição do MPES contra servidor e Majeski causa "repulsa", diz ONG

Para Enivaldo, os deputados não devem permitir que a situação chegue a esse ponto, até por causa do "efeito bumerangue".

O líder do governo entende que houve exagero por parte de Majeski, mas que eventual cassação também será punição exagerada:

"Farei um pronunciamento sobre isso na sessão desta quarta-feira [21]", antecipou para a coluna, na véspera. "Quero ser um mensageiro da paz. Ninguém vai ganhar com isso. Vou me manifestar pedindo equilíbrio das duas partes. Não vai ficar bem nem para o MPES nem para a Casa. Isso depois pode atingir qualquer deputado. Cabe no máximo um pedido de desculpas."

Muito embora eu pense que Majeski exagerou ao falar em conluio, essa questão está sendo superestimada. A manifestação dele foi inconveniente, especialmente porque ele falou sem ter provas. Mas o castigo proposto é maior que a falta.

Enivaldo dos Anjos (PSD), líder do governo Casagrande na Assembleia Legislativa

Na sessão desta quarta-feira, Enivaldo realmente fez seu pronunciamento, em defesa de Majeski e da liberdade de expressão.

## O QUE DIZ MAJESKI

Enquanto aguarda notificação oficial para começar a planejar a sua defesa, Majeski se diz absolutamente tranquilo, seguro de não ter praticado quebra de decoro e de estar respaldado pela imunidade parlamentar, assegurada pela Constituição Federal.

Chefe do MPES vai ao Tribunal de Justiça cobrar explicações de Majeski

"Não houve quebra de decoro. Tenho a garantia da imunidade parlamentar. Mas a decisão na Assembleia é uma decisão política. Caso se acate, a Assembleia estará abrindo um precedente. Então acredito que a Casa vai conduzir isso pela legalidade e pela constitucionalidade, independentemente de quaisquer outras questões. Espero que se faça valer isso."

Entre os cinco titulares da Corregedoria, presidida pelo deputado Hudson Leal (PRB), Majeski não possui nem sequer um aliado político. Ele diz que não sabe se corre mais risco de cassação por não ter grandes aliados na Assembleia.

"Não sei. Espero que isso seja resolvido diante do que é legal e constitucional, porque, caso a Assembleia aceite um pedido de cassação com um argumento bem frágil, estará abrindo um precedente para outras questões que com certeza vão aparecer."

Estou absolutamente tranquilo porque, até agora, não vi uma pessoa que entenda de lei e Constituição e que entenda que eu corro algum risco se a Constituição for fielmente seguida.

Sergio Majeski (PSB), deputado estadual

No momento, Majeski tem enxergado a situação por um ângulo positivo:

"Talvez estejamos em um momento único, uma oportunidade para que muita coisa venha à tona e a população entenda muitas coisas que ocorrem no Espírito Santo."

Servidor é investigado após mandar e-mail criticando projeto do MPES

**Site:**

**[gazetaonline.com.br/opiniaocolunas/praca\\_oito/2019/08/lider-do-governo-casagrande-se-opoe-a-cassacao-de-majeski-1014195149.html](http://gazetaonline.com.br/opiniaocolunas/praca_oito/2019/08/lider-do-governo-casagrande-se-opoe-a-cassacao-de-majeski-1014195149.html)**

# PAZ EM CASA

## **HÉLIO DOREA**

A juíza de Direito Herminia Azoury que é a Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de **Violência Doméstica** e Familiar, deu as boas-vindas a 14ª edição da "Semana da Justiça Pela Paz em Casa", uma iniciativa do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. A abertura desse meritório encontro aconteceu em nosso Tribunal de Justiça, presidido pelo desembargador Sergio Gama e um dos pontos altos foi a palestra de Daldice Santana de Almeida. Ela abordou o tema "A atuação da Equipe Multidisciplinar na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher". Presença em destaque também do desembargador Fernando Zardini, o supervisor das **Varas de Violência Domésticas** e Familiar.

A Juíza Herminia Azoury homenageando a Arcelor Mittal pelo seu projeto social, representada ali por Paulo Henrique Marques.

**Site: [folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/08/22](http://folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/08/22)**

# Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ

## da Assessoria

Lançado no último dia 15, pelo **Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA substituirá o **Cadastro Nacional de Adoção** - CNA e o CNCA - Cadastro Nacional de Crianças em Abrigo. O Tribunal de Justiça de Rondônia possui 91 adoções e 55 vinculações registradas. Ainda, nesta semana, serão concluídas as migrações dos cadastros para o novo Sistema.

O processo do SNA é conduzido pela juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do **CNJ** Sandra Silvestre, desde 2016 - com workshops - até o lançamento do sistema piloto, em agosto de 2018, com a participação dos Tribunais de Justiça da Bahia, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rondônia, em algumas varas.

## Contribuição de Rondônia

O SNA teve como base o sistema Siga do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** e os estados pilotos contribuíram com o envio de analistas de sistemas para participarem do projeto. O TJRO elencou os analistas Félix Rodrigues e Paulo Jorge, conforme resolução do **CNJ**, para criar o grupo de trabalho, em 2018.

Por meio do SNA, o pretendente à adoção ganha acesso na internet, onde realiza um pré-cadastro. A partir daí, formaliza sua inserção na **Vara da Infância e da Juventude** e pode acompanhar a sua posição na fila.

A expectativa é que o SNA proporcione melhor acompanhamento e transparência de todo o processo de acolhimento da criança em instituição ou família acolhedora, pois o sistema, além de focar totalmente na criança, tem alertas que chamam a atenção sobre o que falta nas fases específicas, bem como o tempo de aguardo.

De acordo com o analista Félix Rodrigues, uma das funcionalidades de destaque na solução é "a vinculação automática entre criança e pretendente, com envio de mensagem eletrônica aos envolvidos no processo. Tudo isso nos âmbitos municipal, estadual e nacional, além de possibilitar melhor gerenciamento das adoções internacionais".

Félix avalia que "só o fato da mudança de foco - que antes era no processo (destituição/adoção) e agora passa a ser na criança - já garante um ganho significativo, mas a filosofia do sistema com seus alertas, envio de mensagens e vinculação automática, além de melhor acompanhamento pela CGJ e juízes, faz com que o sistema dê celeridade a todos os processos, proporcionando que as crianças fiquem melhor assistidas".

## Notícias Relacionadas:

O OBSERVADOR - RO  
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ  
TUDO RONDÔNIA - RO  
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ  
RONDONOTÍCIAS - RO  
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ  
O RONDONIENSE - RO  
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ

## Site:

<https://www.gentedeopinioao.com.br/policia/justica/sistema-nacional-de-adoacao-e-acolhimento-e-lancado-pelo-cnj>

# Preso suspeito de assassinar criança de 4 anos em Guarapari

*Tribuna Online, com informações de Simony Giuberti*

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Foi preso na madrugada desta quinta-feira (22) o suspeito de assassinar o menino Enzo Gabriel Ribeiro Ferreira, de 4 anos . Lusmario Batista, de 27 anos, foi detido em Pendanga, distrito de Ibiraçu, no Norte do Estado. Havia contra ele um mandado de prisão temporária expedido pela Justiça.

Enzo foi assassinado no dia 10 de agosto, na tarde de um sábado, no bairro Kubtschek, em Guarapari. Segundo o titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) do município, delegado Franco Malini, as investigações indicaram que o crime foi motivado por uma vingança.

O pai da criança, Jaques de Jesus Ferreira, de 28 anos, era o principal alvo dos disparos, conforme o delegado.

"Contra ele havia um mandado de prisão em aberto, expedido em maio pela 1ª **Vara Criminal** de Linhares. Ao verificar este histórico, descobrimos que ele tentou matar Lusmario e há menos de seis meses se mudou com a família para Guarapari. Lusmário veio até aqui em busca de revanche, com o intuito de matar a família toda , explicou o delegado.

Agora, a equipe da DHPP de Guarapari pede a colaboração da população para localizar Lusmario. "Qualquer informação pode ser passada, de forma

sigilosa, por meio do Disque-Denúncia 181 ou pelo [disquedenuncia181.es.gov.br](https://disquedenuncia181.es.gov.br), onde é possível anexar imagens e vídeos", informou a Polícia Civil em nota.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

**Site:** <https://tribunaonline.com.br/preso-suspeito-de-assassinar-crianca-de-4-anos-em-guarapari>



# Ações bizarras na Justiça rendem até R\$ 100 mil: confira 4 casos inusitados de indenizações

Os tribunais brasileiros estão cheio de decisões curiosas envolvendo clientes de lojas, funcionários de empresas e até fiéis de igrejas que conseguiram indenizações. Há casos de funcionários que foram proibidos de namorar no trabalho; há aqueles que não tinham como ir ao banheiro durante o expediente. Até dentro das igrejas rola processo de indenização. Um fiel, por exemplo, receberá o dízimo de volta por não ter os pedidos atendidos nas igrejas em uma campanha chamada "Culto da Fogueira Santa". Outro era chamado de "diabo" pelo pastor.

Alguns casos são tão absurdos quanto engraçados, mas revelam que o brasileiro adora um processo. Há processos cuja indenização chega a R\$ 100 mil, como um funcionário que era chamado de burro e incompetente na frente de colegas.

A juíza auxiliar, Giselle Onigkeit, do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** explica que esse boom de processos curiosos na justiça é devido a Legislação Brasileira está mais rigorosa e muito mais apurada. "O Brasil está abrindo os olhos para os seus direitos. Quanto mais conhecimento a sociedade adquire, mais o cidadão procura pelos seus direitos", informa.

Aqui no Estado, por exemplo, uma briga entre cliente e vendedora deu o que falar, lembra a coordenadora do **TJES**. "A vendedora de cosméticos compartilhou nas redes sociais que uma cliente há tempos não pagava o que devia. Ela chegou a orientar para que outras pessoas não vendessem para a cliente. Ofendida, a cliente entrou na Justiça contra a vendedora e ganhou o caso", relembra o fato. Segundo Gisele, situações como essas são presenciadas todas as semanas nos tribunais do Estado.

Confira abaixo algumas das indenizações mais inusitadas que você já deve ter ouvido falar.

Eles ganharam uma grana

A Companhia de Melhoramento e Desenvolvimento Urbano de Guarapari foi condenada a pagar R\$ 9 mil de indenização a um gari funcionário por danos morais, uma vez que o trabalhador teve que fazer as

necessidades fisiológicas na rua, entre os carros, e às vezes no mato. Ainda segundo o gari, os almoços eram realizados na beira da calçada e embaixo das árvores. A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o órgão a indenizar o gari por não fornecer instalações sanitárias e local para refeições. O ministro Alexandre Agra Belmonte defendeu que o trabalho externo não pode ser obstáculo para proteção de saúde do trabalhador. A reclamação trabalhista foi ajuizada em 2012.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi condenada pela Justiça a indenizar um fiel levada a fazer doação para o "Culto da Fogueira Santa". A frequentadora contou que havia depositado uma doação de R\$ 10 mil numa conta bancária da igreja na crença de que seus problemas familiares e financeiros seriam resolvidos. A IURD terá que devolver os R\$ 10 mil depositados e mais R\$ 10 mil referentes a uma indenização moral, sendo os valores acrescidos de juros e correção monetária.

De acordo com a sentença, a fiel encontrava-se "com o casamento se dissolvendo e, embora devendo cotas de condomínio e a escola dos filhos, resolve, por conta das promessas, 'doar' R\$ 10 mil para o culto para ter as prometidas vitórias.

A 5ª Vara do Trabalho de São José dos Campos, no interior de São Paulo, condenou uma empresa de telecomunicações a indenizar em R\$ 90 mil um ex-funcionário. A companhia foi acusada de discriminar o metalúrgico por sua orientação sexual no tempo em que trabalhou na linha de produção de uma fábrica na cidade - cerca de três anos. A sentença diz que o funcionário foi alvo de humilhações por ser gay. Ele era frequentemente chamado de "bicha" e "veado" por superiores e colegas. Cansado de ouvir insultos dos colegas e também da empresa, o funcionário entrou na Justiça contra o preconceito e transtorno causado o tempo que trabalhou.

Uma mulher de Minas Gerais pagará uma indenização para o ex-namorado e a atual companheira dele por ter perturbado e ofendido o casal com telefonemas, e-mails e postagens em redes sociais. A ex mandava mensagens criticando a atual e expondo, ainda, a vida

sexual dos dois. Segundo a Justiça, a mulher terá que pagar R\$ 10 mil a cada um. O homem conheceu outra mulher, uma colega de trabalho mais jovem, e teve um relacionamento de alguns meses. Quando o relacionamento acabou, ele voltou com a antiga companheira. Insatisfeita, a ex passou a perturbá-los continuamente. Ela telefonava com frequência para a empresa para insultá-la, enviava e-mails ofensivos para ambos e deixava mensagens em redes sociais.

(Fonte: agazeta / redegazeta)

?? Conheça também o nosso INSTAGRAM e tenha acesso ao nosso conteúdo de Humor Jurídico!

? Mega Combo de Petições - 14 x 1 - Exclusão do ICMS, Revisão da Vida Toda, Previdenciário, Bancário, Penal, Cível, Tributário e muito mais...

? Aprenda todos os detalhes de como entrar de forma correta com a Ação de Correção do FGTS...

? Cronograma 30 Dias para Aprovação na **OAB** - O melhor custo benefício em Planejamento de Estudo do Mercado

**Site:**

**[https://doutoradevogado.jusbrasil.com.br/noticias/747136950/acoes-bizarras-na-justica-rendem-ate-r-100-mil-confira-4-casos-inusitados-de-indenizacoes?ref=news\\_feed](https://doutoradevogado.jusbrasil.com.br/noticias/747136950/acoes-bizarras-na-justica-rendem-ate-r-100-mil-confira-4-casos-inusitados-de-indenizacoes?ref=news_feed)**



# TJ/ES: Motociclista que teve fratura no pé após se chocar com cachorro tem pedido indenizatório negado

Em sua decisão, a juíza entendeu que o acidente se trata de uma situação imprevisível, da qual o Município não contribuiu para o dano causado ao requerente.

O 2º **Juizado Especial Criminal** e da Fazenda Pública de Vitória negou o pedido de indenização ajuizado por um motociclista que se chocou contra um cachorro na avenida Nair de Azevedo, Ilha do Príncipe, região da Vila Rubim, em Vitória.

De acordo com o autor, ele pilotava sua moto nas proximidades da rodoviária de Vitória, quando um cachorro cruzou sua direção e, pela impossibilidade de desviar, ele acabou atingindo o animal. Em virtude do choque, o motorista caiu do veículo e veio a fraturar o osso do tarso, no pé. Devido ao acidente, o autor pediu pela condenação do Município de Vitória ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Em análise do caso, a juíza destacou que, a partir das circunstâncias apresentadas, depreende-se que a conduta a qual se busca responsabilizar o Estado é de caráter omissivo. "[.] a alegação da parte autora funda-se na ideia de que o Município de Vitória fora omissivo, por não ter fiscalizado a segurança da via que acontecera o acidente", explicou.

Segundo a magistrada, não é razoável considerar o réu como um ente onipresente, capaz de garantir a segurança absoluta em qualquer lugar. "Ora, é evidente que o Município de Vitória não possui capacidade de fiscalizar todos os cães que circulam por suas ruas, principalmente àqueles que não possuem donos", afirmou.

Durante julgamento, a juíza também observou que os laudos médicos anexados pelo autor comprovam a fratura sofrida, apesar disto, ela entendeu que o ocorrido se trata de uma situação imprevisível e, por isso, julgou improcedente o pedido indenizatório.

"[.] O acidente ocorrido com o autor é imprevisível, não havendo qualquer liame de causalidade, não podendo assim incidir a responsabilidade do Estado [.] diante da inexistência de nexo de causalidade e da ausência de comprovação culpa, não se importa discutir qualquer

possibilidade de indenização, seja por danos morais ou materiais, justamente por não ter sido comprovado qualquer tipo de ação do ente municipal que contribuiu para o dano causado ao autor", concluiu a magistrada.

**Site:** <http://www.sedep.com.br/noticias/tjes-motociclista-que-teve-fratura-no-pe-apos-se-chocar-com-cachorro-tem-pedido-indenizatorio-negado/>

# Parlamentares vão acompanhar ações da Fundação Renova (Notícias)

**Por Gleyson Tete**

A Assembleia Legislativa (Ales) acaba de criar a Comissão Especial de Acompanhamento e Apuração dos atos da Fundação Renova. A Resolução 6.364/2019, instituindo o novo colegiado, que deverá contar com nove membros, foi publicada no Diário do Poder Legislativo (DPL) desta quarta-feira (21).

O objetivo do colegiado é apurar o cumprimento das cláusulas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) que criou a fundação. Tal acordo foi firmado entre entes públicos e as empresas Vale, BHP e Samarco para reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos em 2015, em Mariana (MG).

Além disso, a comissão vai debater os efeitos dessa tragédia ambiental no Rio Doce, que causou a contaminação das águas e a proibição da pesca ao longo do rio; e averiguar a responsabilidade da fundação pelo uso da substância química "Tanfloc" no tratamento de água destinada à população.

Outras prerrogativas do colegiado serão verificar se todos os danos oriundos da catástrofe estão sendo considerados para as indenizações; investigar denúncias de superfaturamento de contratos e de contratações irregulares por parte da Renova; e propor o ressarcimento de todas as despesas dos poderes públicos em virtude do desastre ambiental.

## Cobranças

Em julho deste ano, o deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), proponente do colegiado, subiu à tribuna da Ales para cobrar mais fiscalização sobre a fundação. "Estamos recebendo denúncias em grande quantidade de que a Renova, por meio de expedientes não revelados publicamente, está deixando de resolver os problemas e de pagar as pessoas", afirmou.

No último dia 14, o presidente da Fundação Renova, Roberto Silva Waack, compareceu a uma reunião conjunta das CPIs da Soneração (presidida por Enivaldo) e das Licenças, comandada por Marcelo Santos (PDT). Na oportunidade, ele disse que a instituição já teria indenizado 40% dos impactados no Estado.

"A Comissão Especial vai atuar balizada pelas CPIs da Soneração e das Licenças, com apoio do Judiciário capixaba, do MPES e até do governo do Estado para deliberar com todas as partes envolvidas, ou seus representantes legais, medidas que possam ser adotadas, até mesmo pedido de suspensão do TTAC que foi firmado, fazendo com que a Ação Civil Pública, com valor de mais de R\$ 155 bilhões, relativa ao caso Mariana, retome seu trâmite na Justiça", explicou Marcelo Santos.

Assinaram o requerimento de criação da comissão, além de Enivaldo e Marcelo, os deputados Adilson Espindula (PTB), Alexandre Xambinho (Rede), Carlos Von (Avante), Euclério Sampaio (sem partido), Iriny Lopes (PT), Janete de Sá (PMN), Marcos Garcia (PV) e Raquel Lessa (Pros).

## Desastre

No dia 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana (MG). A barragem com rejeitos de minérios era da empresa Samarco. A tragédia deixou 19 mortos e um rastro de destruição que atingiu o Rio Doce, chegando até a foz em Regência, em Linhares.

Para reparar os danos da tragédia ambiental, foi criada em março de 2016 a Fundação Renova, uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos. O TTAC assinado pela Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, criou a instituição e definiu a atuação dela em 42 programas socioeconômicos e socioambientais para reparar os prejuízos nos 670 km de área impactada.

## Site:

<https://www.al.es.gov.br/Noticia/2019/08/37567/parlamentares-voao-companhar-acoes-da-fundacao-renova.html>

# Casagrande visita o Tribunal de Justiça e defende o diálogo e união dos Poderes como forma de atender melhor a sociedade capixaba

Em visita feita ao **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo na noite de quarta-feira (21/08), o governador Renato Casagrande (PSB) voltou a defender o diálogo como forma de melhorar a capacidade dos poderes em dar respostas rápidas à população. Recepcionado no Salão Nobre do **TJES** por um grupo de desembargadores, juizes de Direito e servidores, Casagrande destacou o Espírito Santo precisa continuar sendo cada vez mais "competitivo, inovador e justo". Ressaltou ainda que está sempre à disposição do **Poder Judiciário** e afirmou que "eu não governo o Estado sozinho e sim com todas as instituições".

Renato Casagrande foi recebido pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**. O governador estava acompanhado da vice-governadora do Estado, Jacqueline Moraes.

Também estavam presentes no encontro o subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos do governo do Estado, Jasson Hibner Amaral, o secretário de Estado de Planejamento, Álvaro Duboc, e o subprocurador-geral da Justiça do **Ministério Público** Estadual, Josemar Moreira.

Do **Poder Judiciário** Estadual participaram da reunião os desembargadores Adalto Dias Tristão, **Manoel Alves Rabelo**, **Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça**, Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon, Fábio Clem de Oliveira, **José Paulo Calmon Nogueira da Gama**, **Carlos Simões Fonseca** (vice-corregedor da Justiça), **Dair José Bregunçe de Oliveira**, **Telêmaco Antunes de Abreu Filho**, **Willian Silva**, Eliana Junqueira Munhos Ferreira, **Robson Luiz Albanez**, Wallace Pandolpho Kiffer, **Fernando Estevam Bravin Ruy**, **Arthur José Neiva de Almeida**, Jorge Henrique Valle dos Santos e **Elisabeth Lordes**. Também participaram os juizes Raimundo Siqueira Ribeiro, que atua como desembargador substituto, e o diretor do Fórum de Vitória, Marcelo Menezes Loureiro.

O presidente do Tribunal de Justiça agradeceu a visita

do governador do Estado e destacou o excelente relacionamento que o **Poder Judiciário** tem com o Poder Executivo.

"Quero registrar a minha satisfação e alegria de receber V.Exª neste Tribunal. Sempre tivemos com o Poder Executivo o melhor relacionamento e com V.Exª. não tem sido diferente, sempre respeitoso, harmonioso e amigável. Faço questão de registrar o carinho, a estima e apreço que o **Poder Judiciário** tem por V.Exa, que sempre exerceu suas funções com ética e honestidade", destacou Sérgio Gama.

Ele ressaltou, ainda, as parcerias estabelecidas com o Executivo: "Embora não tenha tido a oportunidade de conversar pessoalmente com V.Exª, governador, quero destacar que tenho tido o melhor relacionamento com seu secretariado. Saiba V.Exª que é desejo do **Poder Judiciário** consolidar essa parceria de forma absolutamente harmônica", destacou o presidente do Tribunal de Justiça, citando, entre outros projetos, o convênio recentemente assinado com o governo do Estado para a modernização da folha de pagamento do Poder Judiciário.

O governador Renato Casagrande também enalteceu o bom relacionamento com o **Poder Judiciário**, especialmente em áreas que considera muito importantes, como a Execução Penal responsável pela fiscalização do cumprimento de penas de pessoas condenadas pela Justiça.

Também destacou a importância de se expandir a utilização das teleaudiências: "O Tribunal de Justiça e o **Conselho Nacional de Justiça** têm sido muito parceiros do governo do Estado. Precisamos aprimorar essas parcerias para o bem do nosso Estado e da nossa sociedade", afirmou Casagrande:

"Queremos que nosso Estado seja competitivo, inovador e justo. Precisamos fazer mais com menos pessoas e investir em inovação tecnológica", pontuou Casagrande, se colocando à disposição do **Poder Judiciário** e destacando que não governa o Estado

sozinho, mas com todas as instituições:

"O ato de governar é de todos, especialmente de quem é ordenador de despesas, e temos como prática fazer uma gestão em rede, com capacidade de diálogo com os demais poderes e com a sociedade", concluiu o governador.

(Com informações também do Portal do **TJES**)

**Site:**

***<http://www.elimarcortes.com.br/2019/08/22/casagrande-visita-o-tribunal-de-justica-e-defende-o-dialogo-e-uniao-dos-poderes-como-forma-de-atender-melhor-a-sociedade-capixaba/>***

# Enivaldo defende liberdade de manifestação dos deputados (Destaques)

**WEBER ANDRADE**

"A democracia pressupõe o direito daqueles que pensam diferente de manifestar sua posição". A liberdade de manifestação dos deputados foi defendida em plenário pelo líder do governo, deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 21. Enivaldo também destacou a importância da harmonia e da independência entre os Poderes, ressaltando que nenhum deles está isento de receber críticas, inclusive o próprio Parlamento.

"Os parlamentares lutaram muito nesse país para ter o direito de defender a sociedade. Tivemos, no Congresso Nacional, parlamentares que foram cassados ao descer da tribuna do plenário. A luta foi muito grande para restabelecer o direito de crítica. Nenhum poder está isento de receber crítica, até porque todos os poderes que dependem de recursos públicos são obrigados a conviver com críticas e fiscalização. E isso não justifica nenhuma ação para calar ou assustar parlamentares", defendeu o líder.

Em seu discurso, Enivaldo ainda pediu que o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, reconsidere a decisão de acionar o Tribunal de Justiça (**TJES**) para cobrar do deputado Sergio Majeski (PSB) explicações com relação a críticas feitas por ele sobre projeto recentemente aprovado na Casa. A matéria permitiu a criação de mais de 300 cargos comissionados para o **Ministério Público** do Espírito Santo.

"Eu quero pedir que o procurador-geral de Justiça pense melhor sobre sua atitude e retire essa proposta de ação. A atitude não dignifica o **Ministério Público**. A intenção é exagerada e desnecessária. O parlamento e seus membros precisam ser defendidos. O direito de manifestação é livre e nós estamos em uma democracia. Não se pode impedir que um parlamentar exerça o seu mandato", defendeu.

O líder do governo ainda registrou que não existe nenhuma movimentação no plenário contra Majeski. "Ontem (terça-feira, 20) eu dei uma entrevista sobre esse assunto defendendo o deputado Sergio Majeski e seu direito de manifestação. Não saiu nenhuma linha sobre o que eu falei. Acredito que a matéria queria mostrar que todos aqui da Casa estão contra, mas não existe um movimento nesse sentido. Quero esclarecer que a Assembleia é superior a questões pessoais.

Desde já antecipo minha posição de que, se qualquer coisa nesse sentido chegar ao plenário, eu serei a favor do mandato parlamentar. Defendo o mandato integral de qualquer parlamentar dessa Casa e não aceito que nenhum outro Poder tome nenhuma atitude contra um comportamento parlamentar de crítica", reforçou Enivaldo.

O líder finalizou o discurso pedindo respeito. "Reforço meu apelo ao nosso procurador-geral de Justiça para que ele retire a ação porque essa pode se transformar em uma guerra da Ales contra a **Poder Judiciário** e o **Ministério Público**. E isso não seria bom para ninguém. Está faltando maturidade para contornar essas situações sem vaidade e sem autoritarismo. E para o bom andamento é preciso que haja harmonia. Nós não abrimos mão de respeito", disse Enivaldo.

Majeski - O deputado Sergio Majeski (PSB) pediu a palavra durante o pronunciamento do líder do governo. "Agradeço imensamente as suas palavras, extremamente ponderadas e muito bem-vindas nesse momento", agradeceu o parlamentar. ( Webales )

**Site:** <https://vozdabarra.com.br/enivaldo-defende-liberdade-de-manifestacao-dos-deputados/>

# Justiça marca audiência para ouvir acusados de matar casal durante racha na Terceira Ponte

TAG: ACIDENTE DE TRÂNSITO, PRIMEIRA VARA  
CRIMINAL DE VITÓRIA, JUSTIÇA, TESTEMUNHAS,  
MOTORISTAS ACUSADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO,  
FELIPE MOULIN JUIZ, RODOSOL CÂMERAS DE  
VÍDEO MONITORAMENTO DA PONTE, PRÁTICA DE  
RACHA, BEBIDAS ALCOÓLICAS,

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEW  
SES-18.08.42-18.11.13-1566469659.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEW<br/>SES-18.08.42-18.11.13-1566469659.mp4)**



# Ônibus recebe denúncias de mulheres em casos de violência em Vila Velha, ES, até sexta

TAG: HERMÍNIA AZOURY JUÍZA, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DENUNCIA, ÔNIBUS ROSA, **LEI MARIA DA PENHA**, MEDIDA PROTETIVA, VILA VELHA, JUSTIÇA ITINERANTE,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEWSES-18.04.06-18.08.42-1566469081.mp4>

# Adolescente invade escola e ataca alunos com golpes de machadinha

**O crime aconteceu em Charqueadas, no Rio Grande do Sul. Três alunos ficaram feridos**

Um jovem invadiu a escola estadual Assis Chateaubriand, em Charqueadas, em Charqueadas (RS), na região metropolitana de Porto Alegre, na tarde de ontem, deixando dois alunos feridos com cortes e uma aluna ficou com escoriações leves.

O relato das vítimas foi que ele entrou no local com uma machadinha e um galão de gasolina. Espalhou o combustível pela sala de aula. Com a arma, desferiu um golpe no painel de eletricidade da sala para ver se conseguia provocar um incêndio, o que não aconteceu.

Os dois feridos foram socorridos e levados ao Hospital Geral da cidade. A Brigada Militar informou que três meninas também foram encaminhadas à unidade de saúde após terem ficado muito nervosas. Os estudantes têm entre 13 e 15 anos.

A ação aconteceu em



Escola Assis Chateaubriand: suspeito é um ex-aluno

um intervalo de 30 minutos, de acordo com os bombeiros. Uma aluna de 16 anos, que teve a identidade preservada, conta que viu o momento em que o agressor iniciou o ataque. De acordo com a estudante, primeiro ele ateou fogo a uma garrafa (coquetel

molotov) e lançou dentro de uma sala de aula.

“Isso aconteceu na hora de entrada para as aulas. Eu estava no corredor com uma amiga e vi esse cara colocando fogo em uma garrafa, que tinha um pano dentro. Primeiro, eu achei que não seria nada, mas

*“Eu vi esse cara colocando fogo em uma garrafa, que tinha um pano dentro. Achei que não seria nada. Mas, quando ele jogou a garrafa numa sala de aula, eu vi que era sério”*

ESTUDANTE, 15 ANOS

quando ele abriu a porta de uma sala e jogou a garrafa, eu vi que era sério.”

Durante a tarde, a Brigada Militar apreendeu o suspeito de invadir e atacar alunos na escola. O adolescente de 17 anos foi encaminhado para a Delegacia de Polícia da cidade para prestar esclarecimentos.

O vice-governador e secretário de Segurança Pública Ranolfo Vieira Jr. informou que a apreensão ocorreu por volta das 16 horas. Ainda, segundo Ranolfo, ele seria um ex-aluno da escola.

O Ministério Público pedirá a internação provisória de adolescente. Em nota, o MP afirmou que a promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Charqueadas, Daniela Fistarol, vai representar junto ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca pela internação provisória do adolescente.

O jovem de 17 anos foi ouvido durante a tarde pela Polícia Civil e pela Promotoria de Justiça. Também prestou depoimento o professor de Educação Física da escola, Juliano Mantovani, que relatou ter desarmado o suspeito, evitando consequências ainda mais graves.

## TRAGÉDIA DE SUZANO

Em 13 de março, um adolescente e um jovem encapuzados atacaram a Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano (SP), e mataram sete pessoas, sendo cinco alunos e duas funcionárias do colégio. Em seguida, um dos assassinos atirou no comparsa e, então, se suicidou. Pouco antes do massacre, a dupla havia matado o proprietário de uma loja da região. Os criminosos eram ex-alunos do colégio.

## Professor desarmou suspeito

O ataque poderia ter sido ainda pior se não fosse a ação de um professor de educação física da instituição. De acordo com o relato de alunos, no momento em que o ataque ocorria no interior de uma sala de aula, o professor Juliano Montovani entrou no local e conseguiu tirar a machadinha das mãos do suspeito.

A professora de história Camila Teixeira estava na sala ao lado em que houve o ataque. Segundo ela, Juliano estava na quadra da escola quando ouviu o barulho dos alunos; ele correu até a sala e conseguiu tirar a machadinha da mão do agressor. Na sala de aula havia outro professor, de geografia, que não ficou ferido. Segundo a escola, Mantovani não ficou ferido durante o ataque.





FOTOS: PEDRO PAULO BICCAS JR E ALESSANDRO DE PAULA

**POLICIAIS** cercaram a prefeitura: vereador Mariel (destaque, no alto) foi barrado e Thiago Peçanha voltou ao cargo

## CONFUSÃO EM ITAPEMIRIM

# Câmara afasta, mas juiz mantém prefeito

Município viveu dia de tensão após interino Thiago Peçanha ter voltado ao cargo, após 20 horas, por força de liminar da Justiça

**Alessandro de Paula**  
ITAPEMIRIM

Itapemirim, no Litoral Sul, viveu ontem um dia de tensão após a Câmara Municipal afastar por 90 dias o prefeito interino Thiago Peçanha Lopes (PSDB). A medida durou 20 horas. No início da noite, o afastamento foi suspenso por liminar do juiz da 1ª Vara Cível, Romilton Alves Vieira Júnior.

Thiago foi afastado por 6 votos a 5, por volta das 22 horas de terça, pela Câmara, que abriu Comissão Processante para investigar atos de improbidade administrativa por supostas irregularidades, como suspeita de desvio na obra do terminal pesqueiro.

Na mesma sessão, os vereadores deram posse ao presidente da Câmara, Mariel Delfino Amaro (PCdoB), como prefeito interino.

Ontem, por volta das 8 horas, no início do expediente, Mariel foi à prefeitura com um grupo de vereadores para assumir o cargo, porém foi barrado na porta por vigilantes e pelos guardas municipais.

Em pouco tempo, dezenas de pessoas se aglomeraram na porta da prefeitura. Funcionários não puderam trabalhar. Foram informados de que era ponto facultativo em função da morte do pecuarista Gilson Moura, ex-presidente da cooperativa Selita.

Da porta da prefeitura, os vereadores foram à delegacia registrar queixa. Em seguida, procuraram o Ministério Público. Devido ao clima tenso, a PM cercou o prédio. O advogado Gabriel Quintão Coimbra entrou com mandado de segurança na Justiça para manter o prefeito no cargo. A decisão saiu às 18 horas e foi comemorada por Thiago e apoiadores, que soltaram fogos de artifício.

## ENTENDA O CASO

### Riqueza dos royalties

- > **ROYALTIES** – O município é alvo de disputa principalmente por ter a segunda maior arrecadação de royalties do petróleo no Estado.
- > **ESQUEMAS** – O prefeito Luciano Piva (PSB) foi afastado pela Justiça em abril de 2017 por suposto envolvimento em licitações irregulares.
- > **POSSE** – Thiago Peçanha Lopes (PSDB), vice-prefeito, assumiu. Houve rompimento entre os dois.
- > **1º AFASTAMENTO** – No dia 24 de maio, a Câmara afastou Thiago pela primeira vez, por 6 votos a 5. A decisão foi suspensa pela Justiça no dia 27.
- > **CPI** – a Câmara abriu CPI e a justificativa era de que o prefeito estava “comprando” vereadores e usando a máquina para coagir testemunhas.
- > **2º AFASTAMENTO** – Na terça, os vereadores, pelo mesmo placar, voltaram a afastar o prefeito e mais uma vez a decisão foi anulada.
- > **DECISÃO** – O juiz entendeu que só a Justiça pode afastar liminarmente.

# Projeto de abuso cria 'zonas cinzentas', afirma Procuradoria

**Frederico Vasconcelos**

São Paulo

Nota técnica elaborada por membros do MPF (**Ministério Público Federal**) alerta para a imprecisão de alguns tipos penais apresentados no projeto de lei sobre abuso de autoridade, que, segundo eles, pode intimidar magistrados, promotores, procuradores e delegados de polícia.

"Os tipos penais abertos descritos no projeto de lei, por serem vagos, dificultam a aplicação da lei e criam zonas cinzentas sobre a adequação da atuação dos integrantes do sistema criminal", diz o texto.

O documento foi entregue por membros do MPF nesta quarta (21) à Secretaria de Governo do Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A nota -que recomenda o veto a nove artigos do projeto de lei- foi elaborada pelas quatro Câmaras de Coordenação e Revisão da Procuradoria com atribuição nas áreas criminal e de improbidade administrativa.

O projeto de lei foi aprovado pela Câmara e, atualmente, aguarda sanção presidencial. Na sexta (16), Bolsonaro afirmou que não tinha lido a proposta, mas que haverá vetos. O presidente tem sido pressionado a retirar do texto itens como restrição ao uso de algemas quando não há resistência à prisão ou risco de fuga.

No texto, os procuradores afirmam reconhecer a importância do tema, na medida em que o projeto de lei pretende responsabilizar criminalmente os agentes públicos por abusos. Entretanto, afirmam que, da forma como está redigida, a nova lei poderá prejudicar a execução das missões institucionais de cada órgão do Estado e inibir a atuação da autoridade no exercício de sua função.

Na segunda-feira (19), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge afirmou que o projeto de lei pode se tornar uma violação sobre o que deseja "reprimir" e que as instituições já possuem mecanismos eficientes de controle.

"É preciso considerar se essa lei [...] tem a dose certa de normatividade ouse, ao errar na dose, faz como um remédio que se torna um veneno e mata o paciente", declarou Dodge.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48857>

# Julgamento do réu no júri com roupa de presidiário é inconstitucional

Por Alan Paiva

No mês de março, protocolei pedido de providências no **Conselho Nacional de Justiça - CNJ** (PP 0001837-56.2019.2.00.0000) informando que, em São Luís/MA, os presos geralmente são julgados pelo **Tribunal do Júri** usando a vestimenta do presídio (chinelos, bermuda e camisa de cor laranja com a inscrição "interno" em letras garrafais), em flagrante violação dos direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Cumprir observar que a apresentação do acusado perante o conselho de sentença nessas condições pode ser determinante para o resultado do julgamento com graves consequências para sua vida e sua liberdade. Por isso, deve ele sempre comparecer ao julgamento utilizando roupas comuns, à sua própria escolha, que podem ser cedidas pela família, jamais devendo se apresentar diante dos jurados trajando uniforme da penitenciária.

As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), que segundo o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, podem e devem ser utilizadas como instrumento a serviço da jurisdição, expressamente estabelecem, no item 19.3, que:

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 5º, inc. III, que "ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante". Tal princípio encontra-se inscrito na Convenção Americana de Direitos Humanos ("Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano - art. 5º") e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos ("todos os presos devem ser tratados com o respeito devido a seu valor e dignidade inerentes ao ser humano - Regra 1").

A nossa Carta Magna estabelece ainda o princípio da presunção de inocência, segundo o qual "ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória" (Art. 5º, inc. LVII). Como parece óbvio, é difícil considerar inocente quem já se apresenta para julgamento pelo **Tribunal do Júri** como criminoso. Nesse caso, presume-se não só a culpa do acusado, mas também o risco que ele

oferece à sociedade, sendo quase certa sua condenação pelo conselho de sentença.

Vale observar que os presos chegam algemados ao plenário do Júri, o que contribui para que sejam vistos como culpados e perigosos antes mesmo de sentarem no famigerado banco dos réus.

O referido procedimento, adotado nas varas do Júri da capital maranhense, viola igualmente a garantia da plenitude de defesa prevista constitucionalmente (art. 5º, inc. XXXVIII, a, da CF). Com efeito, a Constituição Federal assegura a todo acusado a ampla defesa e os recursos a ela inerentes e, no caso específico do **Tribunal do Júri**, vai além, assegurando-lhe a plenitude de defesa, privilegiando-o em relação à acusação, pois é a parte mais fraca da relação processual penal.

Além de constituir obstáculo ao exercício da defesa plena, o fato de o réu ser julgado com as roupas de presidiário o coloca numa indisfarçável posição de inferioridade e submissão em relação à acusação que saberá tirar vantagem da situação junto ao conselho de sentença. Desse modo, não é difícil concluir que o comparecimento do réu diante dos jurados vestindo as vistosas e constrangedoras roupas do presídio - com a cor laranja e a inscrição INTERNO nas costas - dificulta sobremaneira o exercício do papel do defensor que se vê diante dessa evidente e inaceitável disparidade de armas.

Sob outro aspecto, não se pode olvidar que, muitas vezes, como sabem os profissionais que atuam no **Tribunal do Júri**, o réu já chega condenado ao local de julgamento, seja pela mídia, seja pela gravidade da imputação. Em situações como essa, incumbe ao advogado afastar as primeiras impressões e as naturais prevenções dos juízes leigos. Isso se torna quase impossível quando o réu surge diante dos jurados algemado e usando as roupas do cárcere, dando-lhes a impressão de ser um criminoso perigoso que não pode, em hipótese alguma, deixar a prisão onde se encontra. Nesse caso, o hábito faz o monge e ele acaba sendo julgado pelas suas aparências em plenário.

O julgamento do réu com as roupas de presidiário também afronta a dignidade da pessoa humana, que foi elevada à categoria de valor fundamentador do



nosso sistema de direitos fundamentais (Art. 1º, III, CF) e constitui a viga mestra de todo o arcabouço jurídico, estando na base do Estado Democrático de Direito.

Como adverte o ilustre penalista espanhol José Cerezo Mir,

Esse procedimento infringe ainda a necessária isonomia porquanto os acusados que respondem ao processo em liberdade comparecem ao **Tribunal do Júri** com roupas comuns, enquanto os encarcerados se apresentam para julgamento em condição humilhante e vexatória, situação essa que certamente influi no ânimo dos jurados que, como juízes leigos, julgam de consciência, sem apego legal ou doutrinário.

Rômulo Luis Veloso de Carvalho, Defensor Público no Estado de Minas Gerais, ao escrever sobre o tema, observou com razão que:

O **Tribunal de Justiça do Estado** do Maranhão, em decisão de 12/8/2019, no julgamento da Apelação Criminal nº 0001188-72.2012.8.10.0060, relator o desembargador Josemar Lopes Santos, anulou julgamento do **Tribunal do Júri** no qual o réu permaneceu com as roupas de presidiário, concluindo que:

Em 13/8/2019, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS nº 60.575/MG, do qual foi relator o ministro Ribeiro Dantas, anulou julgamento no qual o juiz indeferiu genericamente pedido da defesa para que o réu se apresentasse no plenário do **Tribunal do Júri** com roupas civis, entendendo que houve cerceamento da plenitude de defesa do réu.

A súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o uso de algemas, resultou também da permanência de acusados algemados, sem necessidade, durante todo o julgamento pelo Júri, em flagrante desrespeito à dignidade da pessoa humana, bem como à plenitude de defesa. O mesmo se aplica ao julgamento do réu com a vestimenta do presídio que, assim como as algemas, constitui manifesto e inaceitável símbolo de culpa a influir no ânimo e, conseqüentemente, na decisão dos jurados.

O Supremo Tribunal Federal, através do voto do Ministro Marco Aurélio Mello, cujas considerações sobre o uso de algemas no **Tribunal do Júri** se aplicam perfeitamente ao uso das vestes do presídio, assim decidiu:

De igual modo, constranger o réu a usar, no momento do julgamento que definirá o seu destino, a vestimenta própria do cárcere, constitui medida que viola o tratamento humanitário devido a todo cidadão,

mormente aquele submetido a um processo criminal, ferindo sua dignidade como pessoa humana e colocando a defesa em situação inferior no plenário do Júri. Ademais, exerce sobre os jurados pressão indevida e afeta, sem sombra de dúvida, sua imparcialidade, sem a qual não é lícito falar em julgamento justo.

Aury Lopes Júnior e Alexandre Morais da Rosa, em brilhante artigo sobre o assunto publicado na Conjur em 16/8/2019, ressaltaram que "a luta por tal situação é antiga, como os pleitos dos advogados Alan Paiva e Sandra Fonseca, porque se a algema antecipa a compreensão de culpa, nos termos da Súmula vinculante 11, qual a diferença da roupa de preso?".

No início deste terceiro milênio, não é mais possível compactuar-se com práticas inquisitivas que ainda tratam o réu como mero objeto do processo e não como sujeito de direitos consagrados na Constituição e nas leis do país. A situação humilhante e degradante em que os réus presos são submetidos a julgamento no **Tribunal do Júri** de São Luís constitui grave ofensa ao Estado Democrático de Direito.

Ressalte-se que nenhuma razão de segurança justifica esse procedimento, sobretudo considerando que os presos chegam ao Fórum algemados, sob forte aparato policial, e assim permanecem até ordem judicial em contrário. Inexiste, portanto, qualquer motivo para serem submetidos a julgamento com os trajes da prisão, medida que acarreta prejuízo para a defesa e atinge, em sua grande maioria, os réus pobres que constituem a verdadeira clientela do nosso sistema prisional.

Diante disso, devem ser tomadas as providências cabíveis para fazer cessar essa prática que viola os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), nas Regras de Mandela da ONU e em outros tratados internacionais assinados pelo Brasil, assim como tem produzido graves e irreparáveis injustiças nos julgamentos realizados pelo Tribunal Popular.

**Site:** <http://www.conjur.com.br/2019-ago-22/alan-paiva-roupa-reu-julgamento-tribunal-juri>



# Dodge pedirá a Bolsonaro vetos à lei de abuso e tratará de sucessão na PGR

**Reynaldo Turollo Jr.**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu uma audiência com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), para esta quinta-feira (22), na qual pretende tratar do projeto de lei de abuso de autoridade, aprovado no Congresso, e do futuro da Procuradoria-Geral da República .

Na manhã desta quinta-feira, Bolsonaro disse a jornalistas que o encontro foi requerido por Dodge e que desconhecia o motivo.

O mandato de Dodge na **PGR** termina em 17 de setembro, e o presidente ainda não anunciou quem indicará para substituí-la. A procuradora-geral, por lei, pode ser reconduzida para um novo mandato de dois anos.

"Ela quer falar comigo, eu atendo todo mundo. Não sei o que ela quer tratar comigo. Foi pedido dela. Estou de portas abertas para receber todo mundo. Tudo pode acontecer, todos estão no radar [para serem indicados]", disse Bolsonaro.

Segundo a assessoria da **PGR**, Dodge pretende tratar de dois assuntos com Bolsonaro, mas não especificamente de uma eventual recondução. Dodge será recebida no Palácio do Planalto às 17h.

O primeiro assunto é a lei de abuso de autoridade. A Procuradoria já divulgou nota manifestando preocupação com dispositivos do projeto aprovado. Dodge deve apresentar ao presidente um estudo do órgão com sugestões de veto para alguns artigos.

O outro assunto é o futuro da **PGR**. Como chefe da instituição, Dodge considera o tema inevitável e deve levar a Bolsonaro sua preocupação com a exposição recente do **Ministério Público Federal** por causa de informações que circulam, inclusive no entorno do presidente, sobre a sucessão na **PGR**.

Nos últimos dias, declarações de que o presidente busca um nome alinhado a seu projeto de governo preocuparam membros do **Ministério Público**, que temem um aparelhamento.

Na segunda (19), coordenadores das câmaras temáticas da instituição divulgaram texto reafirmando

que os princípios constitucionais devem nortear a escolha do próximo procurador-geral.

A sucessão está embaralhada, com muitos candidatos correndo por fora da tradicional lista tríplice elaborada por meio de eleição interna da categoria.

Nomes considerados favoritos por Bolsonaro nas últimas semanas, como Augusto Aras e Antônio Carlos Simões Martins Soares, viraram alvo de críticas públicas de aliados do presidente por causa de declarações antigas e recentes.

Bolsonaro cogita deixar o anúncio do indicado para setembro. Se um nome não for indicado e aprovado pelo Senado antes de 17 de setembro, quem assume interinamente a **PGR** é o vice-presidente do Conselho Superior do **Ministério Público Federal** (CSMPF), no caso, o subprocurador-geral Alcides Martins.

O nome de Martins é considerado palatável para o governo. Um dos membros mais antigos do MPF na ativa, Martins é descrito como um homem de perfil conservador, ligado à Igreja Católica. "Eu não quero uma pessoa que seja dez numa coisa e zero na outra. Eu quero que seja sete em tudo pra poder equilibrar", disse Bolsonaro nesta quinta.

"Não podemos ter uma pessoa lá preocupada apenas com uma coisa, e esquece o meio ambiente, esquece o combate à corrupção, esquece a questão das minorias, tá certo? Tem que buscar uma solução pra tudo isso", afirmou.

Votação

A ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) faz a cada dois anos uma eleição para definir quem os membros da categoria mais querem no cargo de procurador-geral da República. Estão aptos a votar cerca de 1.300 procuradores

Candidatos

Tradicionalmente pode se candidatar qualquer procurador do **Ministério Público Federal**. Cada eleitor pode votar em mais de um nome

Lista

Os três candidatos mais votados compõem uma lista tríplice que é enviada ao presidente da República. Por lei, o presidente não precisa aderir à lista, mas essa tem sido a tradição desde 2003

Sabatina

O escolhido precisa ser aprovado em sabatina do Senado. O mandato é de dois anos

Quem está na disputa

Mário Bonsaglia

1º colocado na lista tríplice

Luiza Frischeisen

2º colocada na lista tríplice

Blal Dalloul

3º colocado na lista tríplice

Raquel Dodge

Atual procuradora-geral, tenta a recondução

José Bonifácio de Andrada, Augusto Aras, Marcelo Rabello, Antônio Martins Soares e Paulo Gonet

Atuais subprocuradores-gerais

O que faz o **PGR**

É o chefe do **Ministério Público** da União (que inclui **Ministério Público Federal**, **Ministério Público Militar**, **Ministério Público** do Trabalho e **Ministério Público** do Distrito Federal e Territórios). Representa o MPF junto ao **STF** e ao **STJ** e tem atribuições administrativas ligadas às outras esferas do MPU?

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/dodge-pedira-a-bolsonaro-vetos-a-lei-de-abuso-e-tratara-de-sucessao-na-pgr.shtml>**

# Operação Marias prende 23 acusados de violência doméstica na GV e em Aracruz

**Redação Folha Vitória**

A quinta fase da Operação Marias efetuou 23 prisões de homens acusados de violência doméstica e familiar na Grande Vitória e na região de Aracruz. Desses, oito foram presos por descumprimento de medida protetiva, três por ameaça, três por lesão corporal e sete pelo crime de estupro.

Até o momento, desde o início da operação, 142 homens foram presos. Em Vila Velha, um caso chamou a atenção da polícia. Um porteiro de 33 anos acabou preso nesta quarta-feira (21), depois de ameaçar, agredir e cavar uma cova para enterrar a ex-mulher.

Nós conseguimos lograr êxito e ele está preso em flagrante. Então, é a vida de uma mulher salva e um recado para esse autor: eles não ficarão impunes, afirmou a chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté.

O casal conviveu durante seis anos. A mulher viveu todo esse período sob ameaças e os dois acabaram se separando. Entretanto, ele não aceitava. Na última semana, foi à casa dela, a agrediu e ameaçou que voltaria para matá-la. Prova disso é que ele já teria cavado uma cova ao lado da casa dela, onde ela seria enterrada.

A nossa equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Vila Velha, conseguiu localizar nas proximidades da casa da vítima, a cova que este homem, que esse autor dessa violência absurda, havia cavado exatamente com o objetivo de enterrar a sua companheira, que ele iria matá-la. Foi analisada essa cova, que dava efetivamente para enterrar um corpo, completou Cláudia Dematté.

O chefe da Polícia Civil ressalta que a Operação Marias tem servido de referência para outros estados que enfrentam o problema da violência doméstica contra mulheres. Ele afirma que nesse ano, 844 prisões em flagrante foram realizadas.

É um número já bem elevado de agressores presos. Esse número, de fato, está se aproximando do índice do ano passado, mas isso advém de um trabalho profícuo da polícia, do poder judiciário, do **Ministério Público**, todas as ações que são feitas nesse sentido,

faz com que a mulher tenha coragem de denunciar o seu agressor, disse o chefe da Polícia Civil, José Darcy Arruda.

\*Com informações da repórter Vanuza Santana, da TV Vitória/Record TV

**Site:**

<https://novo.folhavitória.com.br/policia/noticia/08/2019/operacao-marias-prende-23-acusados-de-violencia-domestica-na-gv-e-em-aracruz>

# Espírito Santo recebe mutirão carcerário eletrônico em setembro

Onze anos depois do primeiro mutirão carcerário, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** se prepara para lançar novo mutirão com metodologia que deve resultar em fluxos e impactos otimizados. Entre 2 e 13 de setembro, o Espírito Santo sediará a experiência piloto do novo mutirão carcerário eletrônico, que como o nome diz, atuará em processos informatizados.

A metodologia foi desenvolvida com o apoio do programa Justiça Presente, parceria inédita entre o **CNJ** e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com recursos repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para enfrentar problemas estruturais do sistema penal brasileiro. Além de investir em tecnologia, o novo mutirão inova ao envolver parceiros que trabalharão na execução e sustentabilidade da ação na ponta e ao realizar ações de atenção aos egressos.

A principal inovação tecnológica que permitiu o novo formato de mutirão foi a adoção do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) como política nacional judiciária pelo **CNJ** em 2016. O sistema oferecido gratuitamente aos tribunais pelo **CNJ** facilita a filtragem de processos que serão analisados, além de permitir o trabalho com metas e performance. Atualmente, o SEEU está em 23 tribunais e possui mais de 950 mil processos cadastrados.

Outra novidade é a parceria entre **CNJ** e **Defensoria Pública** por meio do programa **Defensoria Sem Fronteiras**, iniciativa do Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege) com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep). Além dos defensores públicos do Espírito Santo, a experiência envolverá defensores públicos de todo o país que irão ao estado para conhecer a nova metodologia e para contribuir com a análise e petição aos magistrados a partir de processos pré-selecionados no SEEU.

A terceira inovação do mutirão é a conexão entre a revisão de processos e o atendimento qualificado a egressos. Por meio da colaboração entre o Justiça Presente e o Programa de Voluntários das Nações Unidas, uma equipe de voluntários foi mobilizada para atuar no encaminhamento dos egressos ao **Escritório Social**, onde uma equipe multidisciplinar estará pronta para auxiliar em ações de apoio na volta ao convívio em sociedade.

Antes do início das atividades em setembro, a nova metodologia foi discutida em missão preparatória no final de julho envolvendo atores locais e profissionais do **CNJ** e do Justiça Presente. A finalidade foi garantir o envolvimento do Tribunal de Justiça, da **Defensoria Pública**, do **Ministério Público** e das secretarias de Justiça, do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e de Economia e Planejamento, assim como outros órgãos do Executivo, para o sucesso da iniciativa.

A partir do início do mutirão eletrônico, as varas de execução penal do estado funcionarão em regime especial até 30 de setembro, inclusive sob a modalidade de audiências concentradas. Já o Executivo local terá o apoio de equipes psicossociais da ONU para apoio e fortalecimento do **Escritório Social**, com a criação de um roteiro para atendimento e fluxos com os estabelecimentos prisionais. O mutirão também atuará pela qualificação da monitoração eletrônica no estado, com identificação de fluxos e rotinas da Central de Monitoração.

Para o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas do **CNJ** (DMF/**CNJ**), Luís Geraldo Lanfredi, o mutirão carcerário eletrônico ampara-se na qualificação do diálogo interinstitucional que se compromete a encontrar soluções comuns para uma gestão mais eficiente da execução penal. O intuito é potencializar a cidadania e a reintegração social daquelas pessoas que já vão deixar naturalmente o sistema prisional", afirmou, durante a missão preparatória do mutirão.

Coordenadora-geral do Justiça Presente, Valdirene Daufemback afirma que a nova metodologia vem reforçar o legado do **CNJ** pela garantia de Justiça e do devido processo legal. "Busca-se o saneamento dos processos e melhoria dos fluxos de execução penal na fase anterior à saída da prisão e também no acompanhamento após o livramento", explicou.

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89409-espírito-santo-recebe-mutirao-carcerario-eletronico-em-setembro>

# OAB manifesta apoio à nova Lei de Abuso de Autoridade

O Conselho Federal da **OAB** divulgou nota nesta terça-feira (21/8) em apoio à sanção ao projeto de reforma da Lei de Abuso de Autoridade. O texto foi aprovado pelo Congresso e aguarda sanção do presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com a **OAB**, o exercício do poder por todas as autoridades públicas que compõem a administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está submetido aos limites impostos pelas regras constitucionais .

A lei aponta 37 práticas, que se forem praticadas com o objetivo de prejudicar ou beneficiar alguém, denotam abuso de autoridade. Ações como obter provas por meios ilícitos e impedir encontro reservado entre presos e advogados, por exemplo, estão enquadradas como abuso.

O texto vem sofrendo oposição dos setores corporativistas do serviço público, especialmente os envolvidos com persecução penal. A área técnica do Ministério da Justiça opinou pelo veto a 11 artigos do projeto, especialmente o que torna crime a decretação de prisão preventiva manifestamente ilegal e à decretação de condução coercitiva sem prévia intimação.

Leia a nota da **OAB**:

No nosso país, a Constituição Federal constituiu a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito, com fundamento na dignidade da pessoa humana, no qual se impõe a igualdade de todos e o respeito às leis.

O exercício do poder por todas as autoridades públicas que compõem a administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios está submetido aos limites impostos pelas regras constitucionais, em estrita obediência aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.

A Ordem dos Advogados do Brasil - que sempre defendeu a importância da liberdade de atuação de diversas carreiras de estado - entende que não há qualquer dissonância republicana na aprovação de uma nova Lei de Abuso de Autoridade para atualizar a lei vigente, que é de 1965 (Lei nº 4.898/65).

Ao apoiar a Lei do Abuso de Autoridade, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Colégio de Presidentes de Seccionais reconhecem o trabalho realizado pelo Congresso Nacional, que trouxe como resultado um projeto equilibrado, que inclui tema importante para a advocacia e para a garantia do direito de defesa do cidadão, que é a criminalização da violação das prerrogativas do advogado.

Os grandes avanços obtidos nos últimos tempos no combate à corrupção não serão atingidos pela nova Lei que pune o abuso de autoridade, até pelo fato de que tal análise será feita pelo **Ministério Público** e julgado por um integrante do próprio **Poder Judiciário**.

Cabe destacar que a proposta aprovada pelo Congresso Nacional vale para todas as autoridades do nosso país, seja do Judiciário, do Executivo, ou do Legislativo, e significa a subordinação de todos, inclusive dos mais poderosos, ao império da lei. Trata-se, portanto, de preservar e garantir o direito do cidadão diante de eventual abuso da força por um agente do Estado no exercício das suas funções.

A advocacia brasileira confia no **Poder Judiciário** do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil, que tem como missão fundamental a defesa do Estado Democrático de Direito, enxerga nessa importante atualização legislativa um grande avanço para efetivamente demonstrar à sociedade brasileira que ninguém está acima da lei e do respeito à Constituição Federal .

Brasília, 21 de agosto de 2019

Diretoria do Conselho Federal da **OAB**

Colégio de Presidentes da **OAB**

Conselho Pleno da **OAB** Nacional

FONTE: Consultor Jurídico

Site:

<https://edicelianeunes.jusbrasil.com.br/noticias/74689518/6/oab-manifesta-apoio-a-nova-lei-de-abuso-de->

*autoridade?ref=news\_feed*



# Operação Marias prende 23 acusados de violência doméstica no Espírito Santo (Polícia)

A quinta fase da Operação Marias efetuou 23 prisões de homens acusados de violência doméstica e familiar na Grande Vitória e na região de Aracruz. Desses, oito foram presos por descumprimento de medida protetiva, três por ameaça, três por lesão corporal e sete pelo crime de estupro.

Até o momento, desde o início da operação, 142 homens foram presos. Em Vila Velha, um caso chamou a atenção da polícia. Um porteiro de 33 anos acabou preso nesta quarta-feira (21), depois de ameaçar, agredir e cavar uma cova para enterrar a ex-mulher.

" Nós conseguimos lograr êxito e ele está preso em flagrante. Então, é a vida de uma mulher salva e um recado para esse autor: 'eles não ficarão impunes' ", afirmou a chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté.

O casal conviveu durante seis anos. A mulher viveu todo esse período sob ameaças e os dois acabaram se separando. Entretanto, ele não aceitava. Na última semana, foi à casa dela, a agrediu e ameaçou que voltaria para matá-la. Prova disso é que ele já teria cavado uma cova ao lado da casa dela, onde ela seria enterrada.

" A nossa equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Vila Velha, conseguiu localizar nas proximidades da casa da vítima, a cova que este homem, que esse autor dessa violência absurda, havia cavado exatamente com o objetivo de enterrar a sua companheira, que ele iria matá-la. Foi analisada essa cova, que dava efetivamente para enterrar um corpo ", completou Cláudia Dematté.

O chefe da Polícia Civil ressalta que a Operação Marias tem servido de referência para outros estados que enfrentam o problema da violência doméstica contra mulheres. Ele afirma que nesse ano, 844 prisões em flagrante foram realizadas.

" É um número já bem elevado de agressores presos. Esse número, de fato, está se aproximando do índice do ano passado, mas isso advém de um trabalho profícuo da polícia, do poder judiciário, do **Ministério**

**Público**, todas as ações que são feitas nesse sentido, faz com que a mulher tenha coragem de denunciar o seu agressor", disse o chefe da Polícia Civil, José Darcy Arruda.

\*Com informações da repórter Vanuza Santana, da TV Vitória/Record TV

Um dentista foi preso, nesta quarta-feira (21), na Praia do Canto, em Vitória, após descumprir uma medida protetiva. A prisão é um desdobramento da 'Operação Marias', da Polícia Civil, que combate a violência doméstica.

Ainda na manhã desta quarta-feira (21), o dentista foi levado para o presídio. A 5ª fase da Operação Marias foi deflagrada nesta quarta-feira. Mandados de prisão estão sendo cumpridos em todo o Espírito Santo.

A ação acontece em todo o Espírito Santo e envolve várias delegacias especializadas de atendimento à mulher.

**Site:** <https://sitebarra.com.br/novo/2019/08/operacao-marias-prende-23-acusados-de-violencia-domestica-no-espírito-santo.html>

# Motorista de fusca envolvido em acidente com mortes sai da cadeia

TAG: ACIDENTE DE TRÂNSITO, VÍTIMAS FATAIS,  
JUÍZA, AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIO, PODER  
JUDICIÁRIO, JUSTIÇA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVGAZETAAGL>**

**OBOES-06.35.40-06.36.11-1566467428.mp4**

# Quase 10 mil presos a mais nas cadeias do Estado

TAG: SUPERLOTAÇÃO, PRESÍDIOS, GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, POLÍCIA CIVIL, LUIZ CARLOS SECRETÁRIO ESTADUAL DE JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, DETENTOS, PODER JUDICIÁRIO, SISTEMA PRISIONAL, FACÇÕES CRIMINOSAS, ADVOGADAS PRESAS,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVGAZETAAGL>  
[OBOES-06.24.26-06.32.57-1566467207.mp4](#)**

# Abuso de autoridade

Líder do governo na Câmara Major Vitor Hugo PSL-  
GO Comentário de Andréa Sadi Comentário de Eliane  
Cantanhede

TAGs: **STF**, AGU, CGU, Ministério da Justiça, Ministro  
Sérgio Moro, Indicação de Eduardo Bolsonaro na  
embaixada do EUA, lava jato

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/GLOBONEWS-  
20.04.41-20.10.06-1566481575.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/GLOBONEWS-20.04.41-20.10.06-1566481575.mp4)**

# Prefeito de Itapemirim é afastado pela segunda vez- Parte 02

TAG: PREFEITO DE ITAPEMIRIM, AFASTAMENTO  
DE CARGO, VEREADORES, PODER LEGISLATIVO,  
DENUNCIA, INFRAÇÃO POLÍTICA  
ADMINISTRATIVA, MINISTÉRIO PÚBLICO, JUSTIÇA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEW>**

**SES-18.59.49-19.00.10-1566470859.mp4**

# Prefeito de Itapemirim é afastado pela segunda vez- Parte 01

TAG: PREFEITO DE ITAPEMIRIM, AFASTAMENTO  
DE CARGO, VEREADORES, PODER LEGISLATIVO,  
DENUNCIA, INFRAÇÃO POLÍTICA  
ADMINISTRATIVA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESPÍRITO SANTO,

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEW  
SES-18.54.03-18.55.37-1566470664.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEW<br/>SES-18.54.03-18.55.37-1566470664.mp4)**

# Implantação da Justiça Restaurativa no Brasil exige reflexão pragmática

Por Larissa Pinho de Alencar Lima

A busca para implementação da Justiça Restaurativa no Brasil se deu após recomendações da Organização das Nações Unidas para que essa prática fosse incorporada às normativas legais dos países. Em 2012, a ONU publicou a Resolução 2002/121, que disciplina princípios básicos para utilização de programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal.

Levando em consideração a orientação da Resolução da ONU, o **Conselho Nacional de Justiça** editou a Resolução 225/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no **Poder Judiciário**.

Embora tenha sido um marco normativo importante no país, o avanço significativo restringiu-se apenas à Justiça ligada à infância e adolescência e às escolas, gerando reflexos relevantes somente na justiça infantojuvenil e poucas - ou quase nenhuma - transformações no Sistema de Justiça Criminal.

Para a Justiça Criminal e eventual aplicação aos crimes de médio e grande gravidade, ainda há muita divergência. No entanto, o debate mais avançado ainda não está alcançando os interlocutores que verdadeiramente poderão aplicar a Justiça Restaurativa, que são os juízes criminais, pois tal debate ainda está relativamente restrito entre os juízes da Infância e Juventude, juízes cíveis ligados aos Centros de Conciliação (**Cejusc**) ou aos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (**Nupemec**) e juízes com competência para julgamento dos casos de violência doméstica, com pontuais casos em contrário.

A política criminal deve enxergar o fenômeno jurídico-penal levando em consideração a necessidade clara de repensar o sistema de responsabilidade penal no Brasil e que a melhor medida é uma repreensão justa e condizente com o trabalho elaborado no programa de Justiça Restaurativa. Deve levar em consideração a aceitação pelo Infrator das consequências do fato criminoso, a reparação efetiva do dano e o restabelecimento do equilíbrio da vítima no contexto social e familiar que ela vive.

A vítima não pode estar simplesmente neutralizada ou alocada em uma relação linear no processo que

envolve o fato criminoso, pois agindo assim não haverá restauração ou restabelecimento do equilíbrio do papel da vítima do crime na Justiça Criminal.

Ressalva-se que a Justiça Restaurativa nasceu em um contexto onde se buscava alternativa para a Justiça Criminal comum, com a ideia de viabilizar melhor adequação e equilíbrio entre a infração penal de grande, média e pequena gravidade e os meios e instrumentos de punição advindos da justiça punitiva-retributiva.

O mote principal foi a restauração de vínculos e restabelecimento harmonioso da comunidade, além da reparação dos danos causados à sociedade e à vítima. Albert Eglash, grande idealizador da Justiça Restaurativa, escreveu artigo intitulado *Beyond Restitution: Creative Restitution*, na época publicado no livro *Restitution in Criminal Justice*, escrito por Burt Gallaway e Joe Hudson e publicado em 1977.

O **CNJ** apresentou uma avaliação acerca da Justiça Restaurativa no Brasil e certificou que a implementação se deu há mais de 10 anos no país, mas até o momento poucos tribunais a normatizaram efetivamente por meio de resoluções ou portarias.

No entanto, embora em funcionamento há mais de uma década, reduzidos reflexos efetivos no sentido de transformação judicial e social se deram para o sistema de Justiça criminal.

Sem uma normatização que traz equilíbrio à relação processual quanto à aplicação da Justiça Restaurativa e sem um debate mais profundo entre os juízes criminais no país, a Justiça Restaurativa, na área criminal, vem na verdade perdendo sua força ou simplesmente deixando de avançar como deveria acontecer.

A ausência de uma normativa voltada para crimes - já que as diretrizes atuais estão focadas em atos infracionais ou no máximo em violência doméstica - tem gerado confusão na metodologia de implementação de práticas restaurativas.

Para os atos infracionais e para aplicação da Justiça Restaurativa nas escolas e nas comunidades, por exemplo, a prática de círculos para discutir ou resolver os conflitos pode funcionar, mas não seria indicado



para fatos criminosos, ainda de menor gravidade, porque a vítima do crime não está em pé de igualdade com o autor do fato criminoso e, os colocando na sistemática de círculos, certamente gerará a sensação de desigualdade e desequilíbrio da aplicação do método, não gerando um resultado esperado pelos princípios da Justiça Restaurativa.

A possibilidade de repensar as alternativas ao cárcere deve necessariamente passar por uma efetiva responsabilização do autor do fato, para que este assuma o compromisso de reparar o dano e possa assumir as consequências do crime. A aplicação aos crimes de menor potencial ofensivo não chega nem perto de auxiliar na resolução da busca das alternativas ao cárcere, já que os crimes dessa natureza não geram prisão e não contribui para o encarceramento definitivo.

Do mesmo modo, a aplicação da Justiça Restaurativa não visa extinguir ou excluir os procedimentos da Justiça tradicional, podendo ocorrer de forma concorrente ao procedimento convencional, devendo ser analisado caso a caso e ser efetivamente utilizado o acordo como redução de pena ou com a aplicação das circunstâncias do artigo 59 do Código Penal, além de outras alternativas.

Para que ocorra a prática restaurativa, necessário o prévio, livre e espontâneo consentimento de todos os participantes, que podem desistir a qualquer momento, até a efetiva homologação do acordo, sendo resguardado o auxílio de advogados ou defensores públicos, se for o caso.

No campo restaurativo, deve haver uma abordagem colaborativa, inclusiva e aberta ao diálogo, devendo ser resguardado o sigilo, a confidencialidade e a voluntariedade da sessão, além do entendimento pelas partes das causas que contribuíram para o conflito, a reflexão quanto às consequências que o conflito gerou, sobre a reparação dos danos e o valor social da norma violada.

No entanto, o que se percebe atualmente é uma confusão no próprio conceito da Justiça Restaurativa, uma mistura na aplicação do instituto e a imposição de círculos para todos os casos, como se fosse a prática mais importante de forma indistinta. Alguns programas acabam querendo aplicar a mesma forma de prática de Justiça Restaurativa para todos os casos, de forma igual ou semelhante.

Ocorre que não há como aplicar os mesmos procedimentos restaurativos na seara da infância, nas escolas, na comunidade e na vara criminal ou de execução penal. São ambientes muito diferentes e, em se tratando de varas criminais ou de execução penal,

são diametralmente opostos.

É um grande erro a aplicação da Justiça Restaurativa de forma comum para todos esses ambientes.

Howard Zerh (ZEHR, 2017), um dos desenvolvedores do conceito de Justiça Restaurativa, apresenta à comunidade jurídica o que não é Justiça Restaurativa. Nesse ponto traz relevante colaboração até mesmo para esclarecer que as diversas formas aplicadas no Brasil, seja em escolas ou nas varas da infância e juventude, como na comunidade ou nas varas criminais e de execução penal, devem caminhar com alguns nortes em comum e muitos pontos diferentes.

Para o autor, a Justiça Restaurativa não tem como objeto principal o perdão ou a reconciliação, não implicando necessariamente em uma volta às circunstâncias anteriores. Para ele, também, a Justiça Restaurativa não é mediação, na medida em que: Num conflito mediado presume-se que as partes atuem num mesmo nível ético, muitas vezes com responsabilidades que devem ser partilhadas (ZEHR, 2017). Isso porque não tem o menor senso de razoabilidade colocar uma vítima de estupro, exemplo trazido pelo próprio autor, na frente ou em círculo com o autor do fato, afirmando estarem em pé de igualdade.

Outro ponto interessante que esse autor cita é que Justiça Restaurativa não é panaceia, nem substituta necessária para o sistema judicial tradicional, não se afigurando como resposta para todas as situações.

Ressalta-se, ainda, que apesar da grande importância que possui a aplicação da Justiça Restaurativa nas escolas e comunidades, em tese isso deve ser um serviço projetado e executado pelo Poder Executivo, devendo o **Poder Judiciário** se imiscuir na implementação dos programas e das práticas em seu ambiente de jurisdição.

No Brasil, na seara criminal, na busca dessa proteção máxima dos direitos fundamentais, o garantismo penal foi tomando rumos para proteger somente um lado da relação jurídica: o acusado. E isso influenciou todos os institutos, inclusive na JR, porque muitas vezes o foco é muito mais em uma possível "regeneração" do autor dos fatos do que propriamente na vítima, na reparação dos danos e na assunção das consequências e responsabilidades frente ao conflito gerado.

A vítima, por vezes, sequer é considerada pelo aparato estatal. E, portanto, não recebe as mesmas garantias constitucionais que o cidadão que cometeu o crime em algumas ocasiões.

Como se verifica, a ideia de proteção legal de forma genérica no CPP em relação ao ofendido é mínima, sem qualquer previsão de alocação de recursos públicos para elaboração de políticas públicas sérias e efetivas para atender a essa demanda ou para garantir de fato a sua segurança.

Por outro lado, os direitos do acusado estão resguardados na sistemática de todo instrumento que prevê, por exemplo, a obrigatoriedade do dever de atenuar a pena quando da confissão do crime, direito de responder as perguntas que entender conveniente, considerando o direito ao silêncio, direito de mentir quando do interrogatório, direito de participar de todos os atos, sem contar as garantias do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, de nomeação de defensor público ou dativo, direito à autodefesa e defesa técnica. O ideal, claro, não é reduzir direitos do acusado, mas, sim, equipará-los.

Nesse ponto, a Justiça Restaurativa se mostra fundamental.

Com isso, surgiu uma significância do garantismo geral vinculado ao dever do próprio Estado em assegurar o devido processo legal, além dos direitos fundamentais das partes em decorrência dos princípios e postulados que estão na Constituição de um país. Tudo isso vinculado à observância do garantismo penal, com o fim de que o processo judicial decorrente de fato criminoso seja substancialmente devido e equilibrado, justo e formal, assegurando os interesses dos vulneráveis.

Sendo assim, ao contrário da forma como vem sendo tratada no Brasil, necessária uma reflexão mais pragmática do conceito e das formas de aplicação dos processos restaurativos, diferenciando em definitivo o modo de implementação para a justiça infantojuvenil, para as escolas e, de um lado oposto, para as varas criminais e de execução penal.

#### Referências

GALLAWAY E HUDSON, Burt e Joe. Beyond Restitution: Creative Restitution . Restitution in Criminal Justice. 1977. Publicado pela "Lexington Books - United States of America, Date Published: 1977 Page Count: 9, Sponsoring Agency: Lexington Books - New York, NY 10022". Acesso em: 17.10.2018.

Justiça Restaurativa - Horizontes a partir da Resolução  
**C N J** 2 2 5 .  
<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/08/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2019.

Resolução 2002/12 da ONU - PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA UTILIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA EM MATÉRIA CRIMINAL. [http://www.juridica.mppr.mp.br/arquivos/File/MPRestaurativoEACulturadePaz/Material\\_de\\_Apoio/Resolucao\\_ONU\\_2002.pdf](http://www.juridica.mppr.mp.br/arquivos/File/MPRestaurativoEACulturadePaz/Material_de_Apoio/Resolucao_ONU_2002.pdf). Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

Resolução Nº 225 de 31/05/2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do **Poder Judiciário** e dá outras providências. <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2289>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

ZEHR, Howard. Justiça restaurativa. Ed. Palas Athena. 2017. Série da Reflexão à ação.

**Site:** <http://www.conjur.com.br/2019-ago-22/larissa-pinho-implantacao-justica-restaurativa-exige-reflexao>

# Tribunais devem participar da criação de indicadores da Agenda 2030

A criação de indicadores específicos para mensurar o trabalho do **Poder Judiciário** é um dos desafios que o Comitê Interinstitucional deve enfrentar como próxima etapa da tarefa de integração das metas nacionais do Judiciário à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A institucionalização da pauta ao planejamento estratégico também vai depender da atuação das áreas de gestão dos órgãos.

Leia mais: Evento destaca pioneirismo do Judiciário brasileiro na integração com Agenda 2030

Leia mais: Corregedor edita provimento para cumprimento da Agenda 2030 da ONU

A coordenadora do Comitê Interinstitucional do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, Maria Tereza Uille Gomes, afirmou que o 1º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no **Poder Judiciário**, que se encerrou nesta terça-feira (20/8), apontou os caminhos para que o Brasil, pioneiro na integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao Judiciário, possa continuar atuando dentro das metas globais.

Para ela, a interlocução entre corregedores e gestores é uma das ações que devem ser adotadas pelos tribunais para que os ODS da Agenda 2030 sejam contextualizados ao planejamento institucional. Dessa forma, será possível trabalhar em parceria com a Rede de Governança, para que se trabalhem os indicadores próprios do **Poder Judiciário**, dentro de cada ODS, gerando relatórios estatísticos anuais que alimentem o Portal da Agenda 2030.

Durante o encerramento, também foi aprovada uma moção a ser apresentada à Presidência do **CNJ** para a criação da Meta 9, que propõe o envolvimento dos tribunais no desenvolvimento de indicadores, com base nos ODS, formulando um plano de ação "que valorize o que o Judiciário faz". A Justiça já trabalha com oito metas nacionais de longo prazo, que foram baseadas nos macrodesafios do **Poder Judiciário**. Já os indicadores vão detalhar o levantamento das atividades, como o tempo médio de tramitação das ações - separadas por assuntos, categorias -, a proporção de unidades que utilizam energia limpa, quantas unidades especializadas, por exemplo.

A fim de desenvolver esse trabalho, devem ser criados

Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS). Para sua implementação no **CNJ**, foi assinada uma portaria durante o 1º Encontro Ibero-Americano. A conselheira Maria Tereza Uille Gomes, incentivou a adoção dos LIODS pelos tribunais para fomentar o diálogo e pensar maneiras de aplicar os ODS às atividades do Judiciário.

Nos painéis sobre a Agenda 2030, foram apresentados os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos tribunais e pelo **CNJ** em relação aos ODS. Em prol da justiça, paz, e fortalecimento das instituições, foram apresentadas as iniciativas referentes à classificação internacional de crimes, ao sistema prisional, ao combate aos crimes de corrupção, às questões de gênero, às ações de sustentabilidade ambiental e ao trabalho de integração dos registros civis.

Os participantes do evento se comprometeram a levar os debates para seus respectivos tribunais. Para o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**TRF1**), Carlos Moreira Alves, o trabalho de integração da Agenda 2030 traz um desafio a todos os Poderes Públicos de responder aos anseios da sociedade. "Não há desenvolvimento sem sustentabilidade e não há desenvolvimento sem projetos e ideais. Essa é uma integração que nos leva a um objetivo comum de sustentabilidade, permanência e previsibilidade", afirmou.

A representante da Corte Suprema do Peru, Dra. Mariem de la Rosa Bedriñana, afirmou que a experiência do Brasil constitui uma inspiração para os demais países. "Também temos feito ações para o cumprimento da Agenda 2030, mas o Brasil tem avançado muito mais. Estamos pensando em criar acordos para viabilizar, junto à presidência, formas de organizar melhor as tarefas que já iniciamos. No Peru, estamos trabalhando com a Justiça itinerante para atender aos mais vulneráveis e às comunidades nativas, para oferecermos uma Justiça pronta e eficaz", disse. Bendriñana disse que o Judiciário peruano busca cumprir as metas, mas a visão que o Brasil está trazendo motiva os demais países a incluir todo o trabalho jurisdicional, desde a atuação policial, até os tribunais, no contexto dos ODS. "Temos que interiorizar todos esses passos, como este evento mostrou, para que identifiquemos, dentro do nosso rol

de tarefas, os objetivos, metas e indicadores como a Agenda global indica. Isso é o importante, porque estamos todos buscando a mesma coisa: a paz", afirmou.

De acordo com a representante da Corte Suprema do Peru, os resultados do encontro brasileiro serão divulgados em outubro, durante a 2º Cúpula Judicial Ibero-Americana, agendada para acontecer naquele país.

Confira aqui o álbum com as fotos do evento.

Lenir Camimura Herculano Agência **CNJ** de Notícias

**Site:** <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89410-tribunais-devem-participar-da-criacao-de-indicadores-da-agenda-2030>

# Fórum da Infância e da Juventude discute condição das pessoas intersexo

Homens incapazes de produzir espermatozoides, adolescentes meninos que passam a sentir cólicas e menstruam, bebês masculinos registrados com nomes femininos. Esses são casos de pessoas que nasceram com genitália atípica, foram submetidas quando bebês a cirurgias reparadoras e que descobriram, posteriormente, serem de sexo distinto do qual foram registrados.

Essa realidade, que trata do nascimento, registro e vida em sociedade dessas pessoas, foi discutida por integrantes do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. O encontro realizado nesta quarta-feira (21/8) reuniu médicos, magistrados e representantes de pessoas intersexo.

A questão é complexa e abrange a saúde dos bebês no momento de seu nascimento, sua identidade, tratamento médico subsequente, dificuldades da família com recém-nascido com genitália atípica, falta de conhecimento da sociedade em relação ao tema e a forma como as áreas médica e jurídica podem atuar para assegurar os direitos desses indivíduos.

"Este é o início de um debate que é amplo e multifatorial. Vamos continuar nessa discussão para chegarmos, se não a um consenso, a um bom resultado para a felicidade dessas crianças e para um mundo em que o direito ande aliado à dignidade das pessoas", disse o conselheiro Luciano Frota, presidente do Foninj.

Uma das dificuldades enfrentadas por essas famílias é a forma de registro civil desses bebês. Conforme expôs Thais Emília de Campos, professora universitária e mãe de uma criança intersexo, as maternidades não estão preparadas para preencher a "Declaração de Nascido Vivo".

Nesse documento, há três campos para registro do sexo: masculino, feminino e ignorado. No entanto, ainda que conste uma terceira opção para o registro de bebês que nascem sem o sexo definido, os hospitais seguem fazendo cirurgias tidas como reparadoras a fim de adaptar os recém-nascidos ao sexo masculino ou feminino em decisões que não consideram as implicações futuras dessas intervenções e, em vários casos, à revelia das famílias.

No centro desse debate está a questão da proteção e garantia dos direitos das pessoas intersexo e da importância de não serem tratadas como portadores de anomalias. "Não somos corpos anômalos. Há necessidade dos corpos intersexo serem legitimados em vida", afirma Amiel Modesto, diretor da Associação Brasileira Intersexo.

Amiel, com 37 anos, se descobriu pessoa intersexo aos 33 ao ter acesso a uma carta em que constava o segredo da cirurgia para definição de sexo quando ele tinha sete meses. "Só a partir disso pude começar a entender minhas questões internas e externas."

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 1,7% da população mundial é formada por pessoas intersexo, em um dado tido como subestimado. Para a avaliação da Associação Brasileira Intersexo, as cirurgias para definição de sexo em bebês com genitália atípica foram e continuam sendo feitas sem serem analisadas pelos comitês de bioética das instituições hospitalares.

No Brasil, um dos debates mais profundos sobre esse tema vem sendo feito por profissionais do Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul. Os casos de crianças nascidas com sexo atípico e as consequências para a família, em termos de tratamento médico, levaram a unidade hospitalar a instituir um provimento a fim de facilitar trâmites burocráticos em situações tratadas pelo Núcleo de Bioética.

Essa experiência foi relatada pelos médicos José Roberto Goldim e Eduardo Correa da Costa. "A questão em jogo é a proteção a essas pessoas com direito a um encaminhamento adequado de suas demandas", disse José Roberto Goldim.

Eduardo Correa, que é cirurgião, informou que um bebê com genitália atípica traz para a família a dificuldade em lidar com a incerteza do sexo do indivíduo, chamando a atenção para o aspecto multidisciplinar do tema.

Em muitos casos, informou, além da genitália atípica, esses bebês nascem com enfermidades a serem tratadas de forma emergencial. Atualmente, o Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul faz o acompanhamento de 160 pacientes intersexo,



mediante um protocolo específico para esses casos.

O **Poder Judiciário** gaúcho também é pioneiro no assunto. Em junho, a Corregedoria-Geral de Justiça publicou provimento inédito que visa a garantia de acesso a direitos dos bebês e das famílias e o resguardo psíquico dos envolvidos. Na prática, o normativo cria novos artigos na Consolidação Normativa Notarial e Registral do Rio Grande do Sul (CNNR/RS), trazendo a possibilidade de se lançar no registro de nascimento o sexo como ignorado, conforme a Declaração de Nascido Vivo, e a opção para o declarante do nascimento de que no campo destinado ao nome passe a constar a expressão RN de (Recém-Nascido de), seguido do nome de um ou ambos os genitores.

O olhar da magistratura sobre o tema foi abordado pela juíza Camila de Mello, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que, assim como Thais Emília de Campos, abordou o registro civil dessas pessoas.

"A Declaração Nascido Vivo é essencial para o registro civil e surpreendentemente, as maternidades não marcam a possibilidade do 'sexo ignorado'. Falta comunicação e informação e há a crença de que o registro como sexo ignorado possa ser negativo para a criança."

Também participaram da reunião as conselheiras do **CNJ** Cristiana Ziouva e Daldice Santana, a juíza auxiliar da Presidência do **CNJ** Lívia Cristina Marques Peres, o secretário de Programas Especiais do **CNJ**, Richard Pae Kim, a corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, desembargadora Denise de Oliveira, além de membros do Foninj.

O debate, segundo os participantes, expõe a necessidade de dar visibilidade às necessidades das pessoas intersexo. Diante disso, o conselheiro Luciano Frota informou que o Fórum Nacional da Infância e da Juventude vai agendar outros encontros e que será considerada a possibilidade de se ter regulamentação sobre esse tema para o **Poder Judiciário**.

Luciana Otoni Agência **CNJ** de Notícias

**Site:** <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89411-forum-da-infancia-e-da-juventude-discute-condicao-de-pessoas-intersexo>

# VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA LEI PODE OBRIGAR O AGRESSOR A PAGAR SUS

Fundo será criado para ressarcir gastos médicos caso PL seja sancionado

4 MICHELLI ANGELI  
mboza@redgazeta.com.br

A Câmara dos Deputados concluiu a aprovação do projeto de lei que prevê que o agressor que praticar violência física, sexual ou psicológica e, ainda, dano moral ou patrimonial à mulher, seja obrigado a ressarcir todo o prejuízo causado, inclusive os custos do Sistema Único de Saúde (SUS), pelos serviços prestados para o tratamento completo das vítimas. No Estado, somente neste ano, quase mil homens já foram presos sob acusação de violência de gênero.

O projeto já havia sido aprovado pela Câmara e enviado ao Senado, mas, como os senadores mudaram o texto, o projeto teve de ser analisado novamente pelos deputados. Na sessão de terça, a Câmara rejeitou as mudanças. Uma das emendas rejeitadas pelos deputados previa que o ressarcimento ao SUS só ocorreria após o processo transitar em julgamento na instância criminal.

A relatora do projeto, a deputada Rose Modesto (PSDB-MS), entendeu que isso causaria uma demora grande entre o fato e o ressarcimento. Agora caberá ao presidente Jair Bolsonaro sancionar, vetar parcialmente ou vetar a íntegra do texto.

Segundo a proposta, os recursos arrecadados deverão ser destinados ao fundo de saúde do Estado ou município responsável pelas unidades de saúde que prestarem assistência. Outras situações de ressarcimento, como as de uso do abrigo pelas vítimas de violência doméstica e dispositivos de monitoramento das mulheres amparadas por medidas protetivas, também devem



ter as despesas ressarcidas pelo agressor.

Para evitar que os bens da mulher sejam usados para esse pagamento, o texto do projeto especifica que o ressarcimento não poderá diminuir o patrimônio da vítima ou de dependentes, e tampouco significar atenuante da pena do agressor.

Professor e doutor em Direito Constitucional, Américo Bedê diz que a proposta é legítima e já foi adotada em outros países. "Os recursos do Estado são finitos e, quem causa danos especifi-

## QUASE MIL PRESOS SÓ NESTE ANO

### AGRESSOR HAVIA ABERTO COVA

Somente neste ano, 986 homens já foram presos no Espírito Santo acusados de praticar violência contra mulheres. Ontem, durante a 5ª fase da Operação Marias, realizada pela Delegacia Especializada em atendimento à Mulher (DEAM), a polícia prendeu 14 homens em 12 horas, na Grande Vitória. Outros sete acu-

sados de estupro também foram detidos no município de Aracruz. Um dos presos em Vila Velha planejava matar a ex-mulher e já tinha aberto uma cova no quintal de casa, no bairro Barramares. "Ele já havia agredido ela antes. Nós conseguimos evitar um feminicídio", explicou a delegada Cláudia Demattê.

cos pode sim ser obrigado a indenizar. Essa atitude não será novidade, vários países já adotam essa prática e é importante lembrar que, nem tudo que é novo, é inconstitucional. Nada proíbe esse ressarcimento", ressalta o especialista.

Para a juíza Hermínia Azoury, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Família, a iniciativa anda lado a lado com medidas preventivas que, em sua opinião, o poder público deve investir e trabalhar.

"Tudo isso é uma forma

## O PROJETO

### FUNDO

#### ► Atendimento médico

De acordo com o texto da proposta, os recursos arrecadados serão destinados a um fundo de saúde da União, do Estado ou do município responsável pela unidade que prestou os serviços à vítima

#### ► Dispositivos

O agressor também terá de arcar com os dispositivos de segurança usados no monitoramento de vítimas de violência doméstica que têm medidas protetivas, como botão do pânico, por exemplo.

### DINHEIRO PRÓPRIO

#### ► E sem atenuantes

O agressor não poderá usar recursos da vítima nem dos dependentes, somente o que for dele. O ressarcimento também não poderá ser atenuante nem substituir a pena aplicada

de repressão, é uma maneira de fazer o agressor reconhecer que errou e pagar pelo erro. Se ele estiver fora da lei, tem que se responsabilizar", ressalta.

Além projeto de âmbito nacional, nesta semana passou a valer uma lei na Serra que proíbe a nomeação para cargos comissionados, na administração municipal, de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha, que trata da punição para a violência doméstica contra a mulher, além de exonerar pelo mesmo motivo os que já atuam no Executivo.

# 986 Homens foram presos, este ano, no ES

TAG: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,  
CUMPRIMENTO DE MANDADOS DE PRIÃO,  
JUSTIÇA, GRANDE VITÓRIA, PRISÃO DE  
AGRESSORES NO ES, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA,  
FEMINICÍDIO, LEI MARIA DA PENHA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVGAZETAAFGL>**

**OBOES-06.59.56-07.02.40-1566470981.mp4**

# A cada hora uma mulher precisa de atendimento médico por agressão

*Laércio Campos*

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, MULHER, AGRESSÃO, SUS, LEI, LEI MARIA DA PENHA, FEMINICÍDIO, EMPODERAMENTO,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVVITRIARECOR>

*DES-06.49.04-06.53.36-1566475826.mp4*

# A Polícia Civil realizou quinta fase da Operação Marias

TAG: OPERAÇÃO MARIAS, PRIÃO DE AGRESSORES, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, **LEI MARIA DA PENHA**, MEDIDA PROTETIVA, CRÍME DE ESTUPRO, ANIMAIS SILVESTRES,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/22/TVRECORDNEWSES-18.14.37-18.18.29-1566469815.mp4>**





**Veículo ficou destruído após condutor perder controle**

### **DOIS MORTOS EM ACIDENTE**

## **Motorista de Fusca liberado da cadeia**

Após uma noite na prisão, Frederico Fernandes Moreira dos Santos, de 26 anos, que dirigia um Fusca durante acidente que deixou dois jovens mortos e um outro ferido, na Rodovia Darly Santos, em Vila Velha, foi liberado da cadeia ontem.

Os mortos foram identificados como Igor Prates de Oliveira, de 21 anos, Natani Vieira de Souza, 27 anos.

Ele estava detido após a autuação em flagrante por duplo homicídio culposo na condução de veículo automotor. O acidente aconteceu na noite da última segunda-feira.

O rapaz chegou a ser conduzido à Delegacia Regional de Vila Velha, de acordo com a Polícia Civil, e depois foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV), segundo a Secretaria de Justiça (Sejus). Porém, após uma noite na prisão, ele foi liberado durante audiência de custódia.

Em sentença, a juíza Raquel de Almeida Valinho ressaltou que Frederico não havia bebido antes do acidente e que em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais não foram encontrados registros criminais envolvendo o motorista.

# Após passar por exame, motorista envolvido em acidente na Darly Santos é liberado da prisão

**Redação Folha Vitória**

Foi liberado da prisão o condutor do veículo envolvido no grave acidente na Rodovia Darly Santos, em Vila Velha, onde dois jovens morreram na madrugada da última terça-feira (20). Frederico Fernandes dos Santos foi liberado na manhã de ontem após passar por uma audiência de custódia.

Em sentença, a juíza Raquel de Almeida Valinhos ressaltou que um exame de etilômetro feito após o ocorrido, teria comprovado que o condutor não ingeriu bebida alcoólica antes do acidente. Ela afirmou ainda que o rapaz não possui antecedentes criminais.

A magistrada decidiu substituir a prisão preventiva dele por medidas cautelares, sem pagamento de fiança. Neste período, o condutor não poderá sair da Grande Vitória sem autorização prévia.

Além disso, Frederico terá que comparecer a todos os atos do processo e ele está proibido de frequentar bares, boates e estabelecimentos semelhantes.

Um acidente na madrugada de terça-feira (20) deixou duas pessoas mortas e uma outra ferida, na Rodovia Darly Santos, em Vila Velha. Segundo informações da Guarda Municipal, o acidente aconteceu por volta das 00h10, quando o motorista do veículo teria perdido o controle e colidiu direto em poste.

Com o impacto, o carro ficou destruído, o motor do veículo se soltou e dois dos três ocupantes não resistiram aos ferimentos. Uma equipe do Samu foi acionada, mas infelizmente um deles teria morrido ainda no local e outro dentro da ambulância quando seguia para o hospital.

O condutor do veículo e único sobrevivente, foi atado por duplo homicídio, segundo informações da Polícia Civil. No entanto, após passar por uma audiência de custódia na manhã de quarta-feira (21) ele foi liberado da prisão.

**Site:**

**<https://novo.folhavitória.com.br/geral/noticia/08/2019/apo>**

***s-passar-por-exame-motorista-envolvido-em-acidente-  
na-darly-santos-e-liberado-da-prisao***

# Sobrevivente posta foto tirada com amigo momentos antes de acidente com Fusca

## Redação Tribuna Online

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

O jovem Pedro Henrique Fadini, de 21 anos, publicou uma foto nas redes sociais, nesta quarta-feira (21) para homenagear o amigo Igor Prates, 21, que morreu em um acidente na madrugada da última terça-feira (20), na rodovia Darly Santos, em Vila Velha. A imagem foi feita minutos antes do Fusca azul, onde os dois estavam com outros dois amigos, colidir em um poste.

Além de Igor, a jovem Natani Vieira de Souza, 27, também morreu por conta da colisão. Ela chegou a ser socorrida por uma ambulância, mas morreu a caminho do hospital. O motorista do carro, Frederico Fernandes Moreira dos Santos, 26, foi levado ao hospital e, após ter alta, foi autuado em flagrante por duplo homicídio, segundo a Polícia Civil. Na manhã de quarta, ele foi liberado do presídio depois de passar por audiência de custódia.

Na postagem, Pedro Henrique pede desculpas a Igor, afirmando não ter conseguido fazer nada para salvar ele e Natani. "Se tem algo que levarei pro resto da minha amarga vida é a sua lembrança, eu te amo!", escreveu ele.

Em outro trecho da mensagem, o jovem diz que está sem chão. "Só consigo pensar em como Fred, você e eu organizamos nossa vida e sonhamos com a melhoria pra (sic) nós, mas se tem uma coisa que te

falo é que Frederico e eu não iremos abandonar nossos sonhos, te honraremos pra (sic) sempre...", garantiu ele.

Ao se despedir do amigo, ele lembra que a foto foi tirada minutos antes do acidente e lembra a conversa que os dois tiveram após a imagem ser feita, citando que Igor disse que postariam a foto nas redes sociais assim que chegassem em casa. "Pois é, meu mano, a gente não chegou", lamentou.

Se tem algo que levarei pro resto da minha amarga vida é a sua lembrança, eu te amo! Desculpa meu irmão, por não conseguir fazer nada pra salvar você e nati. Esta doendo meu mano, o mínimo que eu desejo era ter partido junto à ti, estou sem chão, sem rumo. Só consigo pensar em como Fred, você e eu organizamos nossa vida e sonhamos com a melhoria pra nós, mas se tem uma coisa que te falo é que Frederico e eu não iremos abandonar nossos sonhos, te honraremos pra sempre... Essa foto foi tirada alguns minutos antes dessa tragédia, você tinha falado comigo "carai nariz essa foto ficou doida, vamo postar assim que chegar em casa" pois é meu mano, a gente não chegou

Uma publicação compartilhada por Pedro H. Fadini Kerkovsky (@pedrohfadini) em

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

**Site:** <https://tribunaonline.com.br/sobrevivente-posta-foto-tirada-com-amigo-momentos-antes-de-acidente-com-fusca>

# Justiça manda soltar motorista de acidente com fusca (Notícias)

## **Da Redação Do Jornal A Ilha**

O motorista Frederico Fernandes Moreira dos Santos, de 26 anos, preso por duplo homicídio culposo, segundo a Polícia Civil, foi liberado no início da noite desta quarta-feira (21), após decisão da Justiça. O carro que era conduzido por ele, um Fusca azul, bateu em um poste, na rodovia Darly Santos, na altura do bairro Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha na madrugada desta terça-feira (20).

A juíza Raquel de Almeida Valinho entendeu que não havia elementos que justificassem a prisão preventiva de Frederico, uma vez que o bafômetro deu negativo e que o jovem não tem antecedentes criminais. De acordo com ela, a liberdade do motorista "não oferece risco à ordem econômica, à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, considerando que possui residência fixa e ocupação lícita".

Na decisão, a juíza listou as medidas cautelares que, caso não sejam respeitadas, será permitido decretar a prisão do rapaz. São elas:

O acidente e a prisão de Frederico Fernandes

Segundo informações da polícia, Frederico seguia no sentido Araçás, no Fusca onde estavam mais três amigos dele, quando teria perdido o controle do veículo, atingido um poste e, posteriormente, a grade de um supermercado localizado na região.

O jovem Igor Prates de Oliveira, de 21 anos, morreu na hora. Já Natani Vieira de Souza, de 27, chegou a ser socorrida, mas morreu a caminho do hospital. O outro passageiro, de 21, foi levado ao hospital com ferimentos.

A reportagem do Tribuna Online conversou com familiares do motorista e o cunhado dele, de 34 anos, que pediu para não ser identificado, questionou o motivo da prisão de Frederico, já que ele trabalha e tem residência fixa. Outro ponto apontado pelos familiares é que o carro estava com a documentação em dia e o teste do bafômetro deu negativo para para o consumo de álcool.

Em nota, a Polícia Civil não informou os motivos da prisão apenas disse que "após atendimento médico no hospital, o jovem foi conduzido até a 2ª Delegacia

Regional de Vila Velha, onde foi autuado em flagrante por duplo homicídio na condução de veículo automotor e encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV)".

De acordo com a família de Frederico, por conta do horário, o jovem só deve passar por audiência de custódia no presídio nesta quarta-feira (21), quando o juiz de plantão deve manter a prisão ou arbitrar fiança para que o motorista responda ao processo em liberdade.

A família do jovem informou que os três rapazes moravam juntos em um apartamento em um bairro de Vila Velha e Natani era vizinha deles. Na noite de terça, eles foram até a rodoviária de Vitória para levar Natani, que chegava de viagem até em casa. O acidente aconteceu no momento em que eles seguiam para casa.

O corpo da jovem foi liberado do Departamento Médico Legal (DML), no final da tarde dessa terça, e foi levado para a cidade de Lajinha (MG), onde foi velado e sepultado.

Com Informações: Tribuna On Line

**Site:** <http://jornalilha.com.br/2019/08/22/justica-manda-soltar-motorista-de-acidente-com-fusca.html>



10 | POLÍTICA

QUARTA, 21 DE AGOSTO DE 2019

# VITOR VOGAS PRAÇA OITO

VOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS



## Majeski emparedado

Sabe aquela cena de "Indiana Jones" em que o personagem está numa câmara, e todas as paredes se fecham sobre ele ao mesmo tempo para esmagá-lo? É a atual situação do deputado Sérgio Majeski (PSB), que no momento se prepara para enfrentar duas frentes de pressão e de investigação simultâneas contra ele:

De um lado, a interpeção judicial movida pelo procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, contra Majeski no Tribunal de Justiça do Estado (TJES) e que pode originar ação penal em face do deputado por possível prática de crimes contra a honra; do outro, um pedido de abertura de investigação protocolado contra o deputado junto à Corregedoria da Assembleia por quebra de decoro parlamentar, o qual, no limite, pode culminar até com a cassação do mandato de Majeski.

Nas duas frentes, o deputado se encontra em apuros por causa das palavras usadas por ele, da tribuna da Assembleia e em entrevista ao "Bom Dia ES", para criticar a aprovação do projeto do MPES que criou 306 cargos comissionados na estrutura da instituição, no dia 16 de julho. O projeto era no mínimo controverso, e mereceria discussão mais profunda, seja por conta do impacto financeiro (R\$ 27,2 milhões/ano, se todos os cargos forem providos), seja pela opção da chefia do MPES por contratar comissionados em vez de realizar concurso público. Mas não é esse o ponto.

O cerne da questão é que, naquele mesmo dia – o último de trabalhos em plenário antes do recesso de julho – e igualmente sem o devido debate, os

deputados também aprovaram o ainda mais polêmico projeto, de autoria da Mesa Diretora, que na prática acabou de uma vez por todas com qualquer esperança de alguma transparência no controle da frequência e das atividades realizadas (ou não) pelos chamados "assessores externos" – comissionados lotados nos gabinetes dos deputados, mas liberados para atuar o tempo inteiro fora da Casa e "junto às bases".

O projeto da Mesa aboliu a exigência de apresentação de relatórios de atividades por partes desses "assessores externos". A publicação de tais relatórios no portal da Assembleia era cobrada havia anos pelo próprio MPES, por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória.

Vinculando uma coisa à outra, Majeski afirmou, no "Bom Dia ES", que a aprovação a jato dos dois projetos teria sido resultado de uma "troca de gentilezas", revelando a "relação altamente promíscua entre as instituições". Essa declaração foi o que levou o chefe do MPES a ingressar, no último dia 8, com o pedido de explicações em face de Majeski, por entender que o deputado se excedeu ao fazer uma acusação muito grave sem provas. A decisão sobre o andamento dessa

—  
Pela primeira vez no atual governo, Renato Casagrande fará visita de cortesia hoje ao TJES. Será recebido às 18h, no salão nobre do tribunal, pelo presidente da Corte, Sérgio Gama, e todos os demais desembargadores

interpeção caberá ao Pleno do TJES.

Presumivelmente, é também esse o motivo que pode levar à abertura de um processo de cassação contra o deputado pela Corregedoria da Assembleia. E talvez seja exatamente ali que Majeski tenha mais motivos para se preocupar. É possível que ele encontre mais dificuldades entre os próprios pares do que entre os desembargadores do TJES.

### Ele não joga em casa

Não é exagero dizer que, a partir de eventual instauração de processo por quebra de decoro, Majeski estará nas mãos dos membros da Corregedoria e, dependendo da decisão tomada no órgão, dos demais deputados em plenário. O julgamento nesse foro leva em conta elementos técnicos, mas é eminentemente político, como não poderia deixar de ser em uma Casa Legislativa formada por 30 políticos. As relações estabelecidas com os pares contam muito ali dentro.



Na Corregedoria da Casa, Majeski não tem amigos nem aliados. "Nem ali nem em lugar nenhum", emenda o próprio deputado, em conversa conosco. Pois é.

Por seu estilo combativo, contundente e implacável nas críticas, Majeski tem sido, da tribuna, a pedra no sapato de outros Poderes e instituições estaduais (que o diga o governo Paulo Hartung). Mas é, antes de mais nada, a grande pedra no sapato do atual grupo no comando da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Erick Musso (PRB).

Por vezes, em propostas da Mesa, de interesse dos próprios deputados, Majeski é uma voz isolada ali dentro. Exemplos recentes são suas críticas ao próprio projeto que aboliu os relatórios de atividades dos assessores externos e ao que instituiu gratificação de R\$ 1 mil para servidores dos gabinetes. Com as críticas públicas e o tom em geral muito ácido do deputado, muitos colegas se ressentem. Além de contrariados, sentem-se constrangidos e atacados pelo deputado do PSB, "como se só ele tivesse razão".

Majeski, enfim, é um deputado altamente respeitado. Mas, definitivamente, não é um deputado dos mais queridos pelos colegas. Tudo isso considerado, há, na Assembleia, muita gente apostando que o clima hoje não é nem um pouco favorável a Majeski e que o revanchismo interno pode prevalecer. A provocação, especialmente porque feita por um agente externo, poderia ser a deixa, ou pretexto ideal, para um grupo de insatisfeitos com Majeski levar o pedido de investigação às últimas consequências: votação, em plenário, de um pedido de cassação.

### PP com candidata

A advogada Fayda Belo é a nova presidente do PP de Cachoeiro e pré-candidata a prefeita da cidade.



# Jaqueline Moraes participa de evento sobre combate à violência contra a mulher

Assessoria

A vice-governadora Jaqueline Moraes participou, nesta segunda-feira (19), da abertura da 14ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa. Ela ministrou uma palestra como tema “Políticas Estaduais para o Empreendedorismo Feminino”. O evento aconteceu no Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Estado (TJES), na Enseada do Suá, Vitória.

O evento contou ainda com a participação da secretária nacional adjunta de Políticas para a Mulher, Roseane Cavalcante Freitas Estrela, além de autoridades e representantes de entidades envolvidas no combate à violência contra a mulher.

Em sua fala, Jaqueline Moraes apresentou o programa Agenda Mulher, capitaneado pela Vice-Governadoria. “Empreender é um ato necessário, porque se traduz em um movimento importante para dar força e visibilidade a outras questões relacionadas ao universo feminino. Empreendedorismo é informação. Nós criamos

o Programa Agenda Mulher buscando empoderar e dar visibilidade às mulheres capixabas para que elas possam empreender economicamente”, disse.

A vice-governadora abordou os números da violência no Espírito Santo. “São números preocupantes e o Governo do Estado está trabalhando para diminuir, através do Plano de Políticas Públicas para Mulheres e do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, disse.

Durante a solenidade de abertura, o presidente do TJES, o desembargador Sérgio Luiz Teixeira

Gama, explicou as ações da Semana Justiça pela Paz em Casa.

“Elas fazem parte do calendário nacional de combate à violência contra a mulher e têm a participação de todos os Tribunais de Justiça do País, na tentativa de esclarecer o público sobre a importância da pacificação social, começando pelo núcleo familiar. A importância deste evento, portanto, não se esgota nos temas agendados para os debates. O seu significado é mais amplo, já que tem por objetivo promover a conscientização contínua sobre o problema da violência de gênero, alcan-

çando a comunidade e instituições parceiras”, destacou.

O desembargador Fernando Zardini Antonio, supervisor das Varas Criminais e de Violência Doméstica e Familiar, lembrou que o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher vem tomando conta dos noticiários e que merece um olhar diferenciado.

“Uma nova forma de encarar esta situação, não apenas pelo aspecto repressivo, mas, acima de tudo, com a realização de eventos dessa natureza, nos permitirá buscar alternativas para este enfrentamento. A educação

é base de tudo. A educação é o ponto de partida para a mudança de valores, para o resgate de esse novo viver”, apontou o supervisor.

O subprocurador-geral de Justiça, Josemar Moreira, ressaltou que o evento representa um grande avanço no compromisso do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, ao tratar de uma temática tão importante, que aborda os direitos das mulheres, e propõe uma reflexão sobre a eficiência da atuação das instituições.

A secretária nacional adjunta de Políticas para a Mulher, Roseane Caval-

cante Freitas Estrela, proferiu palestra sobre as Políticas Nacionais para a Mulher. Roseane falou sobre o papel do Governo Federal na articulação da Rede Nacional de Atendimento à Mulher Víctima de Violência, e do aumento, em 2019, de denúncias pelo Disque 180, em relação a 2018.

“A gente fica muito triste com o aumento dos números. Mas, que eles sejam um alerta de que o nosso trabalho de encorajamento para que as mulheres denunciem está dando certo, e a gente lamenta, porque aquela denúncia feita é um caso de violência, é um possível caso de feminicídio, e a nossa responsabilidade aumenta”, enfatizou a secretária.

A juíza da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJES, Herminia Maria Azoury, parabenizou a participação das entidades e autoridades. “Quero fazer um agradecimento a todas e a todos presentes, porque se aqui estão é porque são comprometidos com esta causa tão nobre”.



Foto: Leandro Braga/Vice-Governadoria

# Posição do MPES contra servidor e Majeski causa repulsa , diz ONG

A ONG Transparência Capixaba manifestou estranheza e repulsa em relação à postura do procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, que abriu Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra um servidor efetivo da instituição que disparou e-mail para todos os demais servidores e membros (promotores e procuradores) do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) com críticas à criação de 307 cargos comissionados no órgão.

Ainda mais descabida, do ponto de vista institucional e legal, é a tentativa do Procurador-geral de Justiça do **Ministério Público** do Espírito Santo, de instaurar ação penal contra o deputado estadual Sergio Majeski (PSB) pelas críticas que fez ao projeto de criação dos 307 cargos comissionados , diz nota assinada pela entidade.

> COLUNA VITOR VOGAS: Majeski corre o risco de ser cassado pelos colegas na Assembleia

O procurador acionou o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** por meio de uma interpelação judicial, em busca de explicações do parlamentar quanto às críticas que fez à proposta.

Ao Procurador-geral de Justiça do **Ministério Público** do Espírito Santo, não é necessário lembrar o instituto da imunidade parlamentar. Esse secular direito garante aos representantes da sociedade, no exercício das suas funções, a liberdade de opiniões, palavras e votos , diz o texto.

> MPES quer saber quem foi à Assembleia na votação de projeto

Assim sendo, prestamos nossa solidariedade aos dois, o servidor do MPES, do qual, infelizmente não sabemos o nome, e o deputado estadual Sergio Majeski. A liberdade é um bem-direito coletivo, não uma dívida garantida por alguém , complementa a Transparência Capixaba.

O Gazeta Online procurou o **Ministério Público**, que não se manifestou sobre a nota da Transparência Capixaba.

Quando da apresentação do projeto, o MPES já havia saído em defesa da criação dos cargos, mencionando uma economia que seria criada com o não

preenchimento de cargos - vagos - de promotores e a modernização que a contratação de assessores proporcionaria. Se todos os cargos comissionados, além dos 21 efetivos e quatro funções gratificadas forem ocupados, o impacto será, de acordo com o próprio MPES, de R\$ 28,9 milhões por ano.

O projeto ganhou o aval da maioria dos deputados estaduais e do governador Renato Casagrande (PSB), que vetou apenas alguns pontos , como a criação do 13º do auxílio-alimentação para servidores.

> Líder do governo Casagrande se opõe a cassação de Majeski

CONFIRA A NOTA NA ÍNTEGRA:

A liberdade de expressão, um bem coletivo a ser defendido e não vilipendiado

Para aqueles que se habituaram à posse de admiração pública, ou mesmo esperança de conquistá-la, todos os demais prazeres empalidecem e definham

Adam Smith (1759)

Uma das conquistas mais significativas da humanidade - ao longo do processo histórico moderno e contemporâneo - foi a liberdade de expressão. Ela foi a base fundamental para inúmeras conquistas civis, políticas e sociais. Sem esticar muito a análise histórica, podemos remontar suas origens na conhecida Bill of Rights (Lei de Direitos), da Revolução Gloriosa na Inglaterra, de 1689. São 330 anos de história que alguns agentes políticos parecem querer apagar no tempo.

Por certo, como praticamente nenhum direito, a liberdade de expressão não é absoluta. Existem limitações que estão implícitas na ideia de que todos temos as mesmas liberdades com base na nossa condição de humanos, de cidadãos, mas como instituí a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XIX, "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". O Brasil é signatário dessa declaração de 1948. Aos agentes

públicos é imperativo não se esquecerem do documento e do fato de sermos signatários.

Assim, nos causa estranheza e repulsa a decisão do Dr. Éder Pontes, Procurador-geral de Justiça do **Ministério Público** do Espírito Santo, de instaurar um processo administrativo disciplinar contra um servidor do órgão, por "ato de insubordinação e de falta de lealdade", pelo fato de que o mencionado servidor ter criticado junto aos servidores do MPES o projeto de criação de 307 cargos comissionados no órgão.

Já na Primeira Guerra Mundial, talvez seja bom lembrar, existiam em inúmeros países os objetores de consciência. Talvez o mais conhecido deles seja o economista John Maynard Keynes. Se num momento extremo para as nações, como é a guerra, podem existir situações desse quilate, como cobrar lealdade e falar em insubordinação numa questão, na melhor das opiniões, mesmo considerando eventuais regulamentos internos do MPES, controversa, e ao nosso juízo, completamente descabida.

Ainda mais descabida, do ponto de vista institucional e legal, é a tentativa do Procurador-geral de Justiça do **Ministério Público** do Espírito Santo, de instaurar ação penal contra o deputado estadual Sergio Majeski (PSB) pelas críticas que fez ao projeto de criação dos 307 cargos comissionados.

Ao Procurador-geral de Justiça do **Ministério Público** do Espírito Santo, não é necessário lembrar o instituto da imunidade parlamentar. Esse secular direito garante aos representantes da sociedade, no exercício das suas funções, a liberdade de opiniões, palavras e votos.

Assim sendo, prestamos nossa solidariedade aos dois, o servidor do MPES, do qual, infelizmente não sabemos o nome, e o Deputado Estadual Sergio Majeski. A liberdade é um bem-direito coletivo, não uma dádiva garantida por alguém.

Instamos ao MPES que torne sem efeito esse inquérito administrativo contra o servidor e conclamamos o Tribunal de Justiça a negar a instauração do inquérito penal postulado pelo Dr. Éder Pontes.

Por fim, sugerimos ao Dr. Éder Pontes que volte seus olhos para a Constituição Federal, onde a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar são garantidas, e onde se encontra a determinação de que o **Ministério Público**, instituição tão significativa no nosso ordenamento jurídico, e em diversas lutas da sociedade brasileira e capixaba, seja o defensor da ordem jurídica.

Vitória - ES, 20 de Agosto de 2019

## TRANSPARÊNCIA CAPIXABA

"Contra a Corrupção, a favor do Espírito Santo"

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/posicao-do-mpes-contr-a-servidor-e-majeski-causa-repuls-a--diz-ong-1014195068.html>



# Justiça marca primeira audiência para ouvir acusados de mortes na 3ª Ponte

O juiz Felipe Bertrand Sardenberg Moulin, da 1ª **Vara Criminal de Vitória**, marcou para os dias 4, 5, 6 e 7 de novembro de 2019, a primeira audiência para oitivas de testemunhas e interrogatório dos motoristas acusados de atropelar e matar um casal de namorados na Terceira Ponte, no dia 22 de maio deste ano. De acordo com a polícia, os motoristas dos carros, Oswaldo Venturini Neto e Ivomar Rodrigues Gomes Junior, praticavam um racha e teriam ingerido bebida alcoólica. Kelvin Gonçalves dos Santos, 23 e Brunielly Oliveira, 17, seguiam para Vitória em uma moto quando foi atingidos por dois veículos.

Segundo o magistrado, diante do grande número de testemunhas, seria inviável o agendamento de data única para tal finalidade. Dessa forma, o juiz decidiu que nos dias 4 e 5 de novembro serão realizadas as oitivas das testemunhas arroladas pelo **Ministério Público** e pelos Assistentes de Acusação. Já nos dias 6 e 7, será a vez de ouvir as testemunhas de defesa, bem como o interrogatório dos acusados.

O juiz também solicitou cópia integral com todas as câmeras de videomonitoramento instaladas ao longo da Terceira Ponte, no período em que ocorreu o acidente. A Concessionária Rodosol tem o prazo de 30 dias para entregar a mídia à justiça.

Ao Gazeta Online, o advogado Síderon Vitorino, que atua como assistente de acusação, disse que a expectativa é grande para essa primeira audiência. A expectativa é grande já que o juiz deferiu o arrolamento das testemunhas indicadas por nós. Trata-se dos integrantes da viatura operacional da Rodosol e também da viatura do SAMU, esses que conduziram os motoristas para atendimento médico no dia do crime. Esses integrantes são capazes de infirmar em juízo, qual era o estado psicológico, o estado emocional e até mesmo os vestígios de embriaguez que foram por eles percebidos quando estiveram com os motoristas que cometeram esse assassinato na Terceira Ponte, explicou.

## TRANSFERÊNCIA NEGADA

Os assistentes de acusação pediram que o advogado Ivomar Rodrigues Gomes Júnior, acusado de atropelar e matar duas pessoas na Terceira Ponte, no dia 22 de maio, fosse transferido para um presídio comum, já que Ivomar teve as suas atividades como advogado

suspensas pela Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB-ES**). Entretanto, segundo o magistrado, "o advogado suspenso não deixa de tornar-se profissional da advocacia, nem perde suas qualificações legais. O que ocorre, é somente a proibição temporária de exercer os atos profissionais, durante o período de cumprimento da sanção", escreveu o juiz.

Desse modo, o juiz indeferiu o pedido da acusação e manteve Ivomar preso em uma sala de Estado-Maior.

## O ACIDENTE

O acidente aconteceu na madrugada do dia 22 de maio deste ano. Brunielly e Kelvin seguiam para Vitória em uma moto quando foram atingidos por dois veículos, um Audi 1 e um Toyota Etios. O casal morreu na hora. De acordo com a polícia, os motoristas dos carros, Oswaldo Venturini Neto e Ivomar Rodrigues Gomes Junior, praticavam um racha e teriam ingerido bebida alcoólica.

Em depoimento, testemunhas contaram que viram os dois motoristas trafegando em velocidade incompatível com a via e em situação que caracterizava um "racha". Segundo duas testemunhas, os veículos estavam em altíssima velocidade e não pararam no cruzamento de uma avenida.

Além disso, uma das testemunhas informou que a velocidade do carro de Ivomar era tão alta que fez com que o veículo conduzido por ele balançasse no momento que o carro de Ivomar passou.

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/justica-marca-primeira-audiencia-para-ouvir-acusados-de-mortes-na-3-ponte-1014195046.html>

# Criança cai dentro de bueiro e família receberá R\$ 5 mil de indenização

Foto: Divulgação/TJES

O Município de Aracruz foi condenado a pagar R\$ 5 mil em indenização a uma criança que se feriu após cair dentro de um bueiro. Em virtude do acidente, a vítima teria perdido grande quantidade de sangue e tido um grande abalo emocional.

De acordo com o pai, a filha caminhava pelo bairro Bela Vista, no município, quando caiu em um bueiro que estava com a tampa quebrada. Devido à queda, ela teve um corte de cinco centímetros na perna esquerda e perdeu considerável quantidade de sangue e precisou ser encaminhada com urgência para um pronto socorro da cidade.

Em análise do caso, o juiz destacou a Teoria do Risco Administrativo, segundo a qual o estado tem a obrigação de indenizar o dano causado à vítima. "Desta forma, significa dizer que ao lesado cabe apenas demonstrar que o prejuízo sofrido se originou da conduta estatal, sem qualquer consideração sobre o dolo ou culpa", acrescentou.

Acerca do pedido de indenização por danos estéticos e morais, o magistrado afirmou que o dano estético da autora não lhe causa constrangimento e, assim, não merecia prosperar. "Quando algo provoca defeito na aparência da vítima que seja capaz de extrapolar os limites da dor moral, fica caracterizado o dano estético [...] Assim, entendo que a autora faz jus somente à indenização a título de dano moral, eis que o dano estético não lhe causa constrangimento", explicou.

Em sentença, o juiz afirmou que os danos morais e materiais eram procedentes e, portanto, condenou o réu a indenizar a autora, representada na ação por seu pai, em R\$5 mil a título de danos morais e mais R\$85,53 devido danos materiais, sobre os quais devem incidir juros e correção monetária.

O Município de Aracruz foi condenado a pagar R\$ 5 mil em indenização a uma criança que se feriu após cair dentro de um bueiro. Em virtude do acidente, a vítima teria perdido grande quantidade de sangue e tido um grande abalo emocional.

De acordo com o pai, a filha caminhava pelo bairro Bela Vista, no município, quando caiu em um bueiro que estava com a tampa quebrada. Devido à queda,

ela teve um corte de cinco centímetros na perna esquerda e perdeu considerável quantidade de sangue e precisou ser encaminhada com urgência para um pronto socorro da cidade.

Em análise do caso, o juiz destacou a Teoria do Risco Administrativo, segundo a qual o estado tem a obrigação de indenizar o dano causado à vítima. "Desta forma, significa dizer que ao lesado cabe apenas demonstrar que o prejuízo sofrido se originou da conduta estatal, sem qualquer consideração sobre o dolo ou culpa", acrescentou.

Acerca do pedido de indenização por danos estéticos e morais, o magistrado afirmou que o dano estético da autora não lhe causa constrangimento e, assim, não merecia prosperar. "Quando algo provoca defeito na aparência da vítima que seja capaz de extrapolar os limites da dor moral, fica caracterizado o dano estético [...] Assim, entendo que a autora faz jus somente à indenização a título de dano moral, eis que o dano estético não lhe causa constrangimento", explicou.

Em sentença, o juiz afirmou que os danos morais e materiais eram procedentes e, portanto, condenou o réu a indenizar a autora, representada na ação por seu pai, em R\$5 mil a título de danos morais e mais R\$85,53 devido danos materiais, sobre os quais devem incidir juros e correção monetária.

**Site:** <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/crianca-cai-dentro-de-bueiro-e-familia-recebera-r-5-mil-de-indenizacao-21082019>

# Motorista que dirigia fusca envolvido em acidente é preso por duplo homicídio culposo, no ES

## Por G1 ES

Acidente deixou dois mortos e dois feridos em Vila Velha, no Espírito Santo - Foto: Fábio Linhares/ TV Gazeta

O motorista que dirigia o fusca no momento do acidente que matou duas pessoas e deixou ele e outro ferido, na rodovia Darly Santos, em Vila Velha, foi preso e autuado em flagrante por duplo homicídio culposo e encaminhado para o Centro de Triagem de Viana, nessa quarta-feira (20).

O motorista dirigia o fusca e perdeu o controle do carro, bateu em um poste e depois na grade de proteção de um estabelecimento na rodovia.

O passageiro Igor Prates de Oliveira, de 22 anos, estava no carro e morreu na batida. Natani Vieira de Souza, de 27 anos, que também estava no Fusca, sofreu escoriações e estava com dificuldades respiratórias. Ela foi levada para o Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE) mas não resistiu e também faleceu.

Acidente deixou dois mortos e dois feridos em Vila Velha, no Espírito Santo - Foto: Ari Melo/ TV Gazeta

Depois do atendimento médico, o motorista foi conduzido à Delegacia Regional de Vila Velha, e autuado em flagrante por duplo homicídio culposo pela condução do veículo.

De acordo com o consulta de processos do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, a audiência de custódia dele acontece nesta quarta-feira (21).

## Caso

O rapaz que dirigia o carro foi socorrido pela viatura do Corpo de Bombeiros ao HEUE com alguns ferimentos. Ele estava consciente e o teste de bafômetro deu negativo. O quarto ocupante do veículo também foi socorrido para o mesmo hospital.

De acordo com a reportagem da TV Gazeta, a família e os amigos dos jovens estão muito abalados e não

quiseram dar entrevista, mas contaram que os três rapazes saíam do shopping onde trabalhavam e tinham ido até a rodoviária para buscar Natani.

A moça estava voltando da cidade de Lajinha, em Minas Gerais, onde a família mora. Na volta para casa, o pneu do carro teria soltado, o que provocou o acidente.

Veja o plantão de últimas notícias do G1 Espírito Santo

## Notícias Relacionadas:

G1 - ESPÍRITO SANTO  
Motorista que dirigia fusca envolvido em acidente é preso por duplo homicídio culposo, no ES

**Site:** <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/08/21/motorista-que-dirigia-fusca-envolvido-em-acidente-e-preso-por-duplo-homicidio-culposo-no-es.ghtml>



# Confusão política em Itapemirim (BlogBastidores)

## **ALEX PANDINI**

### Barril de pólvora

A política da pequena cidade de Itapemirim, no litoral sul capixaba, não é para amadores. Há uma disputa figadal entre os grupos do atual prefeito, Thiago Peçanha (PSDB), e da deputada federal Norma Ayub (DEM) - aliada do presidente da Câmara de Vereadores, Mariel Delfino (PC do B).

### Tira e põe

Na última terça (20), a Câmara tentou tirar Peçanha do cargo pela segunda vez este ano, ao aprovar novo afastamento dele por 90 dias. Como o prefeito eleito, Luciano Paiva (PSB), já foi cassado, quem assume nessa circunstância é o próprio presidente do legislativo municipal.

### Tira e põe II

Nesta quarta (21), um aparato de viaturas e 16 homens da PM foi postado em frente à prefeitura. No final da tarde, como acontecera anteriormente, o juiz Romilton Alves Júnior, da 1ª Vara Cível de Itapemirim, julgou Mandado de Segurança e decidiu por recolocar Thiago Peçanha na cadeira de prefeito.

### Expediente?

O curioso disso tudo é que Delfino não chegou a sentar na cadeira de prefeito - sequer entrou na sede da prefeitura. Mas um documento afixado à porta dizia que ele - na condição de prefeito - havia determinado expediente interno, a título de preservação da segurança. Essa novela ainda vai render novos capítulos.

### Forró imaterial

O deputado estadual Torino Marques (PSL) quer fazer do forró um bem cultural imaterial no Espírito Santo. No dia 3 de setembro, fará audiência pública com esse objetivo. Torino preside a Comissão de Cultura e Comunicação Social da Assembleia Legislativa.

### Forró imaterial II

A ideia é colaborar com o projeto do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que mapeia as matrizes do chamado "forró de raiz" país afora, para o reconhecimento do ritmo com patrimônio cultura nacional.

### Fórum militares

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), virá ao ES para o XVIII Fórum Nacional de Associações Militares, que acontece nestas quinta (22) e sexta (23). O evento será no auditório do Tribunal de Contas.

### Debate político

Na pauta, os principais projetos que tramitam no Congresso Nacional relacionados aos interesses dos militares. Witzel vai falar sobre a importância das entidades militares para a preservação da ordem pública.

### Capixabas

Da bancada capixaba, participam o senador Marcos Do Val (PODE), o deputado federal Da Vitória (CIDADANIA) e os deputados estaduais Coronel Quintino e Capitão Assunção (ambos do PSL).

### Mulheres e saúde

O Fórum também vai homenagear a primeira turma de mulheres soldado formada pela PMES - de 1986. Também será apresentada pesquisa inédita no país, realizada pela Associação dos Cabos e Soldados do ES, sobre a saúde mental dos PMs e Bombeiros.

Foto da coluna: enviada por leitor.

### Site:

<http://www.folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/08/confusao-politica-em-itapemirim/>

# Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ

## **Assessoria de Comunicação Institucional**

Analistas do TJRO integram grupo de desenvolvimento

Lançado no último dia 15, pelo **Conselho Nacional de Justiça - CNJ**, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA substituirá o **Cadastro Nacional de Adoção** - CNA e o CNCA - Cadastro Nacional de Crianças em Abrigo. O Tribunal de Justiça de Rondônia possui 91 adoções e 55 vinculações registradas. Ainda, nesta semana, serão concluídas as migrações dos cadastros para o novo Sistema.

O processo do SNA é conduzido pela juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do **CNJ** Sandra Silvestre, desde 2016 - com workshops - até o lançamento do sistema piloto, em agosto de 2018, com a participação dos Tribunais de Justiça da Bahia, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rondônia, em algumas varas.

Contribuição de Rondônia

O SNA teve como base o sistema Siga do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** e os estados pilotos contribuíram com o envio de analistas de sistemas para participarem do projeto. O TJRO elencou os analistas Félix Rodrigues e Paulo Jorge, conforme resolução do **CNJ**, para criar o grupo de trabalho, em 2018.

Por meio do SNA, o pretendente à adoção ganha acesso na internet, onde realiza um pré-cadastro. A partir daí, formaliza sua inserção na **Vara da Infância e da Juventude** e pode acompanhar a sua posição na fila.

A expectativa é que o SNA proporcione melhor acompanhamento e transparência de todo o processo de acolhimento da criança em instituição ou família acolhedora, pois o sistema, além de focar totalmente na criança, tem alertas que chamam a atenção sobre o que falta nas fases específicas, bem como o tempo de aguardo.

De acordo com o analista Félix Rodrigues, uma das funcionalidades de destaque na solução é "a vinculação automática entre criança e pretendente, com envio de mensagem eletrônica aos envolvidos no

processo. Tudo isso nos âmbitos municipal, estadual e nacional, além de possibilitar melhor gerenciamento das adoções internacionais".

Félix avalia que "só o fato da mudança de foco - que antes era no processo (destituição/adoção) e agora passa a ser na criança - já garante um ganho significativo, mas a filosofia do sistema com seus alertas, envio de mensagens e vinculação automática, além de melhor acompanhamento pela CGJ e juízes, faz com que o sistema dê celeridade a todos os processos, proporcionando que as crianças fiquem melhor assistidas".

Assessoria de Comunicação Institucional

## **Notícias Relacionadas:**

EXPRESSÃO RONDÔNIA - RO

Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento é lançado pelo CNJ

**Site:** <http://www.tjro.jus.br/noticias/item/11362-sistema-nacional-de-adoacao-e-acolhimento-e-lancado-pelo-cnj>

# Loja é condenada por negativar nome de mulher que teve documento falsificado

Uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos foi condenada a pagar R\$5 mil em reparação por danos morais a uma mulher que teve seu nome negativedo por engano. A decisão é da Vara Única de Fundão.

De acordo com a autora, seu nome foi incluído no cadastro de inadimplentes indevidamente, o que impossibilitou que ela financiasse sua residência. Em virtude da situação, ela pediu a condenação da ré ao pagamento de indenização pelo dano sofrido.

Em análise do caso, a juíza considerou que não era preciso a análise pericial para atestar a falsidade do documento utilizado para negativar a requerente. "[.] Trata-se de falsidade "grosseira", podendo ser constatada pela simples análise atenta de seu conteúdo [.] A própria Ré afirma que "o RG apresentado no ato da compra está fora do padrão de preenchimento para o Estado de Minas Gerais, permitindo concluir que foi falsificado". Ora, a própria Ré afirma a falsificação", afirmou a juíza.

A magistrada também considerou que a situação motiva o dever de indenizar e, por isso, condenou a ré ao pagamento de R\$5 mil a título de danos morais. "[.] Verifico que todas as provas constantes aos autos, defluem para o julgamento do feito em favor da Autora, pois comprovado não ter sido a mesma quem celebrou o contrato constante às f. 58-61 [.] Diante do exposto, reconheço a existência do dano, e vislumbro ser justa à reparação", acrescentou.

Processo nº 0000587-50.2017.8.08.0059

Fonte: **TJES**

**Site:**

***[https://jhfrota.jusbrasil.com.br/noticias/746623472/loja-e-condenada-por-negativar-nome-de-mulher-que-teve-documento-falsificado?ref=news\\_feed](https://jhfrota.jusbrasil.com.br/noticias/746623472/loja-e-condenada-por-negativar-nome-de-mulher-que-teve-documento-falsificado?ref=news_feed)***

# Justiça marca primeira audiência para ouvir acusados de mortes na 3º Ponte (Mortes na Terceira Ponte)

O juiz Felipe Bertrand Sardenberg Moulin, da 1ª **Vara Criminal de Vitória**, marcou para os dias 4, 5, 6 e 7 de novembro de 2019, a primeira audiência para oitivas de testemunhas e interrogatório dos motoristas acusados de atropelar e matar um casal de namorados na Terceira Ponte, no dia 22 de maio deste ano. De acordo com a polícia, os motoristas dos carros, Oswaldo Venturini Neto e Ivomar Rodrigues Gomes Junior, praticavam um racha e teriam ingerido bebida alcoólica. Kelvin Gonçalves dos Santos, 23 e Brunielly Oliveira, 17, seguiam para Vitória em uma moto quando foi atingidos por dois veículos.

Segundo o magistrado, diante do grande número de testemunhas, seria inviável o agendamento de data única para tal finalidade. Dessa forma, o juiz decidiu que nos dias 4 e 5 de novembro serão realizadas as oitivas das testemunhas arroladas pelo **Ministério Público** e pelos Assistentes de Acusação. Já nos dias 6 e 7, será a vez de ouvir as testemunhas de defesa, bem como o interrogatório dos acusados.

O juiz também solicitou cópia integral com todas as câmeras de videomonitoramento instaladas ao longo da Terceira Ponte, no período em que ocorreu o acidente. A Concessionária Rodosol tem o prazo de 30 dias para entregar a mídia à justiça.

Ao Gazeta Online, o advogado Síderon Vitorino, que atua como assistente de acusação, disse que a expectativa é grande para essa primeira audiência. A expectativa é grande já que o juiz deferiu o arrolamento das testemunhas indicadas por nós. Trata-se dos integrantes da viatura operacional da Rodosol e também da viatura do SAMU, esses que conduziram os motoristas para atendimento médico no dia do crime. Esses integrantes são capazes de infirmar em juízo, qual era o estado psicológico, o estado emocional e até mesmo os vestígios de embriaguez que foram por eles percebidos quando estiveram com os motoristas que cometeram esse assassinato na Terceira Ponte, explicou.

## TRANSFERÊNCIA NEGADA

Os assistentes de acusação pediram que o advogado Ivomar Rodrigues Gomes Júnior, acusado de atropelar

e matar duas pessoas na Terceira Ponte, no dia 22 de maio, fosse transferido para um presídio comum, já que Ivomar teve as suas atividades como advogado suspensas pela Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB-ES**). Entretanto, segundo o magistrado, "o advogado suspenso não deixa de tornar-se profissional da advocacia, nem perde suas qualificações legais. O que ocorre, é somente a proibição temporária de exercer os atos profissionais, durante o período de cumprimento da sanção", escreveu o juiz.

Desse modo, o juiz indeferiu o pedido da acusação e manteve Ivomar preso em uma sala de Estado-Maior.

## RELEMBRE O ACIDENTE

O acidente aconteceu na madrugada do dia 22 de maio deste ano. Brunielly e Kelvin seguiam para Vitória em uma moto quando foram atingidos pelo Audi. O casal morreu na hora. De acordo com a polícia, os motoristas dos carros, Oswaldo Venturini Neto e Ivomar Rodrigues Gomes Junior, praticavam um racha e teriam ingerido bebida alcoólica.

Em depoimento, testemunhas contaram que viram os dois motoristas trafegando em velocidade incompatível com a via e em situação que caracterizava um "racha". Segundo duas testemunhas, os veículos estavam em altíssima velocidade e não pararam no cruzamento de uma avenida.

Além disso, uma das testemunhas informou que a velocidade do carro de Ivomar era tão alta que fez com que o veículo conduzido por ele balançasse no momento que o carro de Ivomar passou.

> Acidente com mortes na Terceira Ponte foi provocado por racha

## A DENÚNCIA

No dia 31 de maio, Ivomar e Oswaldo foram indiciados pela Polícia Civil, cada um, por duplo homicídio com dolo eventual e por participar de corrida ou exibição em veículo automotor em via pública. As penas para os crimes, em caso de condenação, variam de seis

meses a 20 anos de cadeia para cada um. A investigação da participação deles no atropelamento e morte de um casal de namorados na Terceira Ponte foi concluída pela delegada Fabiane Alves Coutinho.

Há provas inequívocas nos autos de que Ivomar e Oswaldo negligenciaram o fato de que haviam ingerido bebida alcoólica e conduziram seus veículos. Há, ainda, provas testemunhais suficientes para afirmar que Ivomar e Oswaldo conduziam seus veículos em situação de competição entre amigos, com velocidades incompatíveis para a via, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada, afirmou a delegada em trecho do inquérito.

A moto trafegava na faixa da direita na Terceira Ponte, onde, de acordo com o relatório policial, circulam veículos que estão em baixa velocidade. Logo, não faria sentido Ivomar passar em alta velocidade com seu veículo Audi pela faixa da esquerda e mudar para a faixa da direita, senão para dar continuidade à competição iniciada com seu amigo Oswaldo desde a saída da boate, pondera a delegada.

> Vídeo mostra exato momento do acidente com mortes na Terceira Ponte

#### CONTA NA BOATE

Uma comanda da boate onde o estudante de engenharia Oswaldo Venturini Neto e o advogado Ivomar Rodrigues Gomes Júnior estiveram antes do acidente traz anotações de bebidas que foram solicitadas no balcão da boate. Na parte da frente da comanda há anotação de uma água de coco e duas doses de uísque. Na parte de trás da comanda aparece uma marcação no combo de long neck.

Um outra nota de simples conferência mostra que foram pedidas seis garrafas de cerveja. A nota também traz valores na frente de cada um dos produtos. O total, incluindo outros serviços da boate, foi de R\$ 389,00.

> Mãe que perdeu filha na Terceira Ponte chega a Vitória

#### VÍDEO REFORÇOU INVESTIGAÇÃO

Imagens obtidas pela Polícia Civil ajudaram na investigação do racha que terminou com a morte de um casal na Terceira Ponte. As imagens foram obtidas com exclusividade pela TV Gazeta. A filmagem foi feita na porta da boate, em Vila Velha, onde estavam Ivomar e Oswaldo antes do atropelamento do casal.

#### CARTEIRA SUSPENSA

O advogado Ivomar Rodrigues Gomes Junior teve a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa três vezes entre setembro de 2011 e novembro de 2017. A reportagem do Gazeta Online teve acesso a documentos que mostram as infrações de Ivomar registradas no sistema do Departamento de Trânsito do Espírito Santo (Detran-ES). Consta que o advogado já foi multado por estacionar veículo em local irregular, avançar sinal vermelho, dirigir usando o celular, por excesso de velocidade e também por ter se recusado a fazer o teste do bafômetro.

As infrações atribuídas ao advogado ocorreram nos municípios de Vitória, Vila Velha e Muniz Freire. Ele está habilitado na categoria B - que permite a condução de carro - desde 24 de outubro de 2002.

> Três pessoas morrem em acidente entre carro e caminhão na Serra

#### Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/justica-marca-primeira-audiencia-para-ouvir-acusados-de-mortes-na-3-ponte-1014195046.html>

# Justiça nega indenização a homem que culpou vizinho pela morte de 25 galinhas no ES

## *Por Redação*

A Vara Única de Marechal Floriano negou um pedido de indenização ajuizado por um homem que culpou o vizinho pela morte de 25 galinhas de sua propriedade.

O autor requereu a indenização quanto aos danos materiais e morais sob a alegação de que as aves foram mortas em um ataque do cachorro do réu.

Em sua defesa, o requerido reconheceu o dever de indenizar o autor pela morte de 6 aves, refutando sua responsabilidade quanto às demais galinhas.

Ele também defendeu que não houve ato ilícito capaz de caracterizar dano moral a ser indenizado.

Foi realizada audiência com as partes e na oportunidade o réu ofereceu uma proposta de R\$500 ao autor, como reparação pelo prejuízo, contudo o acordo foi rejeitado.

Conforme informação do **TJES**, na análise da ação, o juiz concluiu que não houve provas juntadas aos autos que comprovassem o prejuízo causado ao requerente.

Além disso, o réu se responsabilizou pela morte de 6 aves, no entanto o autor recusou a proposta.

"Dos autos não há provas do valor de mercado das aves mortas, bem como não há qualquer menção acerca de elementos que as qualificariam, tais como raça, porte, peso, não havendo meios de real apontamento dos seus valores, instaurado então o óbice para a quantificação da perda dos animais", ressaltou o magistrado de sua examinação, julgando improcedente o pedido por danos materiais.

Quanto aos danos morais propostos, o magistrado também observou que o autor não demonstrou ter sofrido abalo psíquico em decorrência das perdas.

Fonte: Tribunal de Justiça do ES

## **Site:**

**<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/54546/justica-nega-indenizacao-homem-que-culpou-vizinho-pela->**



***morte-25-galinhas-no-es***

# TJES - Cliente deve ser indenizado após comprar fone falsificado acreditando ser original

Durante o julgamento do caso, o juiz destacou que o Código de Defesa do Consumidor prevê que os clientes têm direito à informação adequada e clara sobre os produtos.

Uma loja de eletrônicos e acessórios para celular foi condenada a pagar R\$600,00 por ter vendido um fone de ouvido falsificado em vez de um original. O cliente só descobriu a circunstância do produto após procurar uma assistência técnica autorizada. A decisão é da 5ª Vara Cível de Vila Velha.

De acordo com o autor da ação, no momento da venda, ele teria sido informado de que o produto era original. Posteriormente, o requerente notou que o produto possuía qualidade deficiente e, por isso, procurou uma loja de assistência autorizada, onde foi informado que o acessório não era original. Em razão deste fato, ele pediu a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, bem como a restituição do valor pago no produto.

Em contrapartida, a loja de eletrônicos e acessórios defendeu que o fone de ouvido foi testado e que demonstrou perfeitas condições de uso, motivo pelo qual não foi possível a devolução do valor pago. Ela ainda acrescentou que, ao oferecer outro fone para o autor, ele teria recusado.

Em análise do ocorrido, o magistrado observou que as provas documentais e o laudo pericial confirmam a versão apresentada pelo requerente. Ele ainda destacou o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, o qual prevê que o cliente tem direito à informação adequada e clara sobre os produtos.

Segundo o juiz, o requerente apresentou comprovantes que confirmam a aquisição do fone na loja de acessórios, e que o documento continha a informação de que o produto era original.

O magistrado destacou que a ré, por sua vez, não trouxe nenhuma nota fiscal que comprove ter adquirido o produto da fornecedora oficial. Ele ainda destacou um trecho de depoimento em que a ré admite a possibilidade do produto não ser genuíno. (?) que o fornecedor do depoente declarou que às vezes o lote

de produto pode conter algum que não seja original, ressaltou.

Após análise do caso, o juiz entendeu que o autor da ação faz jus à indenização por danos morais, uma vez que os prejuízos teriam ultrapassado a esfera patrimonial. Logo, sentenciou a ré ao pagamento de R\$600,00. JULGO PROCEDENTE o pleito autoral, para condenar a requerida à devolução do valor de R\$ 100,00 (cem reais) pagos pelo autor ao adquirir o produto, bem como à indenização a título de danos morais, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais), concluiu.

Processo nº 0027898-88.2017.8.08.0035

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

**Site:**

**[http://www.sintese.com/noticia\\_integra\\_new.asp?id=448397](http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=448397)**

# TJES - Loja é condenada por negativar nome de mulher que teve documento falsificado

Uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos foi condenada a pagar R\$5 mil em reparação por danos morais a uma mulher que teve seu nome negativedo por engano. A decisão é da Vara Única de Fundão.

De acordo com a autora, seu nome foi incluído no cadastro de inadimplentes indevidamente, o que impossibilitou que ela financiasse sua residência. Em virtude da situação, ela pediu a condenação da ré ao pagamento de indenização pelo dano sofrido.

Em análise do caso, a juíza considerou que não era preciso a análise pericial para atestar a falsidade do documento utilizado para negativar a requerente. [?] Trata-se de falsidade grosseira, podendo ser constatada pela simples análise atenta de seu conteúdo [?] A própria Ré afirma que o RG apresentado no ato da compra está fora do padrão de preenchimento para o Estado de Minas Gerais, permitindo concluir que foi falsificado. Ora, a própria Ré afirma a falsificação, afirmou a juíza.

A magistrada também considerou que a situação motiva o dever de indenizar e, por isso, condenou a ré ao pagamento de R\$5 mil a título de danos morais. [?] Verifico que todas as provas constantes aos autos, defluem para o julgamento do feito em favor da Autora, pois comprovado não ter sido a mesma quem celebrou o contrato constante às f. 58-61 [?] Diante do exposto, reconheço a existência do dano, e vislumbro ser justa à reparação, acrescentou.

Processo nº 0000587-50.2017.8.08.0059

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

**Site:**

[http://www.sintese.com/noticia\\_integra\\_new.asp?id=448](http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=448)

398

# TJ/ES: Juiz concede medida para afastar mulher acusada de agressões verbais contra mãe idosa

Segundo os autos, a filha, que reside com a autora da ação, começou a proferir ameaças e agressões psicológicas e verbais contra ela.

O Juízo da 9ª Vara Cível de Vitória julgou procedente um pedido de medida cautelar ajuizada por uma idosa, que alegou sofrer agressões psicológicas e verbais da própria filha.

Nos autos, a requerente sustentou que reside com a ré em seu imóvel e há algum tempo a filha vem proferindo ameaças e agressões em face da autora, o que inclusive culminou em outros processos judiciais. Por esse motivo, a autora requereu, liminarmente, a expedição de mandado de afastamento da requerida da residência. A parte ré do processo não apresentou contestação sobre os fatos narrados na petição inicial.

Com base na Constituição Federal (CF) e no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), o juiz de Direito responsável pelo julgamento da ação concedeu a medida cautelar no intuito de afastar a requerida do imóvel. Nos fundamentos, o magistrado destacou que a CF estabelece, no artigo 230, que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

Do Estatuto do Idoso, o magistrado analisou o disposto no artigo 4º, inciso 1º, que dispõe sobre negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão e todo atentado aos direitos do idoso, por ação ou omissão.

"Portanto, a conclusão é de que a decisão liminar está fundamentada na legislação de regência e, considerando as questões de fato trazidas pela requerente ao exame do juízo, apresenta-se linearmente correta, em atenção à prevalência dos direitos da autora na qualidade de pessoa idosa", concluiu o juiz em sua sentença.

**Site:** <http://www.sedep.com.br/noticias/tjes-juiz-concede-medida-para-afastar-mulher-acusada-de-agressoes-verbais-contra-mae-idosa/>

# Ação quer reverter gastos com advogados dativos viabilizando nomeação de defensores públicos

**Carolina Vieira**

Curta, comente e compartilhe!

O **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) quer reverter os gastos com advogados dativos, contratados no estado. A decisão foi após a justiça ser acionada em um pedido de ampliação na quantidade de defensores públicos.

O próprio MPES propôs uma ação pública para discutir a regularidade dos gastos com os dativos - que não pertencem à **Defensoria Pública**, entretanto exerce o papel de defensor por indicação da Justiça. "Os defensores devem passar por um concurso para alcançar o cargo e quando você contrata um advogado dativo, acaba existindo um favorecimento", afirmou o órgão ministerial por meio da assessoria de comunicação.

A Ação Civil Pública (ACP) é assinada pelo promotor Flávio de Souza Santos, da 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, no mês de maio. A ação foi acionada diante da falta de defensor público na 11ª **Vara Criminal de Vitória**, que atuava em favor das **mulheres vítimas de violência**. É necessário que haja ao menos um defensor em cada comarca capixaba, de acordo com uma Emenda Constitucional de 2014. Porém, entre os 78 municípios do estado, apenas 26 possuem cobertura da DPES.

Despesas

O promotor ainda solicita que o Governo do Estado repasse à **Defensoria Pública** do Espírito Santo (DPES) cerca de R\$10,6 milhões, referentes a quantidade gasta com pagamentos de honorários de advogados dativos em 2017. No primeiro semestre de 2019 foram pagos R\$6,6 milhões, ao longo de 2018, R\$16 milhões. Entre 2011 e 2017 o valor chega a R\$32,1 milhões. Além dessa quantia, há as despesas de decisões judiciais de dativos que demandam a Justiça em busca de pagamentos equivalentes à tabela da **OAB-ES**.

A ACP ainda solicita que o Estado aumente o orçamento da Defensoria capixaba, que é a menor do

Brasil: R\$71,9 milhões. A baixa remuneração dos defensores do Espírito Santo foi outro ponto citado pelo promotor, por também ser considerada a pior do país.

Em nota, a DPES afirma que o número de vagas do concurso para cargos de defensor público já foi preenchido, no entanto o órgão está nomeando os candidatos constantes no cadastro de reserva. "Os candidatos do cadastro de reserva podem ser convocados, caso haja disponibilidade de vaga, até o vencimento do concurso público, que acontece em dezembro deste ano. A convocação dependerá de alguns fatores, entre os quais: aposentadoria de defensores em atividade; da saída de defensores da carreira e também da questão orçamentária", complementa o órgão.

**Site:** <http://eshoje.com.br/acao-quer-reverter-gastos-com-advogados-dativos-viabilizando-nomeacao-de-defensores-publicos/>

# Motorista que dirigia fusca envolvido em acidente é preso por duplo homicídio culposo

O motorista que dirigia o fusca no momento do acidente que matou duas pessoas e deixou ele e outro ferido, na rodovia Darly Santos, em Vila Velha, foi preso e autuado em flagrante por duplo homicídio culposo e encaminhado para o Centro de Triagem de Viana, nessa quarta-feira (20/08).

O motorista dirigia o fusca e perdeu o controle do carro, bateu em um poste e depois na grade de proteção de um estabelecimento na rodovia.

O passageiro Igor Prates de Oliveira, de 22 anos, estava no carro e morreu na batida. Natani Vieira de Souza, de 27 anos, que também estava no Fusca, sofreu escoriações e estava com dificuldades respiratórias. Ela foi levada para o Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE) mas não resistiu e também faleceu.

Depois do atendimento médico, o motorista foi conduzido à Delegacia Regional de Vila Velha, e autuado em flagrante por duplo homicídio culposo pela condução do veículo.

De acordo com o consulta de processos do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, a audiência de custódia dele acontece nesta quarta-feira (21).

## Caso

O rapaz que dirigia o carro foi socorrido pela viatura do Corpo de Bombeiros ao HEUE com alguns ferimentos. Ele estava consciente e o teste de bafômetro deu negativo. O quarto ocupante do veículo também foi socorrido para o mesmo hospital.

De acordo com a reportagem da TV Gazeta, a família e os amigos dos jovens estão muito abalados e não quiseram dar entrevista, mas contaram que os três rapazes saíam do shopping onde trabalhavam e tinham ido até a rodoviária para buscar Natani.

A moça estava voltando da cidade de Lajinha, em Minas Gerais, onde a família mora. Na volta para casa, o pneu do carro teria soltado, o que provocou o acidente.

PORTAL SBN| COM INFORMAÇÕES DO G1 ES

**Site:** <https://portalsbn.com.br/noticia/motorista-que-dirigia-fusca-envolvido-em-acidente-e-preso-por-duplo-homicidio-culposo>



# MPES aciona Justiça para que Governo do Estado amplie número de defensores

O **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES) acionou a Justiça por meio de uma Ação Civil Pública (ACP) em face do Governo do Estado, pedindo ampliação do número de defensores públicos para atuar nas comarcas capixabas. A ACP com pedido de liminar é assinada pelo promotor Flávio de Souza Santos, da 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, com data de 20 de maio de 2019, e endereçada para decisão do juiz da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória.

A ACP foi motivada diante de denúncia feita à Promotoria sobre a falta de defensor público perante a **11ª Vara Criminal de Vitória** para atuar em favor das **mulheres vítimas de violência**.

Na inicial, o promotor também solicita à Justiça que o Governo do Estado repasse à **Defensoria Pública** do Espírito Santo (DPES), ainda neste ano de 2019, cerca de R\$ 10,6 milhões, referentes ao que foi gasto com pagamentos de honorários de advogados dativos no ano de 2017, profissionais contratados para atuar onde não há defensores.

Vale ressaltar que, nos primeiros seis meses deste ano, já foram empregados R\$ 6,6 milhões e, em 2018, R\$ 16 milhões. De 2011 a 2017, por sua vez, o montante chega a R\$ 32,1 milhões, sem contar as despesas que o Estado têm com decisões judiciais que favorecem os dativos que acionam a Justiça pleiteando equiparação dos honorários recebidos à tabela da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Espírito Santo (**OAB-ES**).

A ACP solicita também que o Estado aumente o orçamento da Defensoria capixaba, que atualmente é de R\$ 71,9 milhões, o menor entre os entes estaduais (neste ano, por exemplo, os orçamento do MPES é de R\$ 411,9 milhões; o da Assembleia Legislativa, R\$ 380,6 milhões; e do Judiciário, R\$ 1,1 bilhão) de forma que a entidade seja fortalecida como órgão de assistência jurídica aos mais necessitados.

O promotor de justiça cita ainda a baixa remuneração dos defensores capixabas, a pior do País, o que tem causado grande evasão da carreira, e a necessidade de cumprimento da Emenda Constitucional (EC 80/2014), que estipula a presença de, pelo menos, um defensor em cada comarca capixaba. Atualmente,

apenas 26 municípios capixabas têm cobertura da DPES.

## Indeferimento e Recursos

O juízo da Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória negou o pedido de liminar, assim como um agravo proposto com forma de recurso pelo MPES.

Diante do fato, a Associação dos Defensores Públicos do Espírito Santo (Adepes) está ingressando na ação como Amicus curiae, condição em que uma pessoa, entidade ou órgão, com profundo interesse em uma questão jurídica, se envolve como um terceiro, além dos litigantes, movido por um interesse maior que o das partes envolvidas no processo.

Uma nova decisão será tomada pelo **Tribunal de Justiça do Estado** ainda sem data definida. De acordo com a presidente da Adepes, Mariana Sobral, a intenção é fortalecer o pedido feito pelo MPES.

## Segunda Carta Aberta

Com a proximidade do fim de validade do último concurso para provimentos de cargos para a Defensoria Pública, cerca de 50 aprovados que aguardam nomeação divulgaram uma segunda carta aberta direcionada ao governador Renato Casagrande.

Dessa vez, eles reforçam que aguardam o cumprimento da promessa, pelo governador, de dar um tratamento diferenciado para a DPES no Plano Plurianual, que deve ser enviado para a Assembleia Legislativa até o dia 30 deste mês. O mesmo pedido havia sido feito para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que foi negado pelos deputados estaduais. A maioria votou com o governo e quase todas as emendas às peças orçamentárias foram vetadas, incluindo uma evolução de orçamento para a entidade.

Estamos próximos do envio do Plano Plurianual à Assembleia Legislativa do Estado, grande oportunidade para que a **Defensoria Pública** Estadual seja contemplada com um merecido tratamento orçamentário diferenciado e suficiente para garantir, ainda este ano, a nomeação de mais defensores", ressalta trecho do documento.

Marina Dalcolmo, representante da Comissão dos Aprovados no IV Concurso da **Defensoria Pública** do Espírito Santo, ressalta que a propositura da ação pelo **Ministério Público** reflete a preocupação da sociedade com a falta de defensores públicos e com a regularidade dos gastos com dativos quando há Defensoria instalada no Estado e em situação de precariedade por ausência de orçamento condizente com as necessidades da população .

Sobre a segunda carta aberta, Marina ressalta que o intuito é cobrar do governo estadual o cumprimento do acordo firmado com a Defensoria no momento da aprovação da LDO. Somente com um tratamento orçamentário diferenciado e garantia de novas nomeações é possível reestruturar a Defensoria à altura do que a população capixaba merece e precisa.

Nesta quarta-feira (21), os deputados aprovaram a criação da Semana da **Defensoria Pública** do Espírito Santo, iniciativa do deputado Renzo Vasconcelos (PP). A data comemorativa será na terceira semana do mês de maio.

**Site:**

**<https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/mpes-aciona-justica-para-que-governo-do-estado-amplie-numero-de-defensores>**

# Wanildo Sarnaglia aguarda determinação da Justiça para reassumir vaga de vereador

A defesa do suplente de vereador Wanildo Sarnaglia (Avante) prometeu para esta quarta-feira (20) dar início ao processo junto ao Tribunal de Justiça (TJ-ES) para que ele seja reintegrado ao quadro de vereadores da Serra.

Segundo o advogado de Wanildo, Felipe Sarnaglia, a convocação consta na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara. "Após o prazo de 120 dias, a convocação do suplente deve ser feita. Aguardamos este prazo e vamos acionar a Justiça nesta terça-feira (20) para que seja cumprido o que determina a legislação", adiantou Felipe.

Já a Câmara da Serra, em nota, informou que o Regimento Interno prevê a convocação em caso de pedido de licença feito pelo vereador. "A questão fica superada uma vez que tem decisão judicial em um sentido de aguardar nova decisão determinando o retorno. Não se pode interpretar a decisão judicial como licença. Neste caso não há licença, mas uma decisão judicial que está sendo cumprida".

Em relação ao retorno de Wanildo, a Câmara explicou que o afastamento dele foi feito por determinação do Tribunal de Justiça. "A Câmara está cumprindo esta determinação judicial, que diz que o retorno deve obedecer ulterior deliberação do Judiciário. Se a Câmara convocar o Wanildo estaria descumprindo a determinação judicial. Não há nenhuma resistência da Casa, mas o cumprimento de uma determinação judicial, que sujeitou o retorno à ulterior determinação judicial", afirmou.

Entenda:

Wanildo Sarnaglia foi empossado no dia 22 de maio, no lugar de Nacib Haddad (PDT), afastado por determinação da Justiça. Ele permaneceu no cargo até o dia 14 de junho, quando o desembargador **José Paulo Calmon Nogueira da Gama** determinou o seu afastamento.

**Site:** <https://www.portaltemonovo.com.br/wanildo-sarnaglia-determinacao-da-justica-para-reassumir-vaga-de-vereador/>

# Justiça marca primeira audiência para ouvir acusados de mortes na 3ª Ponte

**Por: Leonardo Goliver**

O juiz Felipe Bertrand Sardenberg Moulin, da 1ª **Vara Criminal de Vitória**, marcou para os dias 4, 5, 6 e 7 de novembro de 2019, a primeira audiência para oitivas de testemunhas e interrogatório dos motoristas acusados de atropelar e matar um casal de namorados na Terceira Ponte, no dia 22 de maio deste ano. De acordo com a polícia, os motoristas dos carros, Oswaldo Venturini Neto e Ivomar Rodrigues Gomes Junior, praticavam um racha e teriam ingerido bebida alcoólica. Kelvin Gonçalves dos Santos, 23 e Brunielly Oliveira, 17, seguiam para Vitória em uma moto quando foi atingidos por dois veículos.

Segundo o magistrado, diante do grande número de testemunhas, seria inviável o agendamento de data única para tal finalidade. Dessa forma, o juiz decidiu que nos dias 4 e 5 de novembro serão realizadas as oitivas das testemunhas arroladas pelo **Ministério Público** e pelos Assistentes de Acusação. Já nos dias 6 e 7, será a vez de ouvir as testemunhas de defesa, bem como o interrogatório dos acusados.

O juiz também solicitou cópia integral com todas as câmeras de videomonitoramento instaladas ao longo da Terceira Ponte, no período em que ocorreu o acidente. A Concessionária Rodosol tem o prazo de 30 dias para entregar a mídia à justiça.

Ao Gazeta Online, o advogado Síderon Vitorino, que atua como assistente de acusação, disse que a expectativa é grande para essa primeira audiência. A expectativa é grande já que o juiz deferiu o arrolamento das testemunhas indicadas por nós. Trata-se dos integrantes da viatura operacional da Rodosol e também da viatura do SAMU, esses que conduziram os motoristas para atendimento médico no dia do crime. Esses integrantes são capazes de infirmar em juízo, qual era o estado psicológico, o estado emocional e até mesmo os vestígios de embriaguez que foram por eles percebidos quando estiveram com os motoristas que cometeram esse assassinato na Terceira Ponte, explicou.

## TRANSFERÊNCIA NEGADA

Os assistentes de acusação pediram que o advogado Ivomar Rodrigues Gomes Júnior, acusado de atropelar e matar duas pessoas na Terceira Ponte, no dia 22 de

maio, fosse transferido para um presídio comum, já que Ivomar teve as suas atividades como advogado suspensas pela Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB-ES**). Entretanto, segundo o magistrado, "o advogado suspenso não deixa de tornar-se profissional da advocacia, nem perde suas qualificações legais. O que ocorre, é somente a proibição temporária de exercer os atos profissionais, durante o período de cumprimento da sanção", escreveu o juiz.

Desse modo, o juiz indeferiu o pedido da acusação e manteve Ivomar preso em uma sala de Estado-Maior.

## O ACIDENTE

O acidente aconteceu na madrugada do dia 22 de maio deste ano. Brunielly e Kelvin seguiam para Vitória em uma moto quando foram atingidos por dois veículos, um Audi 1 e um Toyota Etios. O casal morreu na hora. De acordo com a polícia, os motoristas dos carros, Oswaldo Venturini Neto e Ivomar Rodrigues Gomes Junior, praticavam um racha e teriam ingerido bebida alcoólica.

Em depoimento, testemunhas contaram que viram os dois motoristas trafegando em velocidade incompatível com a via e em situação que caracterizava um "racha". Segundo duas testemunhas, os veículos estavam em altíssima velocidade e não pararam no cruzamento de uma avenida.

Além disso, uma das testemunhas informou que a velocidade do carro de Ivomar era tão alta que fez com que o veículo conduzido por ele balançasse no momento que o carro de Ivomar passou.

## Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/08/justica-marca-primeira-audiencia-para-ouvir-acusados-de-mortes-na-3-ponte-1014195046.html>

# Ônibus Rosa atende mulheres vítimas de violência em Vila Velha

TAG: ÔNIBUS ROSA, **LEI MARIA DA PENHA**,  
MEDIDA PROTETIVA, VIOLÊNCIA CONTRA A  
MULHER RELACIONAMENTO ABUSIVA, VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA, FEMINICÍDIOS, POLÍTICAS  
PÚBLICAS, HERMÍNIA AZOURY JUÍZA, **TRIBUNAL**  
**DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, PRÉFEITURA  
DE VILA VÉLHA,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECORDES-14.27.30-14.31.27-1566410162.mp4>

# Ônibus Rosa atende mulheres vítimas de agressão, em Vila Velha

*Fernanda Batista*

ATENDIMENTO, ÔNIBUS ROSA, MEDIDA PROTETIVA, IBGE, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, AGRESSÃO, MULHER, ASSASSINATO, FEMINICÍDIO, HERMÍNIA AZOURY, JUÍZA, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TJES**, PREFEITURA DE VILA VELHA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECORDES-07.52.55-07.56.24-1566395249.mp4>**



# Câmara aprova projeto que obriga agressor a ressarcir SUS em caso de violência doméstica

*Lucas Pisa*

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SUS, CÂMARA, DEPUTADOS, SENADO, BOTÃO DO PÂNICO, JAIR BOLSONARO, ÔNIBUS ROSA, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, **TJES**,

**Notícias Relacionadas:**

TV VITÓRIA - RECORD - ES  
Câmara aprova projeto que obriga agressor a ressarcir SUS em caso de violência doméstica

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECOR>  
**DES-08.36.58-08.38.52-1566397701.mp4****

## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

# Ex-prefeito terá que devolver R\$ 823 mil por obras de calçadas

**Amadeu Boroto, que governou São Mateus, foi condenado a ressarcir cofres públicos**

▄ **LETÍCIA GONÇALVES**  
lgoncalves@redegazeta.com.br

O ex-prefeito de São Mateus Amadeu Boroto (ex-PSB) foi condenado, em ação de improbidade administrativa, a devolver R\$ 823.114,94 aos cofres públicos. A ação, movida pelo Ministério Público Estadual, narra que nos anos de 2011 e 2012, Boroto firmou contratos com uma empresa para a construção de calçadas em imóveis particulares de bairros da cidade.

A sentença, de 14 de ju-



**Amadeu Boroto disse que vai recorrer**

nho, foi publicada no Diário da Justiça na última segunda, 19. Boroto também foi condenado à suspensão dos direitos políticos por cinco anos e à proibição de con-

tratar com o poder público.

Segundo decisão da juíza Thaita Campos Trevizan, da 2ª Vara Cível de São Mateus, as construções violaram o Código de Obras Municipal e afrontam “ao princípio constitucional da Impessoalidade, considerando que apenas alguns cidadãos foram ‘contemplados’ pela benfeitoria”.

À decisão, de primeira instância, cabe recurso. E, ao Gazeta Online, Boroto disse que vai mesmo recorrer. “Não sabia que fazer calçada ia me dar um processo de improbidade. A prefeitura contemplou alguns bairros carentes, não fizemos para ricos”, afirmou.

## PROJETO DO GOVERNO

# Lei que adia saída de servidor prestes a se aposentar é sancionada

**Funcionário público poderá seguir na ativa até que o processo de aposentadoria complete**

▄ **GIORDANY BOZZATO**

O governador Renato Casagrande (PSB) sancionou a Lei Complementar nº 917 que permite que os servidores que estão prestes a se aposentar continuem trabalhando. A mudança já passa a valer para o servidor que entrar hoje com o pedido de aposentadoria.

Até agora funcionava da seguinte forma: ao completar os requisitos para a aposentadoria e entrar com o processo do pedido de descanço, o servidor era obrigado a se afastar do serviço público mesmo enquanto o processo tramitava - o que pode demorar de três meses a um ano, tendo em vista que o processo começa no órgão de origem do servidor, passa pelo IPAJM e termina no Tri-

bunal de Contas. Durante esse período, o servidor continua recebendo normalmente como trabalhador ativo.

A partir de hoje, se houver interesse da chefia e do servidor, ele poderá continuar trabalhando até que o processo seja concluído. Uma das justificativas do governo estadual para a mudança é que a reforma da Previdência tem levado a um “elevado número de requerimentos de aposentadoria, embora, em muitos deles, o próprio segurado não deseja afastar-se imediatamente”.

A mudança vale para os servidores do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública.

O vice-presidente do Sindipúblicos, Rodrigo da Rocha Rodrigues, acredita que com a medida o servidor terá liberdade de escolher se continua na ativa ou se sai do trabalho.

# Líder do governo pede 10 vetos a projeto de abuso de autoridade

*Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília*

O líder do governo na Câmara, deputado major Vitor Hugo (PSL-GO), entregará hoje ao presidente Jair Bolsonaro ofício pedindo o veto de dez pontos do projeto de lei que endurece a punição para crimes de abuso de autoridade, aprovada pelos deputados na semana passada. O Centrão pressiona e diz que aceitará apenas um veto à proposta ou derrubará os demais.

O documento que será enviado a Bolsonaro, com a assinatura de vários deputados e entidades policiais, sugere vetar o dispositivo que permite a perda de cargo, mandato ou função pública de quem reincidir no crime de abuso de autoridade. Além disso, o parlamentar também sugere retirar 9 das 30 condutas listadas no projeto como abusivas.

Deixariam de ser consideradas um crimes a decretação de medida de privação da liberdade "em manifesta desconformidade com as hipóteses legais"; a violação de prerrogativas dos advogados; constrangimento do preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a situação vexatória ou produção de prova contra si mesmo; e a ocultação da identidade policial ao prender alguém.

O líder do governo também sugere vetos à punição pelo uso de algemas em presos que não resistirem, obtenção de prova ilícita, indução à prática de infração penal com o fim de captura em flagrante delito, início de investigação preliminar sem justa causa fundamentada e negação ao investigado ou a seu advogado de acesso ao inquérito.

O movimento do líder do governo desagrade ao Centrão, que avisou que aceitará apenas o veto ao uso de algemas quando não houver resistência do preso. O relator do projeto, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que esse ponto pode ser vetado porque já existe jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (**STF**) proibindo as algemas nestes casos. Já os demais serão derrubados caso Bolsonaro vete. O texto foi aprovado por ampla margem, com apoio de quase todos os partidos.

Vitor Hugo afirmou que conversou com Barros, mas não houve acordo. "Ele sinalizou que esse veto das

algemas não seria derrubado se fosse feito e eu disse "tá ok, mas vamos propor mais vetos além desse". Não houve acordo sobre não vetar mais artigos", disse. O projeto foi enviado a dia 16 à sanção e Bolsonaro tem 15 dias para decidir.

## **Notícias Relacionadas:**

VALOR - ON LINE - SP

Líder do governo pede 10 vetos a projeto de abuso de autoridade

**Site:** <https://www.valor.com.br/politica/6399603/lider-do-governo-pede-10-vetos-projeto-de-abuso-de-autoridade>



# Prefeito no ES é mantido no cargo após vereadores tentarem afastá-lo

O conflito político entre vereadores e o prefeito interino de Itapemirim, Thiago Peçanha (PSDB), no Sul do Espírito Santo, teve mais um capítulo. A Justiça suspendeu na tarde desta quarta-feira (21) o afastamento de 90 dias do chefe do Executivo decretado pela Câmara Municipal, na noite de terça-feira (20). É a segunda vez este ano que os parlamentares tentam tirar Peçanha do cargo.

O tucano, eleito vice-prefeito, responde pela administração desde 2017, quando Luciano Paiva (sem partido) foi afastado por determinação judicial.

> Guerra política de Itapemirim: juízes à beira de um ataque de nervos

A decisão do Legislativo de Itapemirim da última terça dava posse ao presidente da Casa, Mariel Delfino Amaro (PCdoB), após uma comissão ser instaurada para apurar supostos atos de improbidade administrativa de Peçanha. Foram seis votos a favor do afastamento, quatro contra e uma abstenção.

> Justiça suspende CPI que investigava prefeito de Itapemirim

A determinação pela suspensão foi do juiz da 1ª Vara Cível de Itapemirim, Romilton Alves Vieira Junior. Pela decisão, fica também assegurado, por consequência, a recondução imediata do prefeito ao cargo, enquanto não finalizado o processo e julgamento das supostas infrações político-administrativas, alvos da comissão processante da Câmara.

## CONFUSÃO

Nesta quinta-feira (22), segundo assessoria da prefeitura, o expediente será normal. Bem diferente desta quarta-feira (21),

A situação política causou uma confusão na porta da Prefeitura de Itapemirim pela manhã. A sede do administrativo estava fechada e os vereadores e seus aliados foram impedidos pela empresa que presta serviço de vigilância ao município de entrar no prédio, segundo pessoas que estiveram no local.

A Polícia Militar foi acionada e permaneceu por lá para evitar possível tumulto. A assessoria da prefeitura disse que as portas estavam fechadas devido ao ponto

facultativo deste dia 21, decretado junto com o luto oficial pela morte do produtor rural do município Gilson Moura. A administração diz que o expediente será normal nesta quinta-feira (22).

## POSSE

A decisão da Câmara que deu posse ao presidente da Casa ao cargo de prefeito foi decretada às 23h de terça-feira, e publicada no site da Casa, junto com o decreto de afastamento do prefeito interino por 90 dias e outros, como a instauração de uma comissão processante.

A votação, com placar de quatro votos contra, uma abstenção e seis a favor do afastamento, foi realizada na sessão deste mesmo dia.

## DEFESA

O advogado do prefeito em exercício, Gabriel Quintão Coimbra, disse que não há previsão legal de afastamento de Peçanha pela Câmara, segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, através da súmula vinculante nº 46, e que o caso é idêntico ao que ocorreu no município, neste ano.

A Câmara de Vereadores já havia votado o afastamento do prefeito em maio, mas teve a decisão anulada pela Justiça. Na época, o placar foi apertado, 6 a favor a 5 contra, desempatado pelo presidente da Casa.

Em nota, a prefeitura afirmou que "o ato (da Câmara) não tem valor legal no ordenamento jurídico brasileiro e representa uma ruptura institucional com o Estado Democrático de Direito. Considera, dessa forma, que estamos diante de um descalabro jurídico praticamente pela atual presidência da Câmara. Embora sem valor legal, é inegável o prejuízo à ordem e a paz social sofrida pelo Município em decorrência destes acontecimentos."

A reportagem fez contato com o presidente da Câmara, mas as ligações não foram atendidas.

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/prefeito-no-es-e-mantido-no-cargo-apos-vereadores-tentarem-afasta-lo-1014195176.html>

# Daldice Santana e Fernando Mattos se despedem do CNJ

O presidente do **Conselho Nacional de Justiça** e do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, homenageou os conselheiros Daldice Santana e Fernando Mattos, cujos mandatos se encerram nos próximos dias 24 e 29, respectivamente.

No encerramento da sessão ordinária desta terça-feira (20/8), Dias Toffoli agradeceu a contribuição de ambos nos dois biênios em que integraram o **CNJ** (2015-2017 / 2017-2019) e ressaltou a importância dos trabalhos que desenvolveram, tanto no **CNJ**, quanto nas carreiras de magistrados.

Sobre a conselheira Daldice Santana, Toffoli lembrou que, em dois mandatos, ela presidiu a Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do **CNJ** e teve o trabalho marcado por forte atuação no Movimento Permanente pela Conciliação. "Ela contribuiu imensamente com o **CNJ** também em projetos como as Jornadas Maria da Penha, o programa Justiça pela Paz em Casa e no Comitê Gestor Nacional da Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição", recordou.

Em relação ao conselheiro Fernando Mattos, Dias Toffoli destacou trabalho como presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do **CNJ**, que acompanha e estabelece os indicadores de desempenho do **Poder Judiciário**. Ele lembrou ainda que Mattos marcou sua participação no **CNJ** antes mesmo de se tornar conselheiro, quando foi juiz auxiliar da Presidência na gestão do ministro do **STF** Ayres Britto e coordenou o Fórum da Saúde, e atuou também como secretário-geral adjunto.

"Os dois conselheiros estiveram por dois biênios honrando o **CNJ**, honrando a indicação do **STJ** [Superior Tribunal de Justiça], honrando a cada um de nós e também aos jurisdicionados", afirmou.

Novos integrantes

Ainda durante a sessão, Dias Toffoli anunciou a posse, no próximo dia 10 de setembro, dos conselheiros Candice Lavocat Galvão Jobim e Rubens de Mendonça Canuto Neto, desembargadora e juiz federais indicados pelo **STJ**.

Candice Galvão ingressou na **Justiça Federal** em

2006 e, atualmente, exerce a função de juíza auxiliar da Presidência do **STJ**. Ela foi juíza auxiliar do ministro João Otávio de Noronha junto ao **CNJ** ente 2016 e 2018, na Corregedoria Nacional de Justiça. Exerceu a advocacia entre os anos de 1996 a 2000 e a função de procuradora da Fazenda Nacional.

Rubens Canuto foi técnico judiciário, delegado da Polícia Federal e advogado da União. Ele ingressou na magistratura em 2002 como juiz federal substituto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (**TRF-4**). Em 2015, tomou posse como juiz do **TRF** da 5ª Região em decorrência de promoção por merecimento. Com informações da assessoria de imprensa do **CNJ**.

#### Notícias Relacionadas:

CNJ

Daldice Santana e Fernando Mattos se despedem do CNJ

Site: <http://www.conjur.com.br/2019-ago-21/daldice-santana-fernando-mattos-despedem-cnj>



# Operação Marias prende 23 acusados de violência doméstica na GV e em Aracruz

Foto: Reprodução / TV Vitória

A quinta fase da Operação Marias efetuou 23 prisões de homens acusados de violência doméstica e familiar na Grande Vitória e na região de Aracruz. Desses, oito foram presos por descumprimento de medida protetiva, três por ameaça, três por lesão corporal e sete pelo crime de estupro.

Até o momento, desde o início da operação, 142 homens foram presos. Em Vila Velha, um caso chamou a atenção da polícia. Um porteiro de 33 anos acabou preso nesta quarta-feira (21), depois de ameaçar, agredir e cavar uma cova para enterrar a ex-mulher.

Nós conseguimos lograr êxito e ele está preso em flagrante. Então, é a vida de uma mulher salva e um recado para esse autor: eles não ficarão impunes, afirmou a chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté.

O casal conviveu durante seis anos. A mulher viveu todo esse período sob ameaças e os dois acabaram se separando. Entretanto, ele não aceitava. Na última semana, foi à casa dela, a agrediu e ameaçou que voltaria para matá-la. Prova disso é que ele já teria cavado uma cova ao lado da casa dela, onde ela seria enterrada.

A nossa equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Vila Velha, conseguiu localizar nas proximidades da casa da vítima, a cova que este homem, que esse autor dessa violência absurda, havia cavado exatamente com o objetivo de enterrar a sua companheira, que ele iria matá-la. Foi analisada essa cova, que dava efetivamente para enterrar um corpo, completou Cláudia Dematté.

O chefe da Polícia Civil ressalta que a Operação Marias tem servido de referência para outros estados que enfrentam o problema da violência doméstica contra mulheres. Ele afirma que nesse ano, 844 prisões em flagrante foram realizadas.

É um número já bem elevado de agressores presos. Esse número, de fato, está se aproximando do índice do ano passado, mas isso advém de um trabalho profícuo da polícia, do poder judiciário, do **Ministério Público**, todas as ações que são feitas nesse sentido,

faz com que a mulher tenha coragem de denunciar o seu agressor, disse o chefe da Polícia Civil, José Darcy Arruda.

\*Com informações da repórter Vanuza Santana, da TV Vitória/Record TV

A quinta fase da Operação Marias efetuou 23 prisões de homens acusados de violência doméstica e familiar na Grande Vitória e na região de Aracruz. Desses, oito foram presos por descumprimento de medida protetiva, três por ameaça, três por lesão corporal e sete pelo crime de estupro.

Até o momento, desde o início da operação, 142 homens foram presos. Em Vila Velha, um caso chamou a atenção da polícia. Um porteiro de 33 anos acabou preso nesta quarta-feira (21), depois de ameaçar, agredir e cavar uma cova para enterrar a ex-mulher.

Nós conseguimos lograr êxito e ele está preso em flagrante. Então, é a vida de uma mulher salva e um recado para esse autor: eles não ficarão impunes, afirmou a chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, Cláudia Dematté.

O casal conviveu durante seis anos. A mulher viveu todo esse período sob ameaças e os dois acabaram se separando. Entretanto, ele não aceitava. Na última semana, foi à casa dela, a agrediu e ameaçou que voltaria para matá-la. Prova disso é que ele já teria cavado uma cova ao lado da casa dela, onde ela seria enterrada.

A nossa equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, de Vila Velha, conseguiu localizar nas proximidades da casa da vítima, a cova que este homem, que esse autor dessa violência absurda, havia cavado exatamente com o objetivo de enterrar a sua companheira, que ele iria matá-la. Foi analisada essa cova, que dava efetivamente para enterrar um corpo, completou Cláudia Dematté.

O chefe da Polícia Civil ressalta que a Operação Marias tem servido de referência para outros estados que enfrentam o problema da violência doméstica contra mulheres. Ele afirma que nesse ano, 844 prisões em flagrante foram realizadas.

É um número já bem elevado de agressores presos. Esse número, de fato, está se aproximando do índice do ano passado, mas isso advém de um trabalho profícuo da polícia, do poder judiciário, do **Ministério Público**, todas as ações que são feitas nesse sentido, faz com que a mulher tenha coragem de denunciar o seu agressor , disse o chefe da Polícia Civil, José Darcy Arruda.

\*Com informações da repórter Vanuza Santana, da TV Vitória/Record TV

**Site: <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/operacao-marias-prende-23-acusados-de-violencia-domestica-na-gv-e-em-aracruz-21082019>**

# Prefeito de Itapemirim é afastado por 90 dias, decide Câmara de Vereadores (Política Regional)

Os vereadores de Itapemirim, em sessão realizada na noite dessa terça-feira (20), afastaram por 90 dias, o prefeito municipal, Thiago Peçanha (PSDB). Thiago, é vice-prefeito, e atuava no Executivo como interino desde o afastamento do titular, Luciano (Pros).

Peçanha teve o afastamento aprovado por seis votos a favor, quatro contra e uma abstenção. Ele ficará afastado enquanto correr a Comissão Especial de Inquérito.

O atual presidente da Câmara Municipal, Mariel Amaro (PC do B), deve tomar posse do cargo de chefe do Executivo na manhã desta quarta-feira (21). Na sede da prefeitura, já é possível ver a movimentação de militares, guardas municipais e curiosos.

O artigo 60 da Lei Orgânica Municipal prevê que em caso de impedimento do prefeito ou do vice, ou vacância do cargo, o presidente do Legislativo assumirá a chefatura.

Câmara terá, a partir de hoje, 90 dias para apurar denúncias contra o prefeito. Em sorteio, ficou definido a Comissão Processante: Paulo Sérgio de Toledo, presidente; Waldemir Pereira Gama, relator; e Rogério da Silva Rocha, membro.

O advogado do prefeito, Gabriel Quintão Coimbra, emitiu nota sobre o afastamento. Veja na íntegra:

"Diante dos fatos expostos sobre um suposto afastamento, a Prefeitura Municipal de Itapemirim resolve se manifestar nos seguintes termos: Não há previsão legal de afastamento de Prefeito pela Câmara de Vereadores; Isso é entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, através da súmula vinculante nº 46; É um caso idêntico ao que ocorreu no município, neste ano. Na ocasião, o poder judiciário anulou o ato da câmara, idêntico ao atual; Esse ato não tem valor jurídico no direito brasileiro e representa uma ruptura institucional com o Estado de Direito; Estamos diante de uma jabuticaba jurídica da Câmara de Itapemirim. Embora sem valor legal, é inegável o prejuízo à ordem e a paz social do município"

Site: <https://www.aquinoticias.com/?p=230733>

# Prefeitura alega que afastamento de prefeito é ilegal (Política)

A prefeitura de Itapemirim, por meio de nota, relatou que não há legalidade no afastamento do prefeito em exercício, Thiago Peçanha Lopes, pela Câmara de Vereadores do município. O chefe executivo foi afastado por 90 dias após votação em sessão nesta terça-feira (20).

O município destaca que este é um caso idêntico ao que ocorreu no município ainda neste ano. Na ocasião, o poder judiciário anulou o ato da câmara, em vista da arbitrariedade da decisão legislativa.

Esse ato não tem valor legal no ordenamento jurídico brasileiro e representa uma ruptura institucional com o Estado Democrático de Direito, informa.

A prefeitura diz ainda que está diante de um descalabro jurídico praticamente pela atual presidência da Câmara. Embora sem valor legal, é inegável o prejuízo à ordem e a paz social sofrida pelo Município em decorrência destes acontecimentos.

Por fim, reitera-se que é entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal os procedimentos legais exigidos para o regular processamento de denúncias, conforme se verifica através da súmula vinculante nº 46.

Salienta-se, ainda, que a Administração Pública Municipal se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Site:** <http://www.jornalfato.com.br/politica/prefeitura-alega-que-afastamento-de-prefeito-e-ilegal,317615.jhtml>

# Juízes só poderão vender um terço de suas férias, decide CNJ

*Por Pedro Canário e Fernanda Valente*

O **Conselho Nacional de Justiça** aprovou nesta quarta-feira (21/8) resolução para limitar a venda de férias de magistrados. A partir de agora, os juízes só podem receber indenização por um terço de suas férias. O resto, têm de tirar. A aprovação da resolução foi unânime.

Foi seguido o voto da relatora, conselheira Daldice Santana. Segundo ela, é preciso uniformizar a questão, já que cada tribunal tem uma regra diferente. Muitos tribunais indeferem os pedidos de férias em períodos concorridos, mas em troca indenizam o juiz. Ele acaba recebendo dois salários num mês - embora em algumas cortes esse salário equivalente à venda das férias seja distribuído ao longo do ano.

"É facultada a conversão de um terço de cada período de férias em abono pecuniário, nele considerado o terço constitucional, mediante requerimento formulado com antecedência mínima de 60 dias do efetivo gozo", diz a resolução aprovada nesta terça. Os tribunais têm um mês para se adequar.

Procedimento de Comissão 0004054-48.2014.2.00.0000

[Clique aqui para ler a resolução aprovada](#)

#### **Notícias Relacionadas:**

JUS BRASIL

Juízes só poderão vender um terço de suas férias, decide CNJ

**Site:** <http://www.conjur.com.br/2019-ago-21/juizes-vender-dez-dias-ferias-decide-cnj>

# Preso na Operação Marias planejava matar ex-mulher e já tinha aberto cova

Um dos presos na 5ª fase da Operação Marias , nesta quarta-feira (21), estava planejando matar a ex-mulher e já tinha até mesmo aberto uma cova para enterrá-la. A informação foi passada pela Delegacia Especializada em atendimento à Mulher (DEAM) . No total, 21 homens acusados de violência contra mulher no Espírito Santo foram detidos na ação. Os policiais começaram a ir para as ruas cumprir os mandados de prisão e também de apreensão assim que o dia amanheceu.

Em 12 horas, a polícia prendeu 14 homens na Grande Vitória . Sete acusados de estupro também foram detidos no município de Aracruz, Norte do Espírito Santo. É muito comum a vítima achar que a culpa por uma agressão foi dela, acha que foi por algo que disse, porque o companheiro estava estressado do trabalho, porque tinha tomado uma cervejinha, mas nada justifica a violência , explicou a delegada Adriana Barbosa.

> Mulher nua encontrada morta em Vitória era manicure

O homem que planejava matar a ex-companheira foi preso em Vila Velha . Ele já aviar aberto um buraco para enterrá-la, no quintal de casa no bairro Barramares. Segundo a polícia, ele já havia agredido a mulher antes. A nossa equipe conseguiu localizar, nas proximidades da casa da vítima, a cova que esse autor dessa violência absurda havia cavado, exatamente com o objetivo de enterrar a sua companheira que ele iria matar. Então nós conseguimos evitar um feminicídio , explicou a delegada Cláudia Dematté.

Entre os presos na Grande Vitória também está um dentista de 32 anos , que descumpriu uma medida protetiva, segundo a polícia.

## NÚMEROS

Segundo a Polícia Civil, este ano 986 homens foram presos acusados de matar ou espancar mulheres. No ano passado, mais de 1950 homens também foram presos acusados de violência doméstica. Quando nós prendemos um agressor preventivamente, nós evitamos que ele pratique um feminicídio. Isso pra gente é muito importante , destacou o delegado geral Darcy Arruda.

## OUTRAS FASES

A primeira fase da operação da Polícia Civil foi deflagrada em janeiro de 2019. Depois, em fevereiro, veio a segunda parte da ação, em maio, a terceira. A última aconteceu em junho.

> Homem é detido após bater em mulher que conheceu em aplicativo no ES

As operações levaram para prisão 119 agressores de mulheres na Grande Vitória e também no interior do estado.

### Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/preso-na-operacao-marias-planejava-matar-ex-mulher-e-ja-tinha-aberto-cova-1014195273.html>



# Operação Marias: dentista descumpre medida protetiva e acaba preso na Praia do Canto

**Redação Folha Vitória**

Um dentista foi preso, nesta quarta-feira (21), na Praia do Canto, em Vitória, após descumprir uma medida protetiva. A prisão é um desdobramento da Operação Marias, da Polícia Civil, que combate a violência doméstica.

Ainda na manhã desta quarta-feira (21), o dentista foi levado para o presídio. A 5ª fase da Operação Marias foi deflagrada nesta quarta-feira. Mandados de prisão estão sendo cumpridos em todo o Espírito Santo.

A ação acontece em todo o Espírito Santo e envolve várias delegacias especializadas de atendimento à mulher.

**Site:**

**<https://novo.folhavoria.com.br/policia/noticia/08/2019/o-peracao-marias-dentista-descumpre-medida-protetiva-e-acaba-preso-na-praia-do-canto>**

# Violência: quase 5 milhões de mulheres foram agredidas em 2018- Parte 04

TAG: CUSTOS HOSPITALARES, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSOR, COFRES PÚBLICOS, SUS, BOTÃO DO PÂNICO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, RESSARCIMENTO DE GASTOS,4

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECOR>**

**[DES-14.31.28-14.34.39-1566410186.mp4](#)**

# Violência: quase 5 milhões de mulheres foram agredidas em 2018- Parte 03

TAG: CUSTOS HOSPITALARES, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSOR, COFRES PÚBLICOS, SUS, BOTÃO DO PÂNICO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, RESSARCIMENTO DE GASTOS, LEI MARIA DA PENHA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECORDES-14.24.39-14.27.29-1566410004.mp4>**

# Violência: quase 5 milhões de mulheres foram agredidas em 2018- Parte 02

TAG: CUSTOS HOSPITALARES, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSOR, COFRES PÚBLICOS, SUS, BOTÃO DO PÂNICO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, RESSARCIMENTO DE GASTOS, MEDIDA PROTETIVA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECORDES-14.18.55-14.22.17-1566409859.mp4>**

# Operação Marias! dentista é preso por descumprir medida protetiva

TAG: DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA, PRISÃO DE DENTISTA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, OPERAÇÃO MARIAS, MANDADOS DE PRISÃO, GRANDE VITÓRIA, VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, POLÍCIA CIVIL, ESTUPRO, LESÃO CORPORAL,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECOR>**

**DES-14.17.05-14.18.54-1566409794.mp4**

# Violência: quase 5 milhões de mulheres foram agredidas em 2018- Parte 01

TAG: CUSTOS HOSPITALARES, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, AGRESSOR, COFRES PÚBLICOS, SUS, BOTÃO DO PÂNICO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, RESSARCIMENTO DE GASTOS,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECOR>**

**[DES-14.10.36-14.17.05-1566409662.mp4](#)**



# Câmara aprova projeto de lei que obriga agressor a ressarcir SUS em caso de violência doméstica

TAG: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, RESSARCIMENTO  
DE GASTOS, SUS, CÂMARA, PROJETO DE LEI,  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, PRESIDENTE  
JAIR BOLSONARO, BOTÃO DO PÂNICO,

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECOR  
DES-14.09.37-14.10.35-1566409509.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/21/TVVITRIARECOR<br/>DES-14.09.37-14.10.35-1566409509.mp4)**

# Motorista de Fusca envolvido em acidente com mortes sai da cadeia

Após uma noite na prisão, o jovem Frederico Fernandes Moreira dos Santos, de 26 anos, que dirigia um Fusca durante acidente que deixou dois jovens mortos e um outro ferido, na Rodovia Darly Santos, em Vila Velha, foi liberado da cadeia na manhã desta quarta-feira (21).

Ele estava detido após a autuação em flagrante por duplo homicídio culposo na condução de veículo automotor. O acidente aconteceu na noite da última segunda-feira (19).

O rapaz chegou a ser conduzido à Delegacia Regional de Vila Velha, de acordo com a Polícia Civil, e depois foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV), segundo a Secretaria de Justiça (Sejus). Porém, após uma noite na prisão, ele foi liberado na manhã desta quarta-feira (21) durante audiência de custódia.

> Jovem que dirigia Fusca em acidente é preso por duplo homicídio no ES

## A SENTENÇA

Em sentença, a juíza Raquel de Almeida Valinho ressaltou que Frederico não havia bebido antes do acidente e que em pesquisas realizadas nos sistemas judiciais não foram encontrados registros criminais envolvendo o motorista.

Considerando todos esses elementos, verifico que estão ausentes no caso concreto os requisitos que autorizariam a decretação da prisão preventiva do autuado. Assim, os elementos do APFD (Auto de Prisão em Flagrante Delito) e aqueles colhidos por esta Magistrada através do contato pessoal oportunizado pela audiência de custódia, indicam que a sua liberdade não oferece risco à ordem econômica, à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, considerando que possui residência fixa e ocupação lícita, disse.

A juíza substituiu a prisão preventiva do autuado pelas por medidas cautelares, como a proibição de sair da Grande Vitória sem prévia autorização do Juiz natural da causa; comparecimento a todos os atos do processo, devendo manter endereço atualizado; proibição de frequentar bares, boates, prostíbulos e

assemelhados; recolhimento domiciliar de 20h às 6h; e comparecer em até cinco dias úteis ao juízo ao qual o presente APF será distribuído, com cópia de comprovante de residência, RG, CPF, CTPS e título de eleitor.

Caso o autuado descumpra qualquer condição imposta na presente decisão poderá ter decretada sua prisão preventiva. Ante o exposto, acolho parcialmente o pedido da Defesa e concedo o benefício da liberdade provisória sem fiança, mediante o cumprimento das condições acima indicadas. Expeça-se o alvará de soltura, finalizou.

## O ACIDENTE

Dois jovens morreram e outros dois ficaram feridos durante um acidente envolvendo um Fusca na Rodovia Darly Santos, em Vila Velha, na noite da última segunda-feira (19). O motorista do fusca seguia na rodovia, sentido Rodovia do Sol, quando perdeu a direção do veículo. Uma das vítimas que morreu, uma jovem de 27 anos, voltava de uma viagem de Minas Gerais.

O condutor do Fusca e outros três amigos saíram do trabalho, em Vila Velha, para buscar a jovem na Rodoviária de Vitória. O acidente aconteceu quando eles retornaram para o município. Após bater no poste, por volta das 23h30, o carro rodou na pista e só parou ao colidir contra a grade de proteção de um hipermercado.

O condutor do veículo foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros com escoriações e levado para o Hospital Estadual de Emergência e Urgência (HEEU) após o acidente. Ele fez o teste do bafômetro, que deu negativo para o uso de bebida alcoólica.

Entre os outros três passageiros, estava Igor Prates de Oliveira, de 21 anos, que chegou a ser socorrido, mas não resistiu ao dar entrada no hospital. Uma mulher de 27 anos, identificada como Natani Vieira de Souza, também foi socorrida com várias escoriações e dificuldades respiratórias, mas acabou morrendo. Já Pedro Henrique Fadini Kerkrovsky, de 21 anos, teve ferimentos leves e recebeu cuidados no hospital.

**Site:**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08>

***/motorista-de-fusca-envolvido-em-acidente-com-mortes-  
sai-da-cadeia-1014195174.html***

# Justiça manda soltar motorista de acidente com fusca

## Redação Tribuna Online

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

O motorista Frederico Fernandes Moreira dos Santos, de 26 anos, preso por duplo homicídio culposo, segundo a Polícia Civil, foi liberado no início da noite desta quarta-feira (21), após decisão da Justiça. O carro que era conduzido por ele, um Fusca azul, bateu em um poste, na rodovia Darly Santos, na altura do bairro Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha na madrugada desta terça-feira (20).

A juíza Raquel de Almeida Valinho entendeu que não havia elementos que justificassem a prisão preventiva de Frederico, uma vez que o bafômetro deu negativo e que o jovem não tem antecedentes criminais. De acordo com ela, a liberdade do motorista não oferece risco à ordem econômica, à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, considerando que possui residência fixa e ocupação lícita .

Na decisão, a juíza listou as medidas cautelares que, caso não sejam respeitadas, será permitido decretar a prisão do rapaz. São elas:

O acidente e a prisão de Frederico Fernandes

Segundo informações da polícia, Frederico seguia no sentido Araçás, no Fusca onde estavam mais três amigos dele, quando teria perdido o controle do veículo, atingido um poste e, posteriormente, a grade de um supermercado localizado na região.

O jovem Igor Prates de Oliveira, de 21 anos, morreu na hora. Já Natani Vieira de Souza, de 27, chegou a ser socorrida, mas morreu a caminho do hospital. O outro passageiro, de 21, foi levado ao hospital com ferimentos.

A reportagem do Tribuna Online conversou com familiares do motorista e o cunhado dele, de 34 anos, que pediu para não ser identificado, questionou o motivo da prisão de Frederico, já que ele trabalha e tem residência fixa. Outro ponto apontado pelos familiares é que o carro estava com a documentação em dia e o teste do bafômetro deu negativo para para o consumo de álcool.

Em nota, a Polícia Civil não informou os motivos da prisão apenas disse que após atendimento médico no hospital, o jovem foi conduzido até a 2ª Delegacia Regional de Vila Velha, onde foi autuado em flagrante por duplo homicídio na condução de veículo automotor e encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV)

De acordo com a família de Frederico, por conta do horário, o jovem só deve passar por audiência de custódia no presídio nesta quarta-feira (21), quando o juiz de plantão deve manter a prisão ou arbitrar fiança para que o motorista responda ao processo em liberdade.

A família do jovem informou que os três rapazes moravam juntos em um apartamento em um bairro de Vila Velha e Natani era vizinha deles. Na noite de terça, eles foram até a rodoviária de Vitória para levar Natani, que chegava de viagem até em casa. O acidente aconteceu no momento em que eles seguiam para casa.

O corpo da jovem foi liberado do Departamento Médico Legal (DML), no final da tarde dessa terça, e foi levado para a cidade de Lajinha (MG), onde foi velado e sepultado.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

**Site: <https://tribunaonline.com.br/justica-manda-soltar-motorista-de-acidente-com-fusca>**

# Motorista de fusca é liberado em audiência de custódia depois de prisão no ES

**Por Luiza Marcondes, G1 ES**

O motorista preso autuado por duplo homicídio culposo após a morte de duas pessoas em um acidente de trânsito na rodovia Darly Santos, em Vila Velha, Grande Vitória, na manhã dessa terça-feira (20), foi liberado sem pagamento de fiança em uma audiência de custódia no Centro de Triagem de Viana.

O motorista e mais dois amigos tinham ido buscar uma das vítimas, Natani Vieira, de 27 anos, na rodoviária de Vitória, quando ele perdeu o controle do fusca, bateu em um poste e depois na grade de proteção de um estabelecimento na rodovia.

O passageiro Igor Prates de Oliveira, de 22 anos, estava no carro e morreu na batida. Natani sofreu escoriações e estava com dificuldades respiratórias. Ela foi levada para o Hospital Estadual de Urgência e Emergência (HEUE), e também faleceu.

O motorista do veículo Frederico Fernandes Moreira foi preso em flagrante e autuado por duplo homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Foi feito o teste do bafômetro no momento do acidente e deu negativo.

Frederico passou por uma audiência de custódia e teve a liberdade provisória decretada sem o pagamento de fiança. De acordo com a decisão da juíza Raquel de Almeida Valinho determinou que ele tem o direito de se defender em liberdade, por não ter antecedentes criminais, ter endereço fixo, entre outras.

A magistrada entendeu que a liberdade de Frederico não oferece risco "à ordem econômica, à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, considerando que possui residência fixa e ocupação lícita".

Até que o caso seja definitivamente julgado, o motorista está proibido de sair da Grande Vitória sem prévia autorização do juiz da causa; deve comparecer a todos os atos do processo, devendo manter endereço atualizado; proibido de frequentar bares e boates; ter recolhimento domiciliar de 20h às 6h; comparecer em até cinco dias úteis ao juiz que o caso for distribuído com os documentos pessoais.

O rapaz que dirigia o carro foi socorrido pela viatura do

Corpo de Bombeiros ao HEUE com alguns ferimentos. Ele estava consciente e o teste de bafômetro deu negativo. O quarto ocupante do veículo também foi socorrido para o mesmo hospital.

De acordo com a reportagem da TV Gazeta, a família e os amigos dos jovens estão muito abalados e não quiseram dar entrevista, mas contaram que os três rapazes saíam do shopping onde trabalhavam e tinham ido até a rodoviária para buscar Natani.

A moça estava voltando da cidade de Lajinha, em Minas Gerais, onde a família mora. Na volta para casa, o pneu do carro teria soltado, o que provocou o acidente.

**Site:** <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/08/21/motorista-de-fusca-e-liberado-em-audiencia-de-custodia-depois-de-prisao-no-es.ghtml>



# LEONEL XIMENES



LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

LEIA.AG/LEONELXIMENES

## Superlotação em presídios de Xuri está em 117%

O complexo penitenciário do Xuri é o "condomínio" mais superlotado de Vila Velha. Com capacidade para 3.626 internos, atualmente abriga 7.892, segundo dados de julho da Sejus. A superlotação chega a 117%. O complexo reúne o Centro de Detenção Provisória de Vila Velha (CDPVV), as Penitenciárias Estaduais de Vila Velha I, II, III e V e a Semiaberta.

### O caos

A pior situação é na Penitenciária Semiaberta de Vila Velha (PSVV). Com capacidade para 604 detentos, o presídio abriga 1.548. É mais do que o dobro do que poderia receber de internos que estão em fase final do cumprimento de pena.

### O excesso

No total, o sistema penitenciário capixaba tem um déficit de 9.965 vagas. A população carcerária é de 23.828 pessoas, quando, na verdade, poderia abrigar 13.914.

### Parece, mas não é

Esta aconteceu na manhã de ontem no posto da PRF em Viana. Um motorista parou e anunciou:

– Bom-dia. O Moro mandou apresentar o caminhão do Casagrande para vistoria...

Silêncio total.

### Continua

E um agente:

– Como assim? Não seria na Polícia Federal?

– Não. Estive em Guarapari, ele pediu para levar o caminhão a qualquer posto da PRF.

Mistério desfeito.

Na realidade, o PRF Sérgio Moura pediu para apresentar o caminhão de propriedade do Supermercado Casagrande na PRF para vistoria.

Ah, bom!

### Mais uma

Sabem aquela casa abandonada na Praia da Costa onde se escondia um morador de rua que matou uma em-



### TEMOS VISITA

Este macaco guigó, que vive na Mata Atlântica, apareceu ontem de manhã na varanda de um condomínio em Domingos Martins. O primata, vaidoso e manso, ainda deu uma canja e posou para o clique do leitor.

FOTO: CELSO SIQUEIRA JÚNIOR

presária com um vergalhão? Foi demolida. E no local foi construída uma... farmácia!

### À direita

Sérgio Meneguelli (sem partido), prefeito de Colatina, vai se filiar ao PSL. Só está esperando Bolsonaro, de quem é fã, chamá-lo a Brasília para abonar a sua ficha.

### Bipolar

Usuário frequente da rodovia observa que o painel eletrônico de velocidade no pedágio da BR 101, em Guarapari, está marcando oito quilômetros a mais que a velocidade real do veículo no sentido Cachoeiro. Ele teme multas.

### O dia da fotografia

O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD) posta nas redes sociais uma foto em homenagem ao Dia Mundial da Fotografia, comemorado ontem.

### O dia dele

Curiosamente, a imagem do post é dele mesmo (que coincidência!) quando era um jovem correspondente de jornais de Vitória em Barra de São Francisco.

### Bullying no vascaíno

Durante evento ontem no TJES, o presidente da Corte, desembargador (e flamenguista) Sérgio Gama, perguntou se o semblante fechado de Dr. Hércules era consequência do resultado do jogo de sábado entre Flamengo e Vasco.

### Bullying no vascaíno 2

A vice-governadora, Jacqueline Moraes, mesmo sendo vascaína, também tirou um sarro do deputado, que ficou abalado com a goleada rubro-negra por 4 a 1.

### Tem Japão na área

Uma equipe da TV JSports, do Japão, fez matéria ontem sobre o Estádio Kleber Andrade, um dos palcos do Mundial de Futebol Sub-17 e da própria seleção nipônica, na primeira fase da competição.

### Vamos torcer!

Além do estádio, a repórter Kiyomi Nakamura disse que também iria fazer uma matéria sobre as belezas do ES.

### Terça inteligente

O editor Saulo Ribeiro abre hoje a Jalan Jalan, onde funcionava a Dom Quixote, na Praia do Canto. E já neste sábado, às 16h, a livraria/café/espço cultural fará um homenagem ao ator Peter Fonda, com o cineasta Alexandr Serafini e o escritor Caê Guimarães.

### Depende do Bolsonaro

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, vai participar no dia 26 de setembro, em Vitória, do seminário da OAB-ES sobre a reforma tributária. Resta saber se o doutor estará no cargo até lá.

### Bar.gov.br

Em um bar popular da moda de Vitória, leitora fez um pedido. Minutos depois, solicitou mais um item, mas o garçom alertou: "Com esse acréscimo, seu pedido inicial vai para o fim da fila, tá?" Haja burocracia!

### Protesto em Vitória

Audidores fiscais da Receita Federal vão protestar hoje contra o que chamam de ataques promovidos contra o Fisco por parte do governo federal, parlamentares, ministros do TCU e do STF. Será às 10h, na nova sede da RF, na Avenida Beira-Mar.

### Perigo aos vovôs

A pedido do Ministério Público, a Justiça determinou ao governo do Estado que feche o Centro de Convivência de Idosos da Praia da Costa. O imóvel está em situação precaríssima.

### Alô, eleitor!

Você deixaria o ministro do Meio Ambiente tomar conta da sua horta caseira?



**RODRIGO MONTEIRO**

É doutorando em Direito e promotor de Justiça

## Como combater a violência?

➤ É preciso investir em educação cívica. Antes, se faz necessário fazer cumprir as leis e afastar a ideia de que o crime compensa

A sociedade brasileira vivencia um momento de grande perplexidade em razão do crescimento endêmico dos índices de violência urbana e o Estado do Espírito Santo não se diferencia dessa triste regra. Diariamente, observamos reiterados casos de violência gratuita que levam à morte de pessoas inocentes que mesmo vivendo em locais dominados pela criminalidade op-

taram por uma vida digna pautada no trabalho honesto e pelo respeito à lei. Mas é preciso fazer uma indagação: como combater a violência?

A resposta não é simples e passa por variantes diversas. O combate à violência precisa ser enxergado sob perspectivas a longo e a curto prazos. Ninguém duvida que a longo prazo a so-

lução ideal para a redução da violência é o maciço investimento em políticas públicas de educação, capacitação, geração de emprego e inclusão social, com a oferta de maiores possibilidades, especialmente, aos jovens que vivem em locais de maior vulnerabilidade social.

De outra sorte, a curto prazo é preciso fazer cumprir a lei para que a impunidade deixe de ser a regra. O Brasil se apresenta aos criminosos como um verdadeiro “paraíso jurídico” onde a lei não é cumprida. No Brasil, o crime compensa! Faz-se necessário, nesse contexto, que o sentimento geral de impunidade seja substituído pela certeza da aplicação da pena, ainda que haja a aplicação dos institutos despenalizantes dos Juizados Especiais Criminais, os quais passarão a ser aplicados a crimes com pena máxima de até quatro anos, fato que ampliará sua abrangência.

Noutro sentido, para crimes graves cometidos com violência e grave ameaça se faz urgente a aplicação e execução das penas previstas em lei. Devemos lembrar que as sanções penais possuem dupla

função: a repressiva, que guarda ligação com a resposta e reprimenda estatal àquele que praticou o delito e, sua função mais importante, a preventiva, que serve para mostrar a toda a sociedade que o descumprimento das normas penais levará à aplicação das respectivas sanções.

E é exatamente essa função preventiva que tem, a curto prazo, a capacidade de reduzir a violência, como se vê no exemplo do município de Serra, o qual até bem pouco tempo estava na lista dos mais violentos do país e hoje, após um trabalho concentrado das polícias, Ministério Público e Poder Judiciário, sequer figura entre os mais violentos de nosso estado.

Hoje, na Serra, quem praticar um homicídio tem a plena expectativa de ser preso, processo e condenado, sem prejuízo de suas garantias e direitos fundamentais. É preciso investir em educação cívica de qualidade como forma de redução da violência. Isso é inegável. Antes, porém, se faz necessário fazer cumprir as leis e afastar a ideia de que o crime compensa!

## Violência atinge mais mulheres que trabalham fora, mostra estudo

Por  
**Vladimir Platonov**  
Agência Brasil

Rio de Janeiro – Trabalhar fora e ter independência financeira não é garantia de proteção às mulheres contra a violência doméstica. É o que aponta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentado nesta segunda-feira (19). De acordo com os dados levantados, o índice de violência contra mulheres que integram a população economicamente ativa (52,2%) é praticamente o dobro do registrado pelas que não compõem o mercado de trabalho (24,9%).

“Uma possível explicação é que, pelo menos para um conjunto de casos, o aumento da participação feminina na renda familiar eleva o poder de barganha das mulheres, reduzindo a probabilidade de sofrerem violência conjugal. Em muitos casos, porém, a presença feminina no mercado de trabalho – por contrariar o papel devido à mesma dentro de valores patriarcais – faz aumentar as tensões entre o casal, o que resulta em casos de agressões e no fim da união”, destacou o Ipea.

“Uma das conclusões é que o empoderamento econômico da mulher, a partir do trabalho fora de casa e da diminuição das discrepâncias salariais, não se mostra suficiente para superar a desigualdade de gênero geradora de violência no Brasil”.

De acordo com o estudo, outras políticas públicas se fazem necessárias, “como o investimento em produção e consolidação de bases de dados qualificados sobre o assunto, o aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha e intervenções no campo educacional para maior conscientização e respeito às diferenças de gênero”.

Conforme o estudo do Ipea, o índice de violência doméstica com vítimas femininas é três vezes maior que o registrado com homens. Os dados avaliados na pesquisa mostram também que, em 43,1% dos casos, a violência ocorre tipicamente na residência da mulher, e em 36,7% dos casos a agressão se dá em vias públicas.

“Na relação entre a vítima e o perpetrador, 32,2% dos atos são realizados por pessoas conhecidas, 29,1% por pessoas desconhecidas e 25,9% pelo cônjuge ou ex-cônjuge. Com relação à procura pela polícia após a agressão, muitas mulheres não fazem a denúncia por medo de retaliação ou impunidade: 22,1% delas recorrem à polícia, enquanto 20,8% não registram queixa” – apontou o trabalho do Ipea.

# Juízes terão auxílio de pareceres médicos em decisões sobre saúde

Por  
**André Richter**  
Agência Brasil

**Brasília** – O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a oferecer nesta segunda-feira (19) um serviço para ajudar juízes de todo o País a julgar questões envolvendo a judicialização da saúde. Com a plataforma digital e-Nat Jus, os magistrados poderão solicitar pareceres médicos para avaliar a urgência de pedidos de fornecimento de medicamentos ou tratamentos

médicos. As informações pretendem dar ao juiz dados técnicos para decisões mais eficazes para o paciente.

As regras foram publicadas nesta segunda e regulamentam o funcionamento do serviço, que funcionará mediante solicitação do magistrado. Ao receber o pedido de avaliação, profissionais da saúde deverão se manifestar sobre a pertinência e a urgência da medida de saúde solicitada à Justiça. Com base no parecer, o juiz terá argumentos

técnico-científicos para conceder, ou não, um tratamento médico na rede pública ou privada. A medida é fruto de uma parceria entre o conselho, o Hospital Israelita Albert Einstein e o Ministério da Saúde.

Em março, uma pesquisa divulgada pelo CNJ mostrou crescimento de aproximadamente 130% nas demandas de primeira instância entre 2008 e 2017. Problemas com os convênios foram a maior causa (30,3%) dos pedidos de processos rela-

cionados ao assunto no País.

Outros assuntos levados ao Judiciário nessa última década foram os pedidos de seguro em saúde (21,1%), saúde pública (11,7%), o tratamento médico-hospitalar ou fornecimento de medicamentos (7,8%) e fornecimento de medicamentos (5,6%). Na segunda instância, planos de saúde respondem por 38,4% e seguro, por 24,7%. Na primeira instância, são saúde pública (23%), planos de saúde (22,8%) e seguro (14%).

# Amyr Klink vem aí

**RENATA RASSELI**

O famoso velejador e escritor Amyr Klink encerrará o "Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito", no dia 30, no Tribunal de Justiça, a convite da Amages e Esmages. Autor de cinco livros e o primeiro a fazer a travessia do Atlântico Sul a remo, em 1984, além de percorrido 27 mil milhas da Antártica ao Ártico, sozinho, o tema da sua palestra é inspirador: "Desconstruindo problemas, construindo soluções".

**Notícias Relacionadas:**

A GAZETA - ES  
Amyr Klink vem aí

**Site:** [blogs.gazetaonline.com.br/zigzag/2019/08/20/alma-thomas-vem-ai/](https://blogs.gazetaonline.com.br/zigzag/2019/08/20/alma-thomas-vem-ai/)

# Superlotação em presídios do Complexo de Xuri está em 117%

**LEONEL XIMENES**

Publicado em 20/08/2019 às 06h32

Unidades do Complexo de Xuri, em Vila Velha

O complexo penitenciário do Xuri é o "condomínio" mais superlotado de Vila Velha. Com capacidade para 3.626 internos, atualmente abriga 7.892, segundo dados de julho da Sejus. A superlotação chega a 117%. O complexo reúne o Centro de Detenção Provisória de Vila Velha (CDPVV), as Penitenciárias Estaduais de Vila Velha I, II, III e V e a Semiaberta.

O caos

A pior situação é na Penitenciária Semiaberta de Vila Velha (PSVV). Com capacidade para 604 detentos, o presídio abriga 1.548. É mais do que o dobro do que poderia receber de internos que estão em fase final do CUMPRIMENTO DE PENA.

O excesso

No total, o sistema penitenciário capixaba tem um déficit de 9.965 vagas. A população carcerária é de 23.828 pessoas, quando na verdade poderia abrigar 13.914.

Parece, mas não é

Esta aconteceu na manhã de ontem no posto da PRF em Viana. Um motorista parou e anunciou:

- Bom-dia. O Moro mandou apresentar o caminhão do Casagrande para vistoria...

Silêncio total.

Continua

E um agente:

- Como assim? Não seria na Polícia Federal?

- Não. Estive em Guarapari, ele pediu para levar o caminhão a qualquer posto da PRF.

Mistério desfeito.

Na realidade, o PRF Sérgio Moura pediu para apresentar o caminhão de propriedade do Supermercado Casagrande na PRF para vistoria.

Ah, bom!

Mais uma

Sabem aquela casa abandonada na Praia da Costa onde se escondia um morador de rua que matou uma empresária com um vergalhão? Foi demolida. E no local foi construída uma... farmácia!

À direita

Sérgio Meneguelli (sem partido), prefeito de Colatina, vai se filiar ao PSL. Só está esperando Bolsonaro, de quem é fã, chamá-lo a Brasília para abonar a sua ficha.

Bipolar

Usuário frequente da rodovia observa que o painel eletrônico de velocidade no pedágio da BR 101, em Guarapari, está marcando oito quilômetros a mais que a velocidade real do veículo no sentido Cachoeiro. Ele teme multas.

O dia da fotografia

O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD) posta nas redes sociais uma foto em homenagem ao Dia Mundial da Fotografia, comemorado ontem.

O dia dele

Curiosamente, a imagem do post é dele mesmo (que coincidência!) quando era um jovem correspondente de jornais de Vitória em Barra de São Francisco.

Bullying no vascaíno

Durante evento ontem no **TJES**, o presidente da Corte, desembargador (e flamenguista) Sérgio Gama, perguntou se o semblante fechado de Dr. Hércules era consequência do resultado do jogo de sábado entre Flamengo e Vasco.

Bullying no vascaíno 2



A vice-governadora, Jacqueline Moraes, mesmo sendo vascaína, também tirou um sarro do deputado, que ficou abalado com a goleada rubro-negra por 4 a 1.

Tem Japão na área

Uma equipe da TV JSports, do Japão, fez matéria sobre ontem sobre o Estádio Kleber Andrade, um dos palcos do Mundial de Futebol Sub-17 e da própria seleção nipônica, na primeira fase da competição.

Vamos torcer!

Além do estádio, a repórter Kiyomi Nakamura disse que também iria fazer uma matéria sobre as belezas do ES.

Terça inteligente

O editor Saulo Ribeiro abre hoje a Jalan Jalan, onde funcionava a Dom Quixote, na Praia do Canto. E já neste sábado, às 16h, a livraria/café/espaco cultural fará um homenagem ao ator Peter Fonda, com o cineasta Alexandre Serafini e o escritor Caê Guimarães.

Depende do Bolsonaro

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, vai participar no dia 26 de setembro, em Vitória, do seminário da **OAB-ES** sobre a reforma tributária. Resta saber se o doutor estará no cargo até lá.

Bar.gov.br

Em um bar popular da moda de Vitória, leitora fez um pedido. Minutos depois, solicitou mais um item, mas o garçom alertou: "Com esse acréscimo, seu pedido inicial vai para o fim da fila, tá?" Haja burocracia!

Protesto em Vitória

Audidores fiscais da Receita Federal vão protestar hoje contra o que chamam de ataques promovidos contra o Fisco por parte do governo federal, parlamentares, ministros do TCU e do **STF**. Será às 10h, na nova sede da RF, na Avenida Beira-Mar.

Perigo aos vovôs

A pedido do **Ministério Público**, a Justiça determinou ao governo do Estado que feche o Centro de Convivência de Idosos da Praia da Costa. O imóvel está em situação precaríssima.

Alô, eleitor!

Você deixaria o ministro do Meio Ambiente tomar

conta da sua horta caseira?

**Site:**

**[gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/victor\\_hugo/2019/08/superlotacao-em-presidios-do-complexo-de-xuri-esta-em-117-1014194895.html](http://gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/victor_hugo/2019/08/superlotacao-em-presidios-do-complexo-de-xuri-esta-em-117-1014194895.html)**

# Jaqueline Moraes participa de evento sobre combate à violência contra a mulher (Notícias)

A vice-governadora Jaqueline Moraes participou, nesta segunda-feira (19), da abertura da 14ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa. Ela ministrou uma palestra como tema "Políticas Estaduais para o Empreendedorismo Feminino". O evento aconteceu no Salão Pleno do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**, na Enseada do Suá, Vitória.

O evento contou ainda com a participação da secretária nacional adjunta de Políticas para a Mulher, Roseane Cavalcante Freitas Estrela, além de autoridades e representantes de entidades envolvidas no combate à **violência contra a mulher**.

Em sua fala, Jaqueline Moraes apresentou o programa Agenda Mulher, capitaneado pela Vice-Governadoria. "Empreender é um ato necessário, porque se traduz em um movimento importante para dar força e visibilidade a outras questões relacionadas ao universo feminino. Empreendedorismo é informação. Nós criamos o Programa Agenda Mulher buscando empoderar e dar visibilidade às mulheres capixabas para que elas possam empreender econômica, social e emocionalmente", disse.

A vice-governadora abordou os números da violência no Espírito Santo. "São números preocupantes e o Governo do Estado está trabalhando para diminuir, através do Plano de Políticas Públicas para Mulheres e do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher", disse.

Durante a solenidade de abertura, o presidente do **TJES**, o desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, explicou as ações da Semana Justiça pela Paz em Casa.

"Elas fazem parte do calendário nacional de combate à **violência contra a mulher** e têm a participação de todos os Tribunais de Justiça do País, na tentativa de esclarecer o público sobre a importância da pacificação social, começando pelo núcleo familiar. A importância deste evento, portanto, não se esgota nos temas agendados para os debates. O seu significado é mais amplo, já que tem por objetivo promover a conscientização contínua sobre o problema da violência de gênero, alcançando a comunidade e

instituições parceiras", destacou.

O desembargador **Fernando Zardini Antonio**, supervisor das **Varas Criminais** e de **Violência Doméstica e Familiar**, lembrou que o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher vem tomando conta dos noticiários e que merece um olhar diferenciado.

"Uma nova forma de encarar esta situação, não apenas pelo aspecto repressivo, mas, acima de tudo, com a realização de eventos dessa natureza, nos permitirá buscar alternativas para este enfrentamento. A educação é base de tudo. A educação é o ponto de partida para a mudança de valores, para o resgate de esse novo viver", apontou o supervisor.

O subprocurador-geral de Justiça, Josemar Moreira, ressaltou que o evento representa um grande avanço no compromisso do **Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil**, ao tratar de uma temática tão importante, que aborda os direitos das mulheres, e propõe uma reflexão sobre a eficiência da atuação das instituições.

A secretária nacional adjunta de Políticas para a Mulher, Roseane Cavalcante Freitas Estrela, proferiu palestra sobre as Políticas Nacionais para a Mulher. Roseane falou sobre o papel do Governo Federal na articulação da Rede Nacional de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, e do aumento, em 2019, de denúncias pelo Disque 180, em relação a 2018.

"A gente fica muito triste com o aumento dos números. Mas, que eles sejam um alerta de que o nosso trabalho de encorajamento para que as mulheres denunciem está dando certo, e a gente lamenta, porque aquela denúncia feita é um caso de violência, é um possível caso de feminicídio, e a nossa responsabilidade aumenta", enfatizou a secretária.

A juíza da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de **Violência Doméstica e Familiar** do **TJES**, Hermínia Maria Azoury, parabenizou a participação das entidades e autoridades. "Quero fazer um agradecimento a todas e a todos presentes, porque se aqui estão é porque são comprometidos com esta

causa tão nobre".

**Notícias Relacionadas:**

REVISTA START NEWS - ONLINE - ES

Jaqueline Moraes participa de evento sobre combate à violência  
contra a mulher (Notícias)

**Site:** <https://correio9.com.br/jaqueline-moraes-participa-de-evento-sobre-combate-a-violencia-contra-a-mulher/>

# Vice-governadora participa de evento sobre combate à violência contra a mulher

A

vice-governadora Jaqueline Moraes participou, na última segunda-feira (19), da

abertura da 14ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa. Ela ministrou uma

palestra como tema "Políticas Estaduais para o Empreendedorismo Feminino". O

evento aconteceu no Salão Pleno do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**, na

Enseada do Suá, Vitória.

O evento

contou ainda com a participação da secretária nacional adjunta de Políticas

para a Mulher, Roseane Cavalcante Freitas Estrela, além de autoridades e

representantes de entidades envolvidas no combate à **violência contra a mulher**.

Em sua fala,

Jaqueline Moraes apresentou o programa Agenda Mulher, capitaneado pela

Vice-Governadoria. "Empreender é um ato necessário, porque se traduz em um

movimento importante para dar força e visibilidade a outras questões

relacionadas ao universo feminino. Empreendedorismo é informação. Nós criamos o

Programa Agenda Mulher buscando empoderar e dar visibilidade às mulheres

capixabas para que elas possam empreender econômica, social e emocionalmente",

disse.

A

vice-governadora abordou os números da violência no Espírito Santo. "São

números preocupantes e o Governo do Estado está trabalhando para diminuir,

através do Plano de Políticas Públicas para Mulheres e do Pacto de

Enfrentamento à Violência Contra a Mulher", disse.

Durante a

solenidade de abertura, o presidente do **TJES**, o desembargador Sérgio Luiz

Teixeira Gama, explicou as ações da Semana Justiça pela Paz em Casa.

"Elas fazem

parte do calendário nacional de combate à **violência contra a mulher** e têm a

participação de todos os Tribunais de Justiça do País, na tentativa de

esclarecer o público sobre a importância da pacificação social, começando pelo

núcleo familiar. A importância deste evento, portanto, não se esgota nos temas

agendados para os debates. O seu significado é mais amplo, já que tem por

objetivo promover a conscientização contínua sobre o problema da violência de

gênero, alcançando a comunidade e instituições parceiras", destacou.

O

desembargador **Fernando Zardini Antonio**, supervisor das **Varas Criminais** e de

**Violência Doméstica** e Familiar, lembrou que o tema da violência doméstica e

familiar contra a mulher vem tomando conta dos noticiários e que merece um

olhar diferenciado.

"Uma nova

forma de encarar esta situação, não apenas pelo aspecto repressivo, mas, acima

de tudo, com a realização de eventos dessa natureza, nos permitirá buscar

alternativas para este enfrentamento. A educação é base de tudo. A educação é o

ponto de partida para a mudança de valores, para o resgate de esse novo viver",

apontou o supervisor.

O

subprocurador-geral de Justiça, Josemar Moreira, ressaltou que o evento

representa um grande avanço no compromisso do **Poder Judiciário**, Ministério

Público, Polícia Civil, ao tratar de uma temática tão importante, que aborda os

direitos das mulheres, e propõe uma reflexão sobre a eficiência da atuação das

instituições.

A secretária

nacional adjunta de Políticas para a Mulher, Roseane Cavalcante Freitas

Estrela, proferiu palestra sobre as Políticas Nacionais para a Mulher. Roseane

falou sobre o papel do Governo Federal na articulação da Rede Nacional de

Atendimento à Mulher Vítima de Violência, e do aumento, em 2019, de denúncias

pelo Disque 180, em relação a 2018.

"A gente

fica muito triste com o aumento dos números. Mas, que eles sejam um alerta de

que o nosso trabalho de encorajamento para que as mulheres denunciem está dando

certo, e a gente lamenta, porque aquela denúncia feita é um caso de violência,

é um possível caso de feminicídio, e a nossa responsabilidade aumenta",

ênfaticamente a secretária.

A juíza da

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de **Violência Doméstica** e Familiar

do **TJES**, Hermínia Maria Azoury, parabenizou a participação das entidades e

autoridades. "Quero fazer um agradecimento a todas e a todos presentes, porque

se aqui estão é porque são comprometidos com esta causa tão nobre".

**Site: [http://www.es24horas.com.br/noticia/3587/Vice-governadora\\_participa\\_de\\_evento\\_sobre\\_combate\\_violencia\\_contra\\_a\\_mulher.html](http://www.es24horas.com.br/noticia/3587/Vice-governadora_participa_de_evento_sobre_combate_violencia_contra_a_mulher.html)**

# Marcadas audiências no caso do atropelamento de Kelvin e Bruniely na 3ª Ponte

**Danieleh Coutinho**

Curta, comente e compartilhe!

Começa em 4 de novembro as audiências do caso do atropelamento do casal Kevin Gonçalves dos Santos, de 23 anos, e Brunielly Oliveira, de 17 anos. Eles estava sobre uma moto transitando pela Terceira Ponte quando foram atropelados pelo Ivomar Rodrigues Gomes Júnior e o universitário Oswaldo Venturini Neto, que praticavam "racha" na via que liga as cidades de Vitória e Vila Velha. O crime aconteceu na madrugada de 22 de maio .

Segundo a decisão do **Poder Judiciário**, no primeiro e segundo dias (4 e 5/11), serão realizadas oitiva das testemunhas arroladas pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES). Nos dois dias seguintes serão ouvidas as testemunhas de defesa e interrogatório de Ivomar e Oswaldo, que estão presos.

A justiça solicitou ainda que a Rondinelly Ribeiro do Nascimento, perito da Superintendência da Polícia Técnico-científica (SPTC), envie laudo técnico pericial, e que a Concessionária Rodosol, responsável pela ponte onde aconteceu o crime, envie imagens das câmeras de videomonitoramento instaladas ao longo da via. As imagens devem ser as registradas entre as 23h do dia 21/05/2019 e 05h30min do dia 22/05/2019, bem como as da ambulância que atuou no resgate das vítimas.

Sem transferência

Além de marcar as audiências, a Justiça negou a transferência do advogado Ivomar Rodrigues Gomes Júnior (foto), do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Espírito Santo, em Maruípe, Vitória, para presídio comum. A mudança foi pedida pela acusação, alegando que que um processo ético e disciplinar de suspensão preventiva do advogado foi instaurado. Segundo o juiz Felipe Bertrand Sardenberg Moulin, da 1ª **Vara Criminal de Vitória**, o advogado não deixa de ser profissional da advocacia e nem perde as prerrogativas, mesmo que suspenso.

O crime

Ivomar Rodrigues Gomes Junior dirigia pela 3ª ponte, por volta de 1h30 do dia 22 de maio de 2019, quando atingiu a moto do casal Kelvin Gonçalves dos Santos e Brunielly de Oliveira,

Os dois tiveram os corpos arremessados e atropelados, em seguida, pelo carro dirigido pelo estudante de engenharia Oswaldo Venturini. A principal suspeita é de que ele e Ivomar Rodrigues disputavam um "racha" porque estavam em alta velocidade.

Segundo a Polícia, os motoristas estavam em uma boate em Vila Velha e ingeriram bebidas alcoólicas, entre elas cerveja e whisky, antes do acontecido. Apesar de o resultado do bafômetro ter sido negativo, testemunhas comprovam que os dois estavam embriagados.

**Site:** <http://eshoje.com.br/marcadas-audiencias-no-caso-do-atropelamento-de-kelvin-e-bruniely-na-3a-ponte/>



# Tribunal de Justiça reduz fiança para libertar secretária de Piúma-ES

## *Por Redação*

A secretária, o marido, Carlos Antônio M. Castro e a funcionária da empresa que os dois possuem, Ricarda dos Santos Souza, foram detidos na tarde da última terça-feira (13), autuados por falsidade ideológica e associação criminosa por vender diplomas falsos.

A magistrada arbitrou fiança no valor de 90 salários mínimos, quase R\$270 mil, para liberar os envolvidos no caso da venda de diplomas falsos na Cidade das Conchas.

A família não teve condições financeiras para o pagamento, e o advogado de defesa, José Peres Araújo, recorreu no Tribunal.

## Valores

O TJ reduziu a fiança para 45 salários mínimos para a secretária, o que equivale R\$ 44.910.

Decidiu o valor de R\$ 44.910 para seu marido, o administrador do instituto de pesquisas e cursos educacionais, Carlos Antônio M. Castro, e para a funcionária da empresa, Ricarda dos Santos Souza, o Tribunal reduziu a fiança para um salário mínimo, R\$ 998.

O advogado disse que vai fazer o pagamento nesta terça-feira.

Ele pretende recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça (**STJ**) em Brasília. "Com essa decisão do TJ, vamos recorrer agora ao **STJ**. A Fernanda e o Carlos não têm condições financeiras para arcar com uma fiança tão alta como essa. O Carlos está doente e muito abalado no presídio. A Isabel Fernanda está um pouco mais forte. A Ricarda, que deve ser liberada amanhã (hoje), está depressiva", disse o advogado.

Fonte: Portal 27

## **Site:**

**<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/54528/tribunal-justica-reduz-fianca-libertar-secretaria-piuma-es>**

# TJES dá início a ações de prevenção à violência doméstica

*Por Redação*

O **Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES)** se uniu a outros Tribunais de todo o País e ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** na realização de ações de prevenção à violência doméstica e familiar e no atendimento a **mulheres vítimas de violência**, que acontecem durante a 14ª Semana Justiça pela Paz em Casa.

A abertura das atividades da Semana no estado foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça (**TJES**), desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, na manhã desta segunda-feira (19), no Salão Pleno do Tribunal de Justiça.

O desembargador **Fernando Zardini Antonio**, supervisor das **Varas Criminais** e de **Violência Doméstica** e Familiar, lembrou que o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher vem tomando conta dos noticiários, do dia a dia, e que merece um olhar diferenciado: "Uma nova forma de encarar esta situação, não apenas pelo aspecto repressivo, mas, acima de tudo com a realização de eventos dessa natureza, que nos permitirá buscar outras alternativas para este enfrentamento. A educação é a base de tudo. A educação é o ponto de partida para a mudança de valores, para o resgate desse novo viver", apontou o supervisor.

A cerimônia contou com a participação da vice-governadora do Estado do Espírito Santo, Jaqueline Moraes, que apresentou as políticas estaduais para o empreendedorismo feminino, cujo plano será lançado no próximo dia 29, e vai nortear um conjunto de programas e ações para mulheres, tanto no estado, como nos municípios que o aderirem, de forma contínua. "O Programa Agenda Mulher tem o objetivo de dar visibilidade e empoderar as mulheres do Espírito Santo através do empreendedorismo", explicou a vice-governadora.

A secretária nacional adjunta de Políticas para a Mulher, Roseane Cavalcante Freitas Estrela, também prestigiou o evento e proferiu palestra sobre as políticas Nacionais para a Mulher. Roseane falou sobre o papel do Governo Federal na articulação da rede nacional de atendimento à mulher vítima de violência, e do aumento de denúncias pelo Disque 180, de 2018 para 2019.

Projetos

Durante a solenidade, também foram apresentados dois projetos desenvolvidos por alunos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes): EVA e "Pequenos Negócios, Grandes Mulheres". O projeto EVA cuida da capacitação em mídias sociais, que proporciona a jovens mães a possibilidade de trabalharem remotamente, de forma digital e flexível. Após a capacitação, essas mães são conectadas com empresas interessadas em investir em Marketing e Responsabilidade Social.

Já o projeto "Pequenos Negócios, Grandes Mulheres", desenvolvido pelo Enactus Ufes Vitória, é um projeto de extensão que tem o intuito de capacitar e dar autonomia financeira para mulheres vítimas ou em situação de violência doméstica por meio do empreendedorismo.

A equipe da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de **Violência Doméstica** e Familiar também fez uma homenagem às instituições que desenvolvem o Projeto Gastrolar, que são a Arcelor Mittal e a Universidade de Vila Velha (UVV). O projeto de extensão envolve os alunos do último período de gastronomia e tem como objetivo social capacitar pessoas que tenham afinidade com a área e precisam de uma oportunidade para sair da situação de restrição financeira em que se encontram. De 2014 a 2018, o projeto atendia a comunidade do entorno da Universidade, entretanto, a partir deste ano, o Gastrolar passa a atender mulheres em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência doméstica. Desde 2017, a Arcelor Mittal também passou a integrar o projeto, custeando material didático, insumos, equipamentos e uniformes por meio de seu programa InterAção.

Assinatura de termos de cooperação

As ações de combate e prevenção à violência doméstica do **Poder Judiciário do Espírito Santo** ainda ganharam, nesta segunda-feira (19), o apoio do Instituto Psicologia para Todos, do Movimento Nacional ODS, e do Edukanet.

Os termos de cooperação técnica foram assinados durante a cerimônia e preveem: atendimento

psicológico a mulheres em situação de vulnerabilidade social e em risco de violência doméstica e familiar, bem como a seus filhos, de forma gratuita, pelo Instituto Psicologia para Todos; ações de promoção de igualdade de gênero pelo Movimento Nacional ODS; além do desenvolvimento e produção de material educacional inclusivo pelo Edukanet.

Assinatura de termos de cooperação

As ações de combate e prevenção à violência doméstica do **Poder Judiciário do Espírito Santo** ainda ganharam, nesta segunda-feira (19), o apoio do Instituto Psicologia para Todos, do Movimento Nacional ODS, e do Edukanet.

Os termos de cooperação técnica foram assinados durante a cerimônia e preveem: atendimento psicológico a mulheres em situação de vulnerabilidade social e em risco de violência doméstica e familiar, bem como a seus filhos, de forma gratuita, pelo Instituto Psicologia para Todos; ações de promoção de igualdade de gênero pelo Movimento Nacional ODS; além do desenvolvimento e produção de material educacional inclusivo pelo Edukanet.

Fonte: **TJES**

**Site:**

***<https://www.folhados.com/noticia/judiciario/54508/tjes-inicio-acoes-prevencao-violencia-domestica>***

# Ônibus rosa na Prainha, em Vila Velha

*Fabíola de Paula*

MULHER, VIOLÊNCIA, ÔNIBUS, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, **TJES**, PREFEITURA DE VILA VELHA, PMVV, HERMINIA AZOURY, BOTÃO DO PÂNICO, PREFEITURA DE VITÓRIA, PMV, MEDIDA PROTETIVA, MPES, MINISTÉRIO PÚBLICO, PODER JUDICIÁRIO, AGRESSÃO,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/20/TVGAZETAAFGL>  
OBOES-12.27.45-12.34.28-1566318294.mp4**

# Condenados pela Lei Maria da Penha não podem assumir cargos comissionados na Serra

TAG: **LEI MARIA DA PENHA**, PREFEITURA DA  
SERRA, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CARGOS  
COMISSIONADOS, LEI MUNICIPAL, EXONERAÇÃO,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/20/TVGAZETAAGL>**

**OBOES-07.23.13-07.23.40-1566297398.mp4**

# Semana "Justiça pela paz em casa" começa em todo o país

SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, AUDIÊNCIA, **CNJ**, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, FEMINICÍDIO, MEDIDA PROTETIVA, IPEA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/20/TVVITRIARECOR>**

**DES-08.38.54-08.42.20-1566309774.mp4**



# Violência é maior para mulheres economicamente ativas

*Lucas Pisa, Fernanda Batista*

ATENDIMENTO, ÔNIBUS ROSA, **TJES, TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, FÓRUM, FEMINICÍDIO, IPEA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/20/TVVITRIARECOR>  
DES-07.48.10-07.52.22-1566303368.mp4**

# SERÁ ABERTA hoje a 14a Semana Justiça Pela Paz...

**MAURÍCIO PRATES**

SERÁ ABERTA hoje a 14a Semana Justiça Pela Paz em Casa, às 10h, no Salão Pleno do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**. No programa palestras sobre "Políticas Nacionais para a Mulher", com Roseane Estrela, secretária nacional adjunta de Políticas para a Mulher; e "Políticas Estaduais para Empreendedorismo Feminino", com a vice-governadora Jaqueline Moraes.

## FERNANDO DE CASTRO SILVA

É integrante da Comissão dos Aprovados no IV Concurso da Defensoria Pública

# Acesso à Justiça

/// A insuficiência dos serviços da Defensoria não tem o condão de justificar gastos com advocacia dativa

Com o advento da Constituição Federal de 1988, instaurou-se uma nova era de garantias e direitos aos cidadãos, entre os quais se inclui o direito fundamental ao acesso à justiça. Ao traçar diretrizes ao exercício desse direito, a Carta Magna optou pelo modelo público de assistência jurídica, personificado numa instituição autônoma e permanente: a Defensoria Pública.

Desde então, deu-se início a dois grandes desafios: a conscientização dos governantes da necessidade de estruturação da instituição, com orçamento condizente com uma prestação de serviço integral e gratuito, e o reconhecimento de que toda via transversa de assistência jurídica, financiada pelo Estado, passaria a ser irregular e contrária à escolha constitucional.

É nessa seara que se insere a discussão acerca da constitucionalidade da manutenção de serviços de advocacia dativa, em Estados que possuem Defensoria Pública instituída. Reiteradamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) destaca que a advocacia dativa somente se legitima no contexto de ausência de estrutura suficiente e adequada da Defensoria Pública local.

Mas, é preciso ter em mente, que a incipiência e insuficiência dos serviços da Defensoria não tem o condão de justificar gastos com advocacia dativa quando tal cenário decorre do sucateamento da instituição, com disponibilização de orçamento aquém do necessário para o preenchimento de todas as vagas de defensores previstas em lei, para a interiorização do atendimento e, ainda, para uma estrutura condizente com as necessidades da população.

Estudemos a situação estadual. O Portal de Transparência indica gastos de mais de R\$ 6,6 milhões com advocacia dativa de janeiro a maio deste ano. Em contrapartida, um defensor público ingressa na carreira custando cerca de R\$ 13,3 mil. Com o gasto médio mensal com dativos, seria possível nomear 100 novos defensores e oferecer, permanentemente, aos capixabas o preenchimento dos 109 cargos vagos de defensor público, e o tão sonhado direito de acesso à justiça integral e interiorizado.

Não é demais lembrar que não há discricionariedade governamental quanto à alocação de recursos públicos, quando é manifesta a escolha constitucional pelo modelo público de assistência, através de profissionais habilitados em concurso público e especializados para tal. Assim, é necessária a reflexão dos governantes quanto à continuidade dos gastos com dativos e, conseqüentemente, quanto à necessidade de readequação das prioridades e escolhas orçamentárias.



## | RETRATOS DAS URNAS |

# NO ES, MULHERES FICAM SÓ COM 8,5% DOS CARGOS

### Levantamento de A GAZETA analisa todas as eleições desde 1998



▲ NATALIA DEVENS  
▲ VINÍCIUS VALFRE

Apesar de formarem 51% da sociedade capixaba, as mulheres vêm tendo condições mínimas de influenciar as leis e as políticas públicas do Espírito Santo. Nos últimos 20 anos, elas só foram eleitas para 8,5% das vagas disputadas por meio do voto no Estado. Em outras palavras, foram reservados às mulheres apenas 8 de cada 100 cadeiras nas Câmaras municipais, prefeituras, Assembleia Legislativa, governo do Estado, Câmara federal e Senado. Todas as demais ficaram com eles.

A constatação está em estudo realizado pelo G.Dados – o grupo de jornalismo de dados da Rede Gazeta – a partir das informações que os candidatos entregam à Justiça Eleitoral quando registram as candidaturas.

O levantamento restringiu-se aos resultados de pessoas que em algum momento se inscreveram para concorrer a cargos de ve-

reador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador.

Foram consideradas todas as 11 eleições regulares realizadas de 1998 a 2018 e também os pleitos suplementares – aqueles convocados pela Justiça Eleitoral, por exemplo, quando são descobertas irregularidades dos candidatos mais votados.

É fato que elas são, tradicionalmente, menos imiscuidas em assuntos políticos. Mas, definitivamente, não é por candidatarem-se em quantidade menor do que os homens que elas vencem menos eleições.

De todas as mulheres que se inscreveram em eleições no período analisado, apenas 3,5% delas foram eleitas ou reeleitas.

Transpondo o mesmo recorte para os candidatos homens nota-se que as chances deles

têm sido mais favoráveis: 11,5% dos concorrentes masculinos conseguiram a eleição ou a reeleição.

O levantamento revela que somente a partir de 2012 o total de candidatas em disputa chegou a um terço dos inscritos, embora a cota de gênero para candidaturas de deputados e vereadores exista desde 1997.

Começou estipulando 20% do total de candidaturas, passou para 25% e chegou a 30% em 1998. Até então, a reserva de vagas era facultativa.

O cenário começou a mudar em 2009, quando uma lei alterou a opção de reserva para a obrigação de preenchimento. Para que fossem lançados três candidatos, seria necessária uma candidatura feminina.

#### RETRATO

No Estado, elas foram 17% da massa de candidatas em 2000. Só 12 anos depois venceram a barreira dos 30% na disputa.

A partir daí, começaram a participar efetivamente da política capixaba, certo? Erradíssimo. Nas eleições municipais de 2000, 79 mulheres foram eleitas no Estado, o que correspondeu a 7,4% do total de eleitos.

Na última disputa de vereadores e prefeitos, em 2016, 83 candidatas ficaram com 8,9% das vagas. A parcela segue longe dos 30%.

Nas disputas estaduais, a realidade não varia. Elas passaram a se candidatar mais, mas continuam sem ganhar. Foram sete as eleitas em 2018 contra 37 elei-

tos. O retrato é exatamente o mesmo registrado no longo ano de 2002 (veja infográfico na pág. 17).

Há farta evidência de que o resultado pífilo das mulheres está diretamente ligado a uma lógica tradicional de preenchimento de espaços de poder. Em geral, são homens que controlam partidos e têm tempo e estrutura para se dedicarem à política.

Também sobram indícios de uso de mulheres meramente para preenchimento formal da cota de gênero, sem qualquer esforço ou interesse para que elas disputem em condição de igualdade.

No período analisado para este levantamento, a mulher que mais venceu eleições foi Neuzinha Oliveira (PSDB), vereadora de Vitória. Foram cinco.

“Para participar dos movimentos tem que ter

tempo, tem que se atualizar, tem que participar em casa. É uma cobrança muito maior”, disse.

Já a vereadora da Serra, Cleusa Paixão (PMN) está no primeiro mandato. Entre renúncias, derrotas e a vitória de 2016, registrou-se para oito eleições entre 1998 e 2018. Ela vendeu picolé, viveu o drama da violência doméstica e criou sete filhos sozinha.

“As mulheres precisam acreditar um pouco mais nelas. Na última eleição, o presidente do partido falava que os outros candidatos não deviam ter medo de uma mulher que só tinha um tamanco. Eu não deixava me abater”, disse.



[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)

#### JORNALISMO DE DADOS

Entenda o que é o G.Dados e veja outras produções do grupo.

[gazetaonline.com.br/gdados](http://gazetaonline.com.br/gdados)



### As mulheres do plenário

Desde 1998, só 17 mulheres diferentes alcançaram cargos de deputada estadual, federal e senadora.



Mariazinha Vellozo



Norma Ayub



Lúcia Dornellas



Lauriete Rodrigues



Aparecida Denadai



Eliana Dadalto



Janete de Sá

Juntas, todas elas somam 35 mandatos – apenas no período entre 1998 e 2000 – na Assembleia, Câmara e Senado



Brice Bragatto



Sueli Vidigal



Iriny Lopes



Rose de Freitas



Rita Camata



Soraya Manato



Solange Lube



Luzia Toledo



Raquel Lessa



Fátima Couzi

DIVULGAÇÃO/TSE E ARQUIVOS PESSOAIS



## | RETRATOS DAS URNAS |

# Em 20 anos, elas são 17 parlamentares

### No período, poucas capixabas foram eleitas para a Assembleia, Câmara ou Senado

▲ Ocupar uma cadeira no plenário ou em um gabinete de prefeitura é algo muito mais improvável quando se é mulher no Espírito Santo. Nos últimos 20 anos, em eleições para Assembleia, Câmara dos Deputados e Se-

nado, somente 17 tiveram o sabor de comemorar o fechamento das urnas e se tornar parlamentar – juntas, elas somam 35 mandatos (os nomes estão na pág. 16).

A quantidade de mulheres nas bancadas estadual ou federal nunca passou de quatro por legislatura.

Nos municípios não é diferente. De 1998 até agora, só 17 mulheres foram pre-

feitas. Houve ainda 258 eleitas vereadoras nas 78 cidades do Estado.

No mesmo período, 2.846 homens foram diplomados para os cargos de deputados estaduais, federais, senadores, prefeitos e vereadores.

#### ANÁLISE

Ao analisar as vitorias de cada eleição, também observa-se que os nomes geral-

mente se repetem, o que significa que um grupo pequeno consegue viver da política. Algumas levadas ao jogo por maridos ou companheiros.

Vencedora de sete eleições, a senadora Rose de Freitas (Podemos) avalia que o estímulo para a mulher ingressar na política ainda é muito pequeno, o que as afasta desse universo. Quando ganhou o primeiro pleito,

para deputada estadual, em 1982, Rose foi a primeira mulher do Brasil a dar à luz após eleita, mas na época não havia licença-maternidade.

“Tive que tomar posse um dia depois do nascimento da minha filha. Eu levava ela para a Assembleia, amamentava na sala do presidente. Foi difícil, mas foi importante para dar visibilidade à causa”, conta.

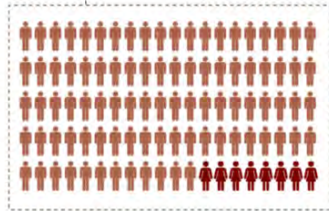
Para Rose, apesar das cotas femininas, as dificuldades persistem. “Há discriminação dentro dos partidos e também na sociedade na hora de pedir votos.”

A ex-deputada Brice Bragatto (PSOL) acrescenta que há o aspecto cultural. “As mulheres têm menos disposição de se candidatar porque elas não foram criadas nem formadas para isso”, avalia.

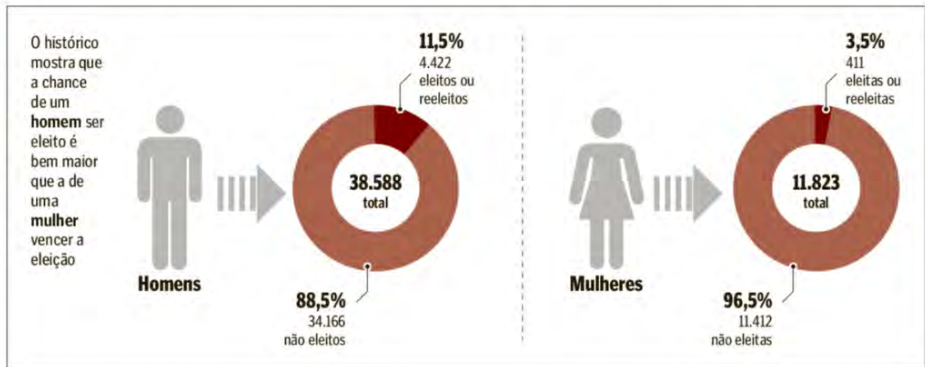
### RAIO-X DOS CANDIDATOS

Análise considera todos os inscritos para cargos de vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador, desde 1998

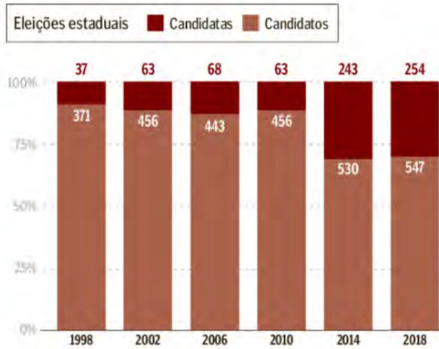
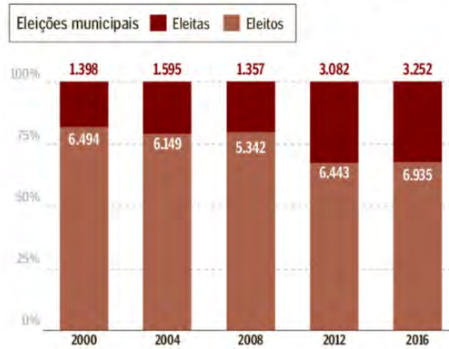
Nos últimos 20 anos, a cada 100 políticos eleitos no ES só 8 são mulheres



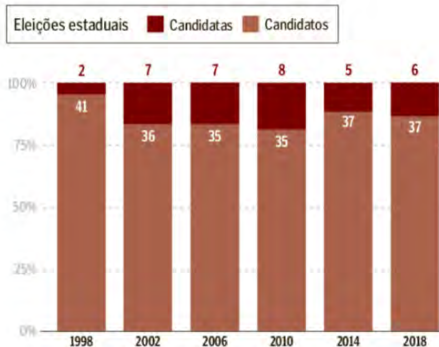
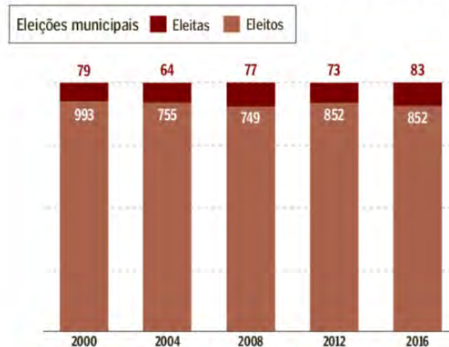
De 1998 a 2018, 4.833 pessoas ganharam eleições no Estado. Mulheres foram 411, o que representa 8,5% do total



### As proporções de mulheres candidatas, comparadas com as de homens, vêm aumentando



### Mas a proporção de mulheres eleitas não varia muito ao longo dos anos



Fonte: Repositório de dados do TSE

### Partidos que mais elegeram mulheres

Partido	Total de candidatas	Candidatas eleitas	Em %
PDT	759	51	7%
PMDB	836	47	6%
PSDB	817	46	6%
PSB	964	32	3%
PT	726	30	4%



**Neuzinha de Oliveira**  
(PSDB)  
Vereadora de Vitória

É a mulher que mais se inscreveu para eleições nos últimos 20 anos: 9 vezes. Está no 5º mandato na Câmara



**Cleusa Paixão**  
(PMN)  
Vereadora da Serra

Inscreeveu-se 8 vezes desde 1998. Conseguiu o primeiro mandato em 2016

### Em 20 anos, só foram eleitas:

- 17 prefeitas
- 258 vereadoras
- 17 deputadas estaduais, federais e senadora

Infografia | Marcelo Franco

# Irmão da deputada Norma Ayub é solto após cinco dias

**Chefe da Ciretran de Itapemirim havia sido preso em operação do Ministério Público**

▲ NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

O chefe da Ciretran de Itapemirim, Itamar Ayub Alves, que havia sido preso pela Operação Replicante, do Ministério Público Estadual (MPES), foi solto na última sexta-feira. Ele é irmão da deputada federal Norma Ayub (DEM), que não é investigada no caso. Itamar foi solto após ter se encerrado o prazo da prisão temporária, de cinco dias, no Centro de Detenção Provisória de Viana 2.

Segundo o advogado e irmão de Itamar, Yamato Ayub, o caso vai correr em segredo de Justiça. “Itamar já prestou depoimento, que foi muito elucidativo, e aparentemente não há nada que o desabone”, declarou.

Itamar foi preso em Itapemirim, na operação comandada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Nela, o MPES apura fraudes em registros de veículos junto ao Detran com uso de documentos falsos.

A primeira etapa da operação foi deflagrada no dia 1º de agosto, com a



**Itamar Ayub Alves é alvo de investigação**

prisão de dez pessoas. No último dia 12, mais três pessoas foram presas, entre elas, servidores do Detran, despachantes e um

intermediário do suposto esquema. Não há informações oficiais sobre o motivo da prisão de Itamar.

Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas – sendo mais de 400 proprietários “laranjas” –, com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran.



# Acusado de sequestrar casal e causar morte de jovem é julgado em Aracruz

Começou nesta segunda-feira (19) o julgamento de Bruno Felipe Jesus, 21 anos, acusado de sequestrar um casal e causar a morte de uma das vítimas em um acidente , em março deste ano, em Aracruz .

Bruno fugia da polícia quando bateu o carro e caiu de um viaduto, em Fundão . No veículo estavam Vinícius Vieira dos Santos, 21, e a namorada dele. O jovem morreu na hora. O vídeo abaixo mostra momentos antes do crime, quando o casal sai da garagem de um supermercado no carro.

A primeira audiência de instrução e julgamento de Bruno começou na tarde desta segunda-feira (19) no Fórum de Aracruz , quase cinco meses após o crime. Foram colhidos depoimentos de testemunhas, entre elas a namorada de Vinícius e o pai da vítima, Márcio Tomaz dos Santos.

A família pede que não só Bruno, mas que o jovem que participou do sequestro seja julgados pelo crime.

> Escolha das vítimas foi aleatória , diz bandido sobre sequestro no ES

O **Ministério Público** incluiu na denúncia os crimes de roubo após Bruno ter confessado roubar os celulares das vítimas. Além disso, foram incluídos dois delitos de trânsito, adulteração do veículo e direção perigosa. O acusado usou uma moto com placa adulterada para cometer o crime.

O processo corre sob sigilo, mas o advogado da família de Vinícius, Marcelo Ribeiro de Freitas, informou que já solicitou que o processo saia do segredo de Justiça.

Foi o nosso filho e se não houver justiça pode ser o filho de qualquer um. Ele causou um dano não só em quem foi, mas em quem ficou , disse o pai de Vinícius, Márcio Tomaz dos Santos.

> Vídeo mostra casal momentos antes de sequestro em Aracruz

## O CRIME

O crime aconteceu no dia 21 de março deste ano, em Aracruz , no Norte do Estado . Vinícius tinha ido buscar a namorada no trabalho dela, por volta das 22

horas, quando foram sequestrados.

De acordo com a polícia, Bruno chegou de moto com um comparsa e rendeu o casal. Ele assumiu a direção do veículo de Vinícius e manteve o casal refém por aproximadamente 7 horas, tentando extorquir dinheiro da família das vitimas. O outro criminoso acompanhou o crime em uma moto.

Na madrugada do crime, ao tentar fugir de uma perseguição policial, Bruno bateu o carro e caiu de um viaduto em Fundão. Vinícius estava no banco de trás, com as mãos amarradas, e morreu na hora. A namorada dele não teve ferimentos graves.

> Operação prende 15 suspeitos de tráfico de drogas em Aracruz

## Notícias Relacionadas:

NOTÍCIA AGORA ONLINE - ES

Acusado de sequestrar casal e causar morte de jovem é julgado em Aracruz

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/acusado-de-sequestrar-casal-e-causar-morte-de-jovem-e-julgado-em-aracruz-1014194908.html>

# Chefe do MPES vai ao Tribunal de Justiça cobrar explicações de Majeski

O procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, acionou o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** para cobrar explicações do deputado estadual Sérgio Majeski (PSB). Até o momento, não se sabe a que se refere o pedido e qual o teor dos questionamentos. No entanto, ele deverá ser julgado pelo Pleno da Corte.

Apesar de ainda não ter sido notificado em relação à interpelação judicial - sobre qual foi informado através do Diário do **TJES** - Majeski acredita que o processo tenha relação com as críticas feitas por ele ao projeto do MPES que recentemente foi aprovado pela Assembleia Legislativa estadual (Ales), permitindo a criação de 307 cargos comissionados para o órgão.

O pedido de Eder Pontes foi distribuído no dia 8 de agosto para o desembargador William Silva. Mas o procurador-geral de Justiça protestou, alegando que a decisão sobre o pedido deve ser dada pelo Pleno do TJ. A relatora, desembargadora Elizabeth Lordes, concordou.

>Auxílio-alimentação do MPES é maior que salários de 11% dos capixabas

Em 16 de julho, data da aprovação do projeto dos comissionados, Majeski foi ao plenário da Casa para criticar o argumento do MPES de que haverá economia com a extinção de cargos vagos. Majeski também questionou a aprovação da pauta em regime de urgência às vésperas do recesso parlamentar.

"É uma falácia (a economia), tendo em vista que os cargos extintos já não eram ocupados, ou seja, não existem de fato", avaliou.

"PERSEGUIÇÃO"

Majeski afirma ser alvo de "perseguição" por parte do procurador-geral. Ele lembra, ainda, que um pedido de providência à Corregedoria da Assembleia foi feito recentemente, alegando quebra de decoro parlamentar de sua parte. O autor do pedido, no entanto, solicitou anonimato e teor do pedido também permanece desconhecido.

> MPES quer saber quem foi à Assembleia na votação de projeto

Para o deputado, no entanto, há indícios de que

ambos os fatos tenham relação com sua postura diante do projeto aprovado.

"Imagino que sim, até pelas declarações do promotor-geral de que eu havia extrapolado minhas funções. Parece que o **Ministério Público** não aceita críticas. Ninguém pode criticar o que o MP faz", disse Majeski, mencionando também o fato de o MPES ter aberto um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra um funcionário do órgão que disparou mensagem para todos os e-mails funcionais do MP contra o mesmo projeto de criação de cargos comissionados questionado pelo deputado.

No plenário da Casa, durante a sessão ordinária desta segunda-feira (19), Majeski também se pronunciou sobre o assunto, disparando mais críticas contra Eder Pontes. "Em 2015, o Tribunal de Contas (TCES) pediu explicações de contratos do MP mal explicados. Eder, ao invés de responder, resolveu atacar os auditores e o conselheiro relator", disse também.

O Tribunal de Justiça informou que o processo está no gabinete do relator, desembargador **José Paulo Calmon Nogueira da Gama**. É preciso aguardar o despacho para ter acesso à mais informações.

O **Ministério Público** estadual também foi demandado. O Gazeta Online aguarda resposta.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/chefe-do-mpes-vai-ao-tribunal-de-justica-cobrar-explicacoes-de-majeski-1014194872.html>

# Casal de Vitória receberá mais de R\$ 3 mil depois de não receber fotos de aniversário do filho

*Redação Folha Vitória*

Um casal receberá R\$ 3.080 mil de indenização depois de contratar uma fotógrafa para a celebração de aniversário do filho e não receber as fotos do evento. A decisão da 8ª Vara Cível de Vitória também determinou a entrega dos produtos adquiridos pelo casal.

De acordo com informações do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**), a família alegou que firmou contrato com a fotógrafa, no qual ficou estabelecido que a profissional produziria imagens da festa e entregaria ao casal, por meio de um DVD, vindo os autores a contratarem ainda três álbuns impressos para guardarem as recordações, sendo dois destes disponibilizados para as avós materna e paterna da criança.

Na ação, o casal pediu o cumprimento da obrigação contratual para entrega do DVD e os álbuns de fotografia. Caso não houvesse possibilidade de cumprimento da obrigação, que fosse a requerida condenada a devolver os valores desembolsados com o serviço. Por fim, pleitearam indenização por danos morais. A defesa da ré não apresentou contestação diante da petição inicial.

Ao examinar o processo, o juiz da 8ª Vara Cível de Vitória observou que a a fotógrafa não comprovou ter cumprido com sua responsabilidade contratual, o que, por consequência, caracteriza ato ilícito e justifica o dever de indenizar o casal. "A requerida não logrou êxito em comprovar ter adimplido suas obrigações contratuais, caracterizando sua inadimplência, via de consequência caracterizando também o ilícito contratual a justificar a indenização por dano moral e ressarcimento de valores pleiteados pelos autores", concluiu, julgando procedente os pedidos propostos e estabelecendo que a parte requerida deve pagar indenização a título de danos materiais e morais à família, além de ser obrigada a entregar as imagens da celebração.

Com informações do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (**TJES**)!

**Site:**

***<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/08/2019/casal-de-vitoria-recebera-mais-de-r-3-mil-depois-de-nao-receber-fotos-de-aniversario-do-filho>***

# CERTIFICADOS: TJES estipula R\$ 90 mil para soltar Fernanda e Carlos e um salário mínimo para a funcionária (Notícias)

**TJES** abaixa a fiança para 45 salários mínimos para a Fernanda e Carlos e 1 salário para Ricarda, mas não solta

O advogado José Peres Araújo que defende a secretária de

Educação de Piúma, Isabel Fernanda Scherrer Rocha, o administrador do Instituto

Viva de

Pesquisas e Cursos Educacionais, Carlos Antônio M. Castro e a secretária da

empresa acusada de venda de certificados, Ricarda dos Santos Souza informou na tarde desta segunda-feira,

19 que o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo - TJES** baixou a fiança de 90

salários mínimos para 45, para Fernanda e Carlos, e um salário mínimo para

Ricarda, a funcionária. E não concedeu a liberdade.

O valor continua bastante alto, chega a quase R\$90.000,00 para

a Fernanda e Carlos, R\$89.220,00 considerando que o salário mínimo é de

R\$998,00. Já o valor para a funcionária é de um salário mínimo, R\$998,00, deverá

ser pago imediatamente e Ricarda ser posta em liberdade, até porque ela passa mal,

segundo o advogado que a defende, José Peres.

De acordo com José Peres, o próximo passo é recorrer no

Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) para derrubar a fiança estipulada pelo **TJES**

de 45 salários mínimos, pois as famílias não dispõem dos valores.

Peres ressaltou que esteve com Fernanda no sábado e na medida

do possível ela está bem, entretanto, Carlos está com problema de saúde e

Ricarda também, muito abalada.

Convém ressaltar que, a fiança estipulada inicialmente para

cada acusado era de 90 salários mínimos chegando a quase R\$270 mil, valor muito

elevado para ser pago adiantou Peres por isso o habeas corpus.

## CRONOLOGIA DOS FATOS

O caso

Terça-feira 13

A prisão

Três pessoas foram presas em flagrante, na tarde desta

terça-feira, 13, em Piúma acusadas de venda de certificados de cursos de

extensão falsos. Entre os detidos, a secretária de Educação de Piúma, Isabel

Fernanda Scherrer, proprietária do Viva Instituto de Pesquisa e Cursos

Educacionais, o esposo dela, responsável administrativo Carlos Antônio M.

Castro e a secretária da empresa investigada, Ricarda dos Santos Souza.

Quarta-feira 14

Advogado acredita em crime com motivação política

Para o advogado, não dúvidas que a denúncia

partiu de uma pessoa com viés político. "É uma pessoa que tem interesse

político partidário no fracasso da administração do Professor Ricardo, com

isso, miraram em atingir a administração do Professor Ricardo, miraram atingir

a reputação da pasta, pois a mãe de Fernanda acaba sofrendo as consequências".

A mãe de Fernanda é Dona Marta Scherrer, vice-prefeita de Ricardo.

Quinta-feira, 15

Juíza arbitra fiança

A

juíza da Comarca de Piúma Serenuza Marques Chamon arbitrou uma fiança no valor

de 90 salários mínimos para os três presos em Piúma, Fernanda, Carlos Antônio

M. Castro e Ricarda dos Santos Souza, funcionária.

De

acordo com o advogado que defende os três acusados José Peres Araújo, a juíza concedeu a liberdade

provisória dos três, porém arbitrou a fiança no valor de 90 salários mínimos

para cada preso, ou seja, R\$ 89.820,00 que somados chegam a R\$269.460.00 mil reais, um valor bastante alto e complicado de

levantar de uma hora para a outra.

Sexta-feira, 16

Advogado entra com habeas corpus no **TJES**.

Segunda-feira 19

**TJES** abaixa a fiança ara 45 salários mínimos,

advogado vai recorrer no **STJ**

**Site:**

***<https://www.espiritosantonoticias.com.br/certificados-90-mil-estipula-tjes-para-soltar-fernanda-e-carlos-e-um-salario-minimo-para-a-funcionaria/>***



# CNJ lança Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

19 ago, 2019 Brasil , Destaque , Geral

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** lançou dia (15) o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. A ferramenta auxilia juízes de varas da infância em todo o país na condução de processos de adoção. O programa deve começar a funcionar em outubro.

O novo sistema concentra informações de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes abrigados em todo o país e é oriundo da junção do **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)** e do Cadastro de Crianças Acolhidas, que já existiam.

Com a nova versão, a busca de pretendentes para crianças aptas a adoção será feita de forma automática, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa também emitirá alertas de cumprimento dos prazos processuais das adoções e comunicará aos interessados na adoção sobre atualizações de cadastro.

De acordo com o presidente do **CNJ**, ministro Dias Toffoli, o Sistema Nacional de Adoção pretende agilizar a reintegração familiar das crianças que estão em abrigos.

"Além disso, contribuirá para otimizar a adoção de 4.900 crianças aptas e que permanecem acolhidas, apesar da existência de 42 mil pretendentes habilitados no cadastro", disse.

Fonte: Agência Brasil

O seu endereço de e-mail não será publicado.  
Campos obrigatórios são marcados com \*

Esse site utiliza o Akismet para reduzir spam. Aprenda como seus dados de comentários são processados .

Como está o site?

Ver resultados

Endereço

Rua Santa Luzia

Iconha/ ES

E-mail

Folhaiconha@hotmail.com

O site Folha Iconha é o portal de notícias da cidade de Iconha/ ES. Atendendo a falta de portais de notícias que falem da nossa Cidade Iconha, Sul do Estado, do Espírito Santo em geral e também informando sobre fatos importantes que acontecem no Brasil e no Mundo.

Você sempre informado de tudo que acontece em Iconha, no Espírito Santo, no Brasil e no Mundo.

Desenvolvido por AB Publicidades

**Site:** <http://www.folhaiconha.com.br/cnj-lanca-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento/>

# Juiz de Venda Nova do Imigrante desenvolve projeto para auxiliar a comunidade na forma de se relacionar (Geral)

19.08.2019

As atividades do projeto "Viva acima e além" acontecem fora do expediente, no auditório do Fórum Desembargador José Vieira Coelho

O juiz da Comarca de Venda Nova do Imigrante, Valeriano Cezário Bolzan, está desenvolvendo um trabalho inédito no **Poder Judiciário** Estadual, que tem o objetivo de despertar a inteligência emocional de moradores da Região Serrana do Estado. É o projeto "Viva Acima e Além", que oferece workshops gratuitos e abertos ao público, que acontecem todas as quartas-feiras, a partir das 19h, no auditório do Fórum Desembargador José Vieira Coelho, horário em que as atividades judiciárias já foram encerradas.

Entre os temas já abordados estão mindset (a forma como a pessoa enxerga o mundo e interpreta os acontecimentos ao seu redor), autoconhecimento, autorresponsabilidade e o poder do agora. O juiz Valeriano Cezário Bolzan, que atua na Vara Única de Venda Nova há 15 anos, percebeu uma carência de conhecimento no assunto entre os moradores do município e realiza o projeto de forma voluntária e fora do expediente.

"A ideia surgiu a partir dos vários atendimentos, às partes e às pessoas da comunidade, que realizo em meu gabinete, que está sempre aberto para todos da Comarca e sem agendar horário. Percebi que muitas vezes estava dando dicas de vida e equilíbrio emocional. Espero, com esse trabalho, despertar as pessoas para que elas olhem para dentro de si e deixem o barulho do mundo, que não ajuda, pelo contrário, só atrapalha no desenvolvimento humano. Espero potencializar as pessoas para enfrentar os diversos dilemas que a vida nos traz. Assim, elas podem verificar em que áreas da vida precisam melhorar e como podem melhorar a relação com todos que estão ao seu redor", explicou o juiz.

O magistrado que já participou de treinamentos em Inteligência Emocional pelo Brasil e atualmente estuda

Pós-Graduação em psicologia Positiva na PUC do RS, explica que os encontros não são apenas palestras, onde os participantes recebem a informação de forma passiva. Pelo contrário, o conteúdo é vivenciado por meio de dinâmicas de grupo e momentos de interiorização.

"Várias pessoas que respondem a ações judiciais nas áreas de família e da infância e juventude estão participando dos encontros. É uma oportunidade para que elas se observem mais e, com isso, talvez possam sair dos conflitos de uma forma mais adequada. Em uma situação de divórcio, por exemplo, as partes podem encontrar um equilíbrio emocional e buscar uma solução mais sensata para a família", concluiu o juiz Valeriano, que em setembro completa 25 anos de magistratura no Judiciário Estadual.

O magistrado já promoveu cinco encontros e a média de público é de 50 pessoas. O último ocorreu na quarta, dia 14/08, quando o juiz abordou o tema "A força do propósito". O convite é feito por rede social e na rádio da região de Venda Nova do Imigrante.

Fonte: Ascom **TJES**

**Site:**

***[http://radiofmz.com.br/site/conteudo.asp?codigo=13823&titulo=Juiz de Venda Nova do Imigrante desenvolve projeto para auxiliar a comunidade na forma de se relacionar](http://radiofmz.com.br/site/conteudo.asp?codigo=13823&titulo=Juiz%20de%20Venda%20Nova%20do%20Imigrante%20desenvolve%20projeto%20para%20auxiliar%20a%20comunidade%20na%20forma%20de%20se%20relacionar)***

# Botão do Pânico de Vitória é apresentado em Brasília (Notícias)

A Jornada de Trabalho de Promoção da Segurança e Defesa da Mulher foi realizado pelo Ministério da Família e Direitos Humanos, realizado sexta-feira (16), em Brasília e um dos destaques da apresentação, conduzida por Rafael Almeida Barcelos, coordenador operacional de inspetoria da Guarda Civil Municipal, foi o **Botão do Pânico**, projeto pioneiro da PMV em parceria com a 1ª Vara Especializada em **Violência Doméstica** e Familiar contra Mulher.

"O sucesso do **Botão do Pânico** só é possível por causa da dedicação, do empenho e do trabalho incansável da parceria dos atores envolvidos: a Guarda Municipal, os servidores do CRAMSV e 1ª Vara Especializada em **Violência Doméstica** e Familiar contra a Mulher. Uma parceria de acessibilidade de diálogo, respeito e compreensão", pontuou Barcelos.

Desde 2013, mulheres em Vitória que se sentem ameaçadas por ex-maridos, namorados ou companheiros contam o **Botão do Pânico**. O dispositivo faz parte de um projeto piloto lançado pelo **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo (TJ-ES) em parceria com a Prefeitura. O objetivo é reduzir os índices de violência doméstica registrados na capital.

O equipamento foi distribuído para mulheres que estão sob medida protetiva na 11ª **Vara Criminal de Vitória** e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Ele capta e grava a conversa num raio de até cinco metros.

O **Botão do Pânico** também dispara informações para a Central Integrada de Operações e Monitoramento (CIOM), com a localização exata da vítima, para que uma viatura da Guarda seja encaminhada ao local. Para garantir agilidade no atendimento ao pedido de proteção, a administração municipal disponibiliza viaturas da Guarda 24 horas.

Fonte: Assessoria PMV

**Site:** <http://www.realidadecapixaba.com/botao-do-panico-de-vitoria-e-apresentado-em-brasilia/>

# Justiça faz primeira audiência de sequestro que terminou em morte em Aracruz, no ES

TAG: JUSTIÇA, SEQUESTRO, AUDIÊNCIA, ASSASSINATO, INVESTIGAÇÕES SOB SILIGO DA JUSTIÇA, ACUSADO, FUGITIVO DA JUSTIÇA, PODER JUDICIÁRIO, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, FÓRUM CRIMINAL DE ARACRUZ,

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/19/190819\\_tvgazeta\\_es2norte\\_tjes\\_justi%c3%a7afaz.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/19/190819_tvgazeta_es2norte_tjes_justi%c3%a7afaz.mp4)**

# Justiça diminui valor da fiança para secretária de educação de Piúma, no Sul do ES

TAG: JUSTIÇA, FIANÇA, FALSIFICAÇÃO DE  
CERTIFICADOS, PODER JUDICIÁRIO, SUPREMO,  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, PIÚMA,

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/19/190819\\_tvgazeta  
\\_es2sul\\_tjes\\_justi%\*c3\*%\*a7\*afian%\*c3\*%\*a7\*a~1.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/19/190819_tvgazeta_es2sul_tjes_justi%c3%a7afian%c3%a7a~1.mp4)**

# Homem fica preso durante 3 anos por engano

*Luciano Rosetti*

VIGILANTE, PRISÃO, PRESÍDIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TJES,

*Multimídia:*

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/19/TVTRIBUNASBT>

[ES-12.09.10-12.15.20-1566231810.mp4](#)



# Práticas positivas da Prefeitura de Vitória ao enfrentamento da Violência Contra Mulher é apresentada em Brasília

PRÁTICA, POSITIVA, PREFEITURA DE VITÓRIA, ENFRENTAMENTO, VIOLÊNCIA, CONTRA MULHER, BOTÃO DO PÂNICO, GUARDA MUNICIPAL DE VITÓRIA,

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/19/RDIOESPRITOSANTOAM1160ES-10.00.17-10.00.48-1566240424.mp3>**

# As práticas positivas da Prefeitura de Vitória no enfrentamento da violência contra a mulher foram apresentadas em Brasília na Jornada de Trabalho de promoção a segurança em defesa da mulher

TAG: PREFEITURA DE VITÓRIA, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, RAFAEL ALMEIDA BARCELOS COORDENADOR OPERACIONAL DE INSPETORIA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, PRIMEIRA VARA ESPECIALIZADA EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, BOTÃO DO PÂNICO,

**Multimídia:**

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/19/RDIOESPRITOSANTOAM1160ES-10.00.10-10.00.48-1566243513.mp3>

# Modelo capixaba vira referência nacional

O presidente do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**, Sérgio Gama, e o corregedor-geral da Justiça do Estado, **Samuel Meira Brasil Júnior**, participaram ontem da solenidade de lançamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), em Brasília.

O SNA é uma plataforma que vai consolidar os dados fornecidos pelos tribunais, aprimorando os bancos de dados, cadastros e sistemas referentes à adoção e ao acolhimento de crianças e adolescentes. O novo sistema tomou como base o Sistema de Informação e Gerência da Adoção e do Acolhimento do Espírito Santo (Siga-ES).

O SNA tem o objetivo de consolidar dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento, à adoção, e quanto aos pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção. Os pedidos feitos por pretendentes residentes no exterior, aliás, serão de responsabilidade dos tribunais.

Além de incorporar antigas funcionalidades do Siga-ES, o novo sistema apresenta ferramentas inéditas, entre elas estão a Busca Inteligente, que realiza uma varredura automática diária entre perfis de crianças e pretendentes, e a Emissão de Alertas para os prazos.

Em sua fala, o desembargador Sérgio Gama destacou toda a trajetória da Justiça estadual, no esforço de criar o Siga, implantado no Estado em maio de 2008.

"Em 26 de maio de 2008, comemorando o Dia Nacional da Adoção, o Siga-ES foi implantado, contendo todas as funções idealizadas, e desde então observa-se um aumento significativo nos resultados positivos relacionados aos processos de adoção e acolhimento de crianças e adolescentes que aguardam por uma família em instituições de acolhimento do Estado".

A solenidade também contou com a presença do presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, ministro Dias Toffoli, e João Otávio de Noronha, presidente do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**), entre outras autoridades.

## **Homem deve indenizar em R\$ 30 mil ex-namorada após divulgação de foto íntima em rede social**

O juízo da 9ª Vara Cível de Vitória fixou em R\$ 30 mil a indenização que um jovem deve pagar à ex-namorada, após divulgar foto íntima em rede social sem a sua autorização. A autora da ação relatou que, durante a convivência, a pedido do requerido, enviou uma foto nua para ele, que imediatamente compartilhou e colocou em uma rede social, causando-lhe constrangimentos.

A requerente afirmou que, logo após a divulgação da foto para seus amigos, a notícia espalhou pela escola onde estudava e em sua rede social apareceram inúmeras colegas com o conhecimento de todo o ocorrido. Diante a situação, a autora da ação requereu a condenação do requerido ao pagamento de indenização a título de danos morais.

Diante dos fatos, o juiz entendeu que ficou comprovado nos autos que o requerido divulgou fotos íntimas da autora em rede social, sem a sua autorização, sendo inequívoco que a parte requerida praticou ato ilícito ao publicar as imagens íntimas da ex-namorada na rede social, pelo que, ficando configurado o dano moral,

conforme o artigo 5º, X, da Constituição Federal, que estipula que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Ao levar em consideração o princípio de que o dano moral não pode ser fonte de lucro, posto que extrapatrimonial, fundado na dor, no sentimento de perda e na diminuição da autoestima pessoal e familiar, o magistrado fixou a indenização em R\$ 30 mil.

“A indenização por dano moral não pode ser irrisória, de modo a fomentar a recidiva, bem como deve ser apta a ser sentida como uma sanção pelo ato ilícito, sem que, contudo, represente enriquecimento ilícito à vítima. O valor a ser arbitrado deve ser compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes”, diz a sentença.



# Justiça realiza a primeira audiência por videoconferência no Estado

**Vitória** — A 4ª Vara Criminal de Vitória realizou nesta semana a primeira audiência de instrução e julgamento por videoconferência no Juízo de Vitória. A ferrenta, que ainda está em fase de experiência no Estado, se revelou capaz de trazer celeridade e economia aos processos envolvendo réus presos.

A audiência, conduzida pela juíza Gisele Souza de Oliveira, analisou o caso de um réu que estava preso no Centro de Detenção Provisória de Viana, desde março deste ano. De acordo com a denúncia do Ministério Público, o homem teria assaltado dois jovens na saída de uma festa no local conhecido como "Rua da Lama", em Jardim da Penha. O acusado teria roubado a bolsa de um dos rapazes, contendo celular,

cartões de créditos e documentos pessoais, mas foi preso por policiais militares que o localizaram embaixo da Ponte da Passagem, após rastreamento do aparelho de telefone roubado. Na abordagem, o réu informou que já havia repassado os bens subtraídos a terceiros.

Os equipamentos de áudio e vídeo permitiram que, em pouco mais de uma hora e meia de audiência, fossem ouvidos os dois policiais que testemunharam o crime e as duas vítimas. Uma delas prestou depoimento em sua própria casa, em Minas Gerais, por meio do aplicativo disponibilizado pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo, a Prodest. "Se fosse uma audiência da forma tradicional, para ouvir esse depoimento precisaríamos de uma carta pre-



catória, o que levaria no mínimo seis meses", explicou a juíza Gisele.

A segunda vítima, que reside em Vitória, preferiu ir pessoalmente à audiência, no Fórum Criminal da Capital, e não autorizou aparecer no vídeo para o

acusado. Nesse instante, as câmeras foram desligadas. "A vítima tem todo o direito de proferir seu depoimento sem a presença do réu e isso deve ser respeitado", destacou a promotora de justiça Juliana Pimenta Ferreira.

A gravação foi reiniciada para o interrogatório do réu, que não precisou se deslocar e a todo momento esteve assistido por dois defensores públicos, um na unidade prisional e o outro na Sala de Audiência.

Ao proferir a sentença, a juíza condenou o réu a sete anos de prisão em regime semiaberto, com o direito de recorrer em liberdade e, de imediato, o colocou em diálogo com a equipe do Escritório Social, que também participou da videoconferência.

"Nesse atendimento por teleconferência já podemos conhecer o histórico do réu e propor acesso a alguns serviços, como o acolhimento em uma instituição, visto que os familiares são falecidos, além da viabilização da documentação. Queremos dar todo o suporte para que ele não volte a reincidir", ressaltou

o subgerente de Atenção ao Egresso e Família, Josélio Charles Tiradentes.

Para a juíza Gisele Souza de Oliveira, a audiência experimental se revelou um sucesso. "Não tivemos nenhum tipo de incidente que desaconselhasse a prática. Em poucas horas conseguimos ouvir duas testemunhas e duas vítimas, uma delas de Minas Gerais. Além do réu, que nem precisou sair da unidade. A videoconferência se mostrou uma ferramenta muito importante para imprimir celeridade ao julgamento do processo e economia como um todo", concluiu a juíza Gisele Souza de Oliveira.

As audiências por videoconferência também já vem sendo realizadas de forma experimental pela 2ª Vara Criminal de Colatina e pela comarca de São Domingos do Norte. (Por ESHoje)

+

+



# Ação multimilionária contra construtora

Representante de empresário estima R\$ 300 milhões em indenização referente a terreno em litígio, na Serra, que foi vendido para supermercado

GUSTAVO GOUVÊA  
gustavo@eshoje.com.br

**O TERRENO ONDE** há mais de uma década é localizado o Carone Mall, em Laranjeiras, na Serra, é um caso da Justiça que perdura há, pelo menos, 15 anos. Apesar dos proprietários do supermercado assegurarem que o terreno foi adquirido de acordo com todos os trâmites legais e certidões - inclusive as negativas -, a área, onde antes era localizado o posto de combustível "Pit Stop", é objeto de uma ação judicial que envolve a Proeng Construtora e Incorporadora, vendedora do imóvel ao grupo Carone. O terreno está em litígio desde 2004 e o processo já passou por todas as instâncias possíveis, encontrando-se atualmente no Superior Tribunal Federal (STF). As decisões, até o momento, foram desfavoráveis ao grupo Proeng e, caso o STF as ratifique, o grupo pode perder o terreno e pagar uma indenização multimilionária.

Após a construtora ter firmado o contrato de compra e venda do terreno, em julho de 1999, com o empresário José Regattiere Filho, este veio a inadimplir com o pagamento das parcelas acordadas a partir de dezembro de 2002. Isso levou a um aditamento do contrato. Mesmo com a repactuação, Regattiere voltou a dever e a Proeng buscou na Justiça a rescisão contratual e a



Terreno onde é localizado o Carone Mall, em Laranjeiras, é objeto da ação judicial que já dura 15 anos

retomada do imóvel. Uma decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) favoreceu a construtora e determinou a saída de José Regattiere - o que aconteceu ainda naquele ano.

"Existia (a falta de pagamento). Só que, ao invés de eles fazerem o procedimento correto, que seria a notificação registrada em cartório, formalizaram uma notificação equivocada e um aditivo com uma assinatura que não era a de José Regattiere Filho. A juíza não deferiu a liminar. Eles agravaram ao Tribunal

de Justiça, para impugnar essa decisão da juíza, e o TJES deu efeito suspensivo ativo agravado e mandou o José sair", explicou Frederico Pimentel, advogado que faz o acompanhamento processual de Regattiere.

## EQUIVOCO

Pimentel explica que o grande equívoco no procedimento foi a notificação da rescisão contratual e retorno de posse do imóvel, que deveria ser feita via cartório de ofício. "Como existia um contrato de compra

e venda registrado em cartório a lei exige que (a notificação) seja feita via cartório de ofício. Então se tivesse sido notificado pelo cartório de ofício, tivesse os registros legais, poderia ter ocorrido a rescisão", afirma.

Após recursos no TJES e posteriormente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com decisões desfavoráveis, a construtora recorreu ao STF. O advogado de Regattiere, Antônio Genelhu Júnior, comunicou que foi intimado nesta quarta-feira (14) a respondê-lo.

## Proeng recorre e Carone quer ficar no local

O GRUPO Proeng informou, por meio de nota, que "a rescisão do contrato de promessa de compra e venda e a retomada por ordem judicial do imóvel, que ainda não havia sido transferido ao promitente comprador, se deu após o não pagamento do valor acordado pelo Sr. José Regattiere. A empresa ressalta, ainda, que o processo está em trâmite e não há decisão judicial sobre o caso e nem supostos valores devido a títulos de aluguéis".

**“O processo está em trâmite e não há decisão judicial sobre o caso”**

PROENG CONSTRUTORA

Representante do Grupo Carone, Júnior Carone afirma que soube há pouco tempo de todo o processo envolvendo o terreno onde hoje se localiza o Carone Mall. "Não faço parte do polo da ação. Soube da ação porque um emissário da parte do Regattiere me procurou querendo acordo. Falei que não vou fazer acordo e não devo nada a ninguém. Do início ao fim da ação você não vê nosso nome. Quando comprei esse terreno estava anunciado 'venda-se', fui ao cartório, peguei todas as certidões, fiz todos os trâmites legais e necessários e não encontrei nenhuma irregularidade, não tinha nada que desabonasse a Proeng", explica Júnior Carone.

O empresário confia que se a construtora perder a ação, a mesma arcará com os prejuízos. "Estamos consolidados lá há muitos anos e temos todas as documentações. Estamos bem tranquilos quanto a isso", finaliza.

## "Indenização razoável"



Na avaliação de advogado, Proeng deverá pagar indenização de R\$ 300 mi

GENELHU EXPLICOU que, caso Regattiere vença a ação, além da recuperação do imóvel cabe-se uma indenização em função do uso indevido do mesmo pela construtora e das privações que o cliente sofreu durante o tempo sem o usufruto da área. Contudo, todas as medidas serão decididas após a conclusão do processo.

A condenação poderá ser contra a Proeng juntamente com o Grupo Carone. "Se você compra um imóvel litigioso, você sabe que no futuro pode perder esse bem. A lei é bem clara: quem adquire um imóvel litigioso, assume as mesmas obrigações e responsabilidades do vendedor", explica o advogado Frederico Pimentel.

**“Se você compra um imóvel litigioso, sabe que no futuro pode perder esse bem”**

FREDERICO PIMENTEL, advogado

Ele se arrisca na cifra da "indenização razoável". "Hoje está em R\$ 120 mil um aluguel aproximado, ali. Se calcularmos de 2004 - lógico, naquela época o aluguel era mais módico - mas se aplica juros e correção monetária. Hoje deve estar dando em torno de 1,2% ao mês. Então isso dá uma indenização de aproximadamente R\$ 300 milhões".



Construtora alega inadimplência



**Mais agilidade**

## **CNJ lança cadastro para adoção**

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) lançou ontem o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, que auxilia juízes em todo o país na condução de processos. Com a versão, a busca de pretendentes para crianças será feita de forma automática.  **METRO**

# Ex-secretário de Ecoporanga preso por fraude em licitação é réu

Preso nesta quarta-feira (14) em uma operação do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), o agora ex-secretário de Meio Ambiente do município de Ecoporanga, Thiago Caldeira Rosa Cabral, é réu desde o dia 14 de junho deste ano, quando uma ação penal movida pelo **Ministério Público** estadual (MPES) foi aceita pela Justiça.

Thiago é acusado de atuar como facilitador de um esquema de fraudes em licitações comandado por donos de um conglomerado de empresas. Como servidor público, ele direcionava as contratações para as empresas do grupo criminoso. As investigações são feitas no âmbito da Operação Varredura, do MPES.

Por essa razão, o ex-secretário, que foi exonerado do cargo no mesmo dia de sua prisão, responde por crimes como organização criminosa, vantagem indevida e fraudes em licitações. Ele está preso no Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte, segundo informações da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus).

## VEREADOR ACUSADO

No mesmo processo, também é acusado o vereador Robério Pinheiros Rodrigues (PSDB), além de outras quatro pessoas, que comandariam as empresas envolvidas no esquema. Robério está preso desde o dia 6 junho deste ano, ocasião em que o Gaeco deflagrou a operação Eco do Inhambu, um desdobramento Varredura, conforme explicou o MPES em nota enviada nesta quinta-feira (15).

Na ocasião, também foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da Prefeitura de Ecoporanga, na Secretaria de Meio Ambiente e também na casa dos investigados, incluindo Thiago.

## DEFESA

O escritório de advocacia que cuida das defesas tanto de Thiago quanto de Robério informa que as medidas judiciais cabíveis já foram realizadas e outras ainda serão interpostas. Os advogados também pontuam que acreditam na absolvição dos acusados. Segundo eles, o mandado de prisão de Thiago Caldeira foi expedido no dia 13 de agosto e o ex-secretário, então, se apresentou de forma voluntária à Justiça.

Salientamos que os acusados vem colaborando com a instrução processual e com o bom andamento do feito, diz um trecho da nota.

## Notícias Relacionadas:

PORTAL SBN - ES - BA

Ex-secretário de Ecoporanga preso por fraude em licitação é réu

## Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/ex-secretario-de-ecoporanga-presos-por-fraude-em-licitacao-e-reu-1014194614.html>

# Justiça capixaba realiza audiência de julgamento por videoconferência

O uso da tecnologia para agilizar processos e audiências já é uma realidade da Justiça capixaba, que realiza audiências por videoconferência. A ferramenta, que está em fase de experiência, permitiu que a 4ª **Vara Criminal de Vitória**, em pouco mais de uma hora e meia, ouvisse réu, duas testemunhas e duas vítimas ouvidas, sendo que uma das vítimas estava em Minas Gerais e o réu não precisou sair da unidade prisional de Viana.

Gisele Souza de Oliveira, coordenadora das **Varas Criminais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo** e titular da 4ª **Vara Criminal de Vitória**, aponta que, por conta da testemunha que reside em Minas Gerais, se fosse um audiência da forma tradicional, para ouvir o depoimento seria necessário uma carta precatória, o que levaria no mínimo 6 meses. Para a magistrada, que conduziu a audiência, a experiência se revelou um sucesso. Ela afirma que a ferramenta foi capaz de trazer rapidez e economia aos processos envolvendo réus presos. Entenda como as audiências por videoconferência funcionam.

**Site:**

[https://www.gazetaonline.com.br/cbn\\_vitoria/entrevistas/2019/08/justica-capixaba-realiza-audiencia-de-julgamento-por-videoconferencia-1014194503.html](https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/entrevistas/2019/08/justica-capixaba-realiza-audiencia-de-julgamento-por-videoconferencia-1014194503.html)

# CNJ lançou Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

*JCC, André Richter*

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** lançou ontem (15) o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. A ferramenta auxilia juízes de varas da infância em todo o país na condução de processos de adoção. O programa deve começar a funcionar em outubro.

O novo sistema concentra informações de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes abrigados em todo o país e é oriundo da junção do **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)** e do Cadastro de Crianças Acolhidas, que já existiam.

Com a nova versão, a busca de pretendentes para crianças aptas a adoção será feita de forma automática, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O programa também emitirá alertas de cumprimento dos prazos processuais das adoções e comunicará aos interessados na adoção sobre atualizações de cadastro.

De acordo com o presidente do **CNJ**, ministro Dias Toffoli, o Sistema Nacional de Adoção pretende agilizar a reintegração familiar das crianças que estão em abrigos.

Além disso, contribuirá para otimizar a adoção de 4.900 crianças aptas e que permanecem acolhidas, apesar da existência de 42 mil pretendentes habilitados no cadastro", disse. - Agência Brasil

Notícias do ES, do Brasil e do Mundo, acesso gratuito e ilimitado: CCNEWS BRASIL

**Site:** <http://jornalcorreioapixaba.com.br/pt-BR/publicacoes/cnj-lanou-sistema-nacional-de-adoo-e-acolhimento>